

Relatório & Contas / 2017



RELATÓRIO E CONTAS 2017

RELATÓRIO DO PRESIDENTE E DO ADMINISTRADOR-DELEGADO

ANÁLISE GERAL

No Standard Bank Moçambique, esforçamo-nos para responder às necessidades dos nossos clientes através de soluções eficazes e sustentáveis. Centramo-nos no cliente é o fio condutor de tudo o que fazemos e constitui a fundação em que queremos assentar o nosso posicionamento competitivo no mercado.

Trabalhamos esforçadamente para alinhar continuamente os nossos processos e sistemas às necessidades dos nossos clientes. Nesta matéria, o nosso importante investimento em iniciativas digitais revelou-se eficaz. A flexibilidade e a conveniência oferecida pelos nossos canais digitais foram valiosos para os nossos clientes, tendo-se traduzido num aumento da utilização que, em alguns casos, excedeu nossas expectativas para 2017.

Em todo o banco, as nossas equipas estão constituídas com base na melhor forma de servir os nossos clientes. Tal inclui a formação que recebem e as ferramentas que lhes fornecemos para que desempenhem as suas funções. Estamos determinados a construir equipas de alto desempenho e inovadoras, que sejam capazes de fornecer as soluções mais eficazes para as necessidades mais complexas que os nossos clientes enfrentam. Os sólidos resultados alcançados em 2017 indicam que os nossos esforços têm sido bem sucedidos.

ECONOMIA GLOBAL

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), prevê-se que o crescimento global em 2017 tenha acelerado para 3,6% face a 3,1% em 2016, ultrapassando a maioria das expectativas. Esta situação sustentou-se numa melhoria crescente do comércio global, do investimento e da produção industrial, o que levou a uma recuperação mais sustentada nos países desenvolvidos, bem como, a progressos nos mercados emergentes.

Depois de vários anos de crescimento anémico, prevê-se que as economias avançadas tenham registado uma forte recuperação em 2017, lideradas pela Zona Euro, pelo Japão e pelos EUA. Com a inflação a manter-se abaixo dos objectivos nas economias avançadas, os bancos centrais viram-se obrigados a manter uma política monetária acomodaticia durante todo o ano de 2017, o que estimulou a produção e o investimento. No entanto, um crescimento mais fraco no Reino Unido em consequência do crescimento mais moderado do consumo privado e de uma libra mais fraca, acabou por puxar para baixo o crescimento regional da UE.

Entre as economias emergentes, o crescimento foi impulsionado por factores externos, principalmente pela recuperação nas economias avançadas. No caso da China, que liderou este crescimento, uma procura doméstica mais forte também deu um contributo assinalável. As previsões também apontam para um forte crescimento na Índia em 2017, embora ligeiramente mais lento do que em 2016, devido às reformas estruturais implementadas durante o ano.

A África Subsaariana teve uma prestação mista em termos de desempenho económico. A região em geral beneficiou de uma recuperação das matérias-primas e de uma produção agrícola melhor, especialmente na África Austral. No entanto, os desempenhos mais fracos na Nigéria e na África do Sul, as maiores economias da África Subsaariana, puxaram para baixo o crescimento regional global. A produção da Nigéria foi afectada negativamente pelas incertezas relativas às reformas estruturais, ao passo que a incerteza política na África do Sul continuou a afectar a confiança dos consumidores e das empresas. Apesar disso, a Nigéria saiu da sua recessão durante o ano, impulsionada por preços do petróleo mais altos. O resto da África Subsaariana registou um forte crescimento, com a maioria das economias a beneficiar de uma melhor produção agrícola e de preços das matérias-primas mais elevados.

CONJUNTURA DOMÉSTICA

Em 2017, a actividade económica em Moçambique continuou a ser tímida, devido à baixa confiança das empresas e dos consumidores. Esta situação traduziu-se num declínio acentuado do investimento e do consumo doméstico, o que teve um impacto negativo no sector bancário.

Embora a inflação tenha descido consistentemente durante o ano, tendo fechado o ano em 5,7% face a 10,6% em 2016, o Banco de Moçambique manteve uma política monetária rigorosa durante todo o ano de 2017. Esta situação criou um ambiente desfavorável à concessão de crédito, uma vez que a procura caiu. Esta conjuntura também aumentou o risco de incumprimento nas exposições existentes, ao que respondemos com redobrada vigilância. Não obstante, um corte acumulado de 275 pontos base na taxa de referência para 20,5% indicou a determinação do regulador de criar algum alívio, na medida do possível, para fazer a economia avançar.

A recuperação dos preços das matérias-primas durante o ano também foi favorável a Moçambique, especialmente às suas exportações de alumínio e carvão. Combinada com uma menor procura de importações, traduziu-se numa Balança de Pagamentos positiva e numa valorização de 17,3% do metical face ao dólar norte-americano, para um valor de MZN59,02. No entanto, não foi suficiente para que a produção económica global regressasse aos níveis anteriores a 2016. As projecções de crescimento para 2017 apontam para 3,2% comparado com 3,8% em 2016.

No médio prazo, a economia moçambicana deverá recuperar para os níveis anteriores a 2016, impulsionada por investimentos no sector do petróleo e do gás. No entanto, as perspectivas para o investimento de base mais alargada dependem em grande medida da retoma do programa do FMI, que é crucial para restaurar a confiança das empresas. No curto prazo, o crescimento depende em grande medida dos desenvolvimentos na vizinha África do Sul, que é o maior parceiro comercial de Moçambique, dos preços das matérias-primas e dos desenvolvimentos políticos locais. As perspectivas de curto prazo foram estimuladas pelos investimentos de grande escala actualmente em curso, nomeadamente, o investimento da ENI de USD8 mil milhões no

projecto Coral de liquefacção flutuante de gás natural, que teve o seu fecho financeiro em Dezembro; a aquisição pela ExxonMobil de uma quota de 25% no projecto Área 4 da ENI por USD2,8 mil milhões; e o investimento da Heineken de USD100 milhões numa fábrica de cerveja. Novos investimentos que foram anunciados recentemente vêm somar-se a estas brilhantes perspectivas. Incluem os planos da Sasol para produzir petróleo ao longo da costa moçambicana dentro de três anos; a renovação programada da barragem da HCB na província de Tete; a fábrica de fertilizantes a gás do gigante internacional de fertilizantes Yara; e o investimento da Mitsui & Company's no projecto de infra-estruturas ferroviárias e portuárias de Nacala.

ÊNFASE ESTRATÉGICO

Os nossos clientes conduzem a nossa estratégia. É por eles que existimos. Iremos portanto prosseguir a nossa missão de criar uma cultura atenta e centrada nos clientes, que nos permita oferecer aos nosso clientes soluções personalizadas que respondam adequadamente às suas necessidades presentes e futuras.

Na nossa qualidade de banco universal em crescimento, a essência da nossa estratégia este ano assentou numa implementação direccionada de iniciativas que se centraram numa visão abrangente das necessidades dos nossos clientes. Essa estratégia levou-nos a concentrarmo-nos na obtenção de depósitos para garantir que o nosso balanço fosse suficientemente líquido para servir eficazmente as necessidades dos nossos clientes, independentemente da complexidade das condições económicas. Esses esforços resultaram num crescimento notável da nossa base de depósitos, o que nos deu uma considerável flexibilidade para aproveitar oportunidades emergentes no mercado, de uma maneira prudente.

Apesar do abrandamento económico, também nos concentrámos em investir em inovações na nossa infra-estrutura. Este investimento culminou com a expansão dos nossos canais digitais, tais como o lançamento da nossa agência de auto-serviço, a primeira do seu género em Moçambique. Também investimos nos nossos processos e sistemas, bem como, na modernização de algumas das nossas agências, para nos permitir servir melhor os nossos clientes.

Em consonância com o nosso objectivo de impulsionar o crescimento de África e construir uma base de jovens empresários moçambicanos vibrantes e dedicados, este ano criámos a primeira incubadora de empresas privadas em Moçambique. Através desta iniciativa, planeamos estimular o crescimento inclusivo no país, assentando as fundações para um ecossistema empresarial robusto, inovação nos valores, satisfação local e criação de emprego. As actividades da incubadora assentam em cinco pilares: idealização, incubação, ideias, acesso ao mercado e crescimento.

Finalmente, à imagem dos anos anteriores, investimos muitos dos nossos esforços e recursos no desenvolvimento e crescimento dos nossos colaboradores. Os nossos colaboradores são a única fonte da nossa competitividade. Por conseguinte, continuamos a investir na formação da próxima geração dos nossos líderes e procuramos reter os nossos melhores talentos.

RESULTADOS

O banco alcançou resultados excepcionais em 2017 apesar da difícil conjuntura operacional. Não poupámos esforços nos últimos anos para criar capacidade de resiliência na nossa actividade e esses esforços estão a dar frutos. Entre outros, procurámos formas de tornar os serviços bancários mais cómodos e mais eficientes em termos de custos para os nossos clientes e desenvolvemos produtos que vão ao encontro das suas necessidades. Esta estratégia levou ao crescimento da nossa base de clientes e a uma maior fidelização dos clientes. Também introduzimos uma cultura de consciencialização dos custos em toda a nossa actividade, o que desafia as nossas equipas a inovar. A nossa estratégia de digitalização está no centro destas inovações. Em consequência, os nosso resultados líquidos de impostos (RLI) subiram 101%, de MZN2.781 milhões em 2016 para MZN5.595 milhões em 2017.

No entanto, em linha com as nossas expectativas para 2017, as nossas operações globais acompanharam o declínio generalizado dos negócios e do consumo na economia. Esta situação sentiu-se em todos os segmentos da nossa actividade, tendo como consequência uma quebra dos outros proveitos em termos anuais. No entanto, as medidas que tomámos para adaptar a nossa actividade a esta realidade e as medidas de mitigação que desenvolvemos para identificar e explorar oportunidades emergentes, levaram a um enorme aumento nos nossos proveitos de canais digitais. Esse aumento veio contrabalançar a pressão noutras linhas de negócio, como a negociação.

Também tomámos medidas para fortalecer ainda mais a nossa actividade, para sermos capazes de suportar as actuais pressões, como as elevadas taxas de juros, e também prepararmo-nos para a recuperação esperada. A este respeito, apoiando-nos na força da nossa marca no mercado, centrámos as nossas atenções no aumento da nossa base de depósitos, especialmente de contas à ordem, que cresceu de forma assinalável em termos anuais, apesar da pressão de redução enfrentada pelos nossos passivos correntes em moeda estrangeira, em consequência de um metical mais forte face ao ano anterior.

Por outro lado, a manutenção de elevadas taxas de juro teve um impacto positivo nos nossos proveitos de juros. Em paralelo com a nossa abordagem baseada nas operações, que ajudou a atenuar o custo de fundos, resultou numa melhoria da nossa margem financeira.

Também aumentámos a atenção em termos de gestão do risco de crédito, para identificar as exposições que pudessem violar os nossos parâmetros de risco, com vista a tomar medidas preventivas e correctivas, consoante as circunstâncias. Tal levou a uma redução significativa das nossas provisões para imparidade comparado com 2016.

Os desafios de uma actividade em crescimento, acompanhada de pressões inflacionistas e de uma adaptação constante do negócio para responder aos desafios de um mercado em rápida mutação, resultaram num crescimento

de 26% dos nossos custos operacionais. No entanto, já o esperávamos e foi contrabalançado por esforços concertados para fazer crescer as rubricas de receitas. O nosso sucesso em alcançar este equilíbrio está reflectido no nosso rácio de eficiência, que caiu de 44,4% em 2016 para 41,5% em 2017. Da mesma forma, a nossa rendibilidade dos capitais próprios (ROE) aumentou de 24,3% em 2016 para 33,4%.

GESTÃO DO CAPITAL

A gestão eficiente do capital continua a ser um componente crítico da nossa estratégia. O banco gere a sua base de capital para alcançar um equilíbrio prudente entre manter níveis de capital para suportar o crescimento da actividade, aumentar a confiança dos depositantes e dos credores e dar rendibilidades competitivas aos accionistas, assegurando simultaneamente a manutenção dos objectivos em termos de capital regulamentar.

Com um rácio de solvabilidade de 20,41% (2016: 16,95%), o banco está devidamente capitalizado. Este valor situa-se significativamente acima do requisito mínimo regulamentar de 8% definido pelo Banco de Moçambique. Também é consentâneo com o nosso objectivo de manter um elevado nível de capitalização para nos permitir adaptarmo-nos a mudanças no nosso sector e ganhar flexibilidade para prosseguir oportunidades no nosso mercado.

GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

A nossa relevância para os mercados e sociedades em que operamos depende de um envolvimento permanente e profícuo com todas as partes interessadas.

Durante o ano, mantivemos uma interacção regular e construtiva com os nossos reguladores, o que fortaleceu os nossos relacionamentos. Trabalhando em conjunto com os reguladores e em linha com as suas recomendações e as melhores práticas internacionais, fizemos alterações na nossa estrutura de governação, que esperamos venham a melhorar a eficiência dos nossos conselhos e das nossas comissões. Também continuámos a beneficiar de um sólido apoio por parte dos nossos accionistas.

Continuamos a incutir nos nossos colaboradores uma cultura de cumprimento e vivência dos valores do banco, tal como consagrados na nossa declaração de valores. “Fazer o negócio certo da forma correcta” continua a ser a nossa pedra angular. Nesta matéria, esforçamo-nos por responsabilizar e permitir aos nossos colaboradores que tomem decisões eficazes em todos os níveis da actividade, de acordo com princípios éticos definidos.

AGRADECIMENTOS

Os nossos resultados este ano testemunham o apoio e esteio dos nossos clientes, a quem expressamos os nossos maiores agradecimentos. Os nossos quadros e colaboradores foram incansáveis para conseguir estes resultados excepcionais. Agradecemos-lhes a sua lealdade e dedicação ao banco e a excelência do serviço prestado aos nossos clientes.

Os nossos agradecimentos também vão para os nossos accionistas pelo seu apoio e orientação durante o ano. Aos nossos colegas do Conselho de Administração, agradecemos os seus sábios conselhos e conhecimentos, que nos permitiram alcançar este desempenho notável.

Finalmente, estamos gratos aos nossos reguladores pelas suas orientações. Estamos também gratos à comunidade de que fazemos parte integrante pelo seu apoio, reciprocidade e parcerias. O seu envolvimento permite-nos mudar as coisas nos sítios em que desenvolvemos a nossa actividade.

ANÁLISE FINANCEIRA

RESUMO DOS RESULTADOS

Apesar de um ambiente operacional muito difícil, o banco continuou a demonstrar capacidade de resiliência ao conseguir um forte desempenho em 2017. Os resultados líquidos de impostos (RLI) subiram de maneira acentuada, de MZN2.781 milhões em 2016 para MZN5.595 milhões em 2017. Em linha com esse desempenho, a nossa rendibilidade dos capitais próprios (ROE) subiu de 24,3% em 2016 para 34,7%.

Os resultados deste exercício reflectem o sucesso da nossa contínua estratégia de investir substancialmente na nossa actividade, introduzindo novações, aumentando as competências dos nossos colaboradores e otimizando a nossa infra-estrutura, balanço e base de custos.

Este resumo abrange:

- uma análise da conjuntura operacional;
- os principais factores que afectaram o desempenho em 2017;
- uma análise do desempenho financeira e da posição financeira do banco;
- uma análise do capital.

O quadro seguinte mostra os principais indicadores financeiros (PIFs) para 2017.

	Dez-17	% variação	Dez-16
Resultado por acção (MZN)	21,4	101%	10,7
Valor líquido do activo por acção (MZN)	67,6	39%	48,6
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) (%)	34,7%	10,4%	24,3%
Rendibilidade do activo (ROA) (%)	6,4%	2,6%	3,8%
Rácio de solvabilidade (%)	20,41%	3,46%	16,95%
Rácio de perdas de crédito (%)	1,3%	-2,4%	3,7%
Rácio de eficiência (%)	41,5%	-2,9%	44,4%
Margem financeira	10,7%	4,1%	6,6%
Proveitos por colaborador (MZN'000)	11,174	37%	8,184
Taxa de transformação	35,2%	-14,8%	50,0%
ATMs	181	12%	161
Empregados	1.172	-1%	1.187



CONJUNTURA OPERACIONAL

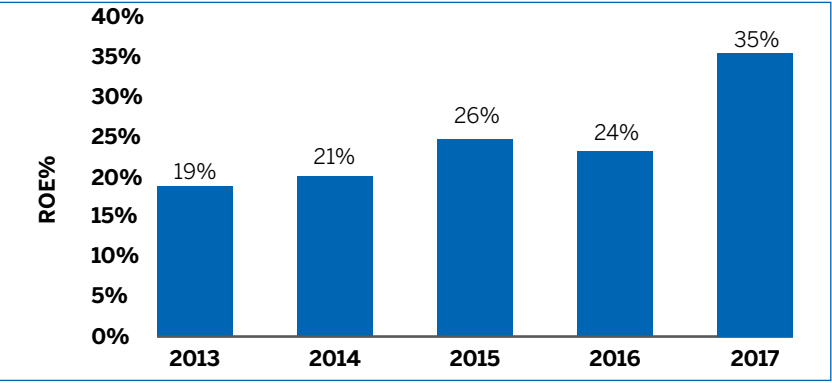
A conjuntura operacional em 2017 continuou a ser difícil, marcada por incertezas na conjuntura macroeconómica devido a vários factores. Foi divulgado amplamente em 2017 que o país não atingiu as expectativas em termos de dar resposta às lacunas de informação no relatório de auditoria da Kroll relativas a dívida soberana, outrora não divulgada. Em consequência, um programa do FMI, visto por muitos como uma ferramenta para repor a estabilidade macroeconómica e acelerar o crescimento, acabou por não se concretizar durante o ano. Além disso, taxas de juro persistentemente altas abrandaram o consumo e a concessão de crédito, especialmente no segmento das empresas, uma vez que os clientes procuraram adiar os investimento planeados ou identificaram fontes de capital alternativos, tais como financiamentos das casas-mães no exterior.

No entanto, as melhorias na posição da Balança de Pagamentos, em consequência de importações fracas e de um sector de matérias-primas a crescer, levaram a um fortalecimento do metical de 17,3% em termos anuais face ao USD, para MZN59,02. Conjugadas com preços dos bens alimentares mais moderados, em consequência de uma campanha agrícola melhor do que a de 2016/17, fizeram com que a inflação anual caísse de 10,6% em Dezembro de 2016 para 5,7% no final de 2017. Esta situação criou alguma margem para as autoridades começarem a resolver a questão do regime de elevadas taxas de juro domésticas, o que teve como consequências as taxas de referência caírem 275 pontos base para 20,5% no final do ano.

Por outro lado, o regulador continuou a tomar medidas para fortalecer o sector bancário e aumentar a transparência do sector financeiro. Este ano, decretou a uniformização e publicação de uma taxa de referência para concessão de crédito e margens em moeda local para todas as instituições bancárias. Durante o ano, o Banco de Moçambique também emitiu regulamentação a aumentar os requisitos de capital mínimos para os bancos, com uma abordagem faseada.

No médio a longo prazo, Moçambique continua a ser um destino atractivo para o investimento. Depois de uma redução nos últimos dois anos, o investimento directo estrangeiro (IDE) deve aumentar nos próximos anos, estimulado pelo sector ligado aos recursos naturais. Os novos investimentos de longo prazo anunciados pela Sasol, Mitsui, ENI, Exxon Mobil e Heineken, entre outras, significam melhores perspectivas económicas no médio a longo prazo.

ROE - RENDIBILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS



Apesar dos difíceis desafios de 2017, o banco alcançou fortes resultados, provando assim a sua capacidade de resiliência. E apesar de um significativo reinvestimento na actividade para preparar o futuro crescimento, o banco obteve um notável aumento da sua rentabilidade dos capitais próprios (ROE), de 24,3% para 34,7%.

PRINCIPAIS FACTORES QUE AFECTARAM O DESEMPENHO EM 2017

Os factores a seguir tiveram grande influência no nosso desempenho em 2017.

FORÇA DA MARCA STANDARD BANK

O banco procurou manter a confiança dos seus clientes, especialmente durante estes tempos de incerteza. Os nossos clientes valorizam o ambiente seguro que o nosso banco propicia para os seus investimentos e depósitos, bem como a nossa estratégia centrada nos clientes e o nosso acesso a redes globais através da nossa casa-mãe, o Grupo Standard Bank.

REPOSICIONAMENTO BEM SUCEDIDO DO NOSSO BALANÇO

A nossa estratégia de reposicionar o nosso balanço atraindo passivos mais baratos está a dar resultados. Fortalecidos pela fé e confiança que os nossos clientes depositam em nós, este ano a nossa base de depósitos em moeda local cresceu de forma assinalável. Numa altura em que as taxas de juro se mantiveram elevadas, este facto teve um impacto positivo na nossa margem financeira.

PRÁTICAS PRUDENTES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Apesar das elevadas taxas de juro e do aumento do risco que acarretaram, o banco prosseguiu activamente novas operações de concessão de crédito com contrapartes e sectores consentâneos com as nossas práticas creditícias. Esta atitude foi essencial para os nossos esforços de mantermos uma carteira de crédito de alta qualidade.

FORTE CULTURA DE GESTÃO DE RISCOS

As medidas prudentes que tomámos em 2016 no início das difíceis condições económicas que se seguiram à redução dos ratings de crédito foram-nos muito úteis também em 2017, uma vez que essas condições não se repetiram durante o ano. Em consequência, as nossas provisões para imparidade caíram de forma significativa em 2017.

EFICIÊNCIAS NOS CUSTOS

Continuamos a implementar uma cultura de consciencialização dos custos em todo o banco. Combinada com a nossa estratégia de digitalização de processos e sistemas, essa cultura ajudou-nos a conseguir um crescimento sustentável da nossa base de custos e teve um impacto positivo no nosso rácio de eficiência, que melhorou para 41,5% em 2017.

ANÁLISE DO BALANÇO

	Dez-17	Dez-16
Crescimento do total de activos bancários	9,8%	19,0%
Crescimento dos activos remunerados	1,4%	14,2%
Crescimento do crédito a clientes	-25,3%	12,4%
Crescimento dos depósitos de clientes	6,7%	23,3%
Taxa de transformação	35,2%	50,0%
Activos remunerados/total do activo	74,9%	81,1%

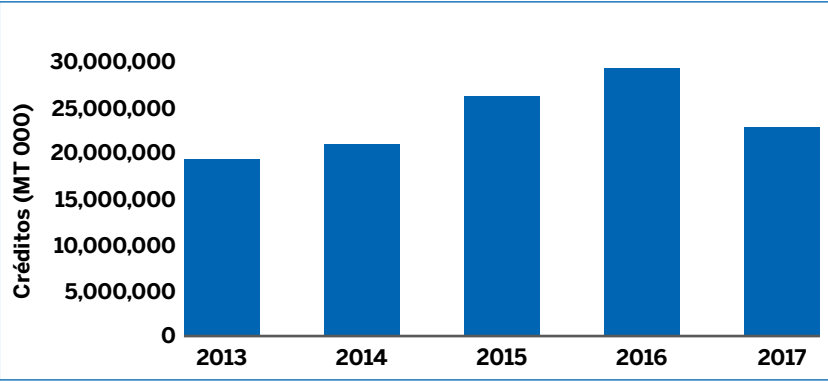
A difícil conjuntura operacional em 2017 obrigou a vigilância e ênfase numa forte gestão do risco das exposições, prosseguindo simultaneamente uma estratégia de crescimento selectivo dos activos. Por conseguinte, adaptámos a nossa apetência pelo risco em consequência e centrámo-nos em tomar medidas prudentes para gerir a incidência do crédito malparado. A forte queda no crédito bruto em termos anuais deveu-se a elevados reembolsos no segmento das empresas durante o ano, dado que determinados clientes importantes optaram por financiamento externo mais barato. No entanto, o impacto desta queda nos resultados foi contrabalançado por um efeito de diferencial positivo resultante das taxas de juro médias mais elevadas nos primeiros meses do ano.

Em linha com as medidas proactivas tomadas durante o ano, o total de crédito malparado (CMP) desceu de MZN2.460 milhões no final de 2016 para MZN1.133 milhões em 2017. Correspondendo essencialmente a operações renegociadas, estes créditos estão totalmente garantidos e espera-se que venham a ser regularizados.

As provisões para imparidade do crédito caíram de MZN1.122 milhões para MZN295 milhões durante o ano, reflectindo as prudentes medidas tomadas em 2016 para atribuir imparidade a todas as exposições afectadas pela recessão económica. O investimento feito pelo banco em anos anteriores nas regularizações e recuperações continuou a dar frutos e contribuiu para uma redução das perdas por imparidade. Esta posição foi ainda melhor em termos do metical, devido ao impacto da valorização do metical nas provisões para riscos gerais de crédito relativas à carteira de crédito denominada em moeda estrangeira. Esta situação teve como consequência o rácio de perdas de crédito global cair de forma notável de 3,75% em 2016 para 1,3% em 2017.

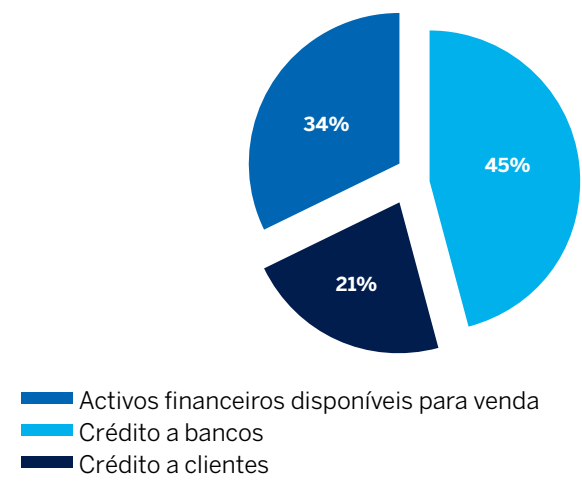
A taxa de transformação caiu em 2017 de 50% para 35,2% em consequência do crescimento dos depósitos e da redução da carteira de crédito durante o ano.

CRÉDITO A CLIENTES



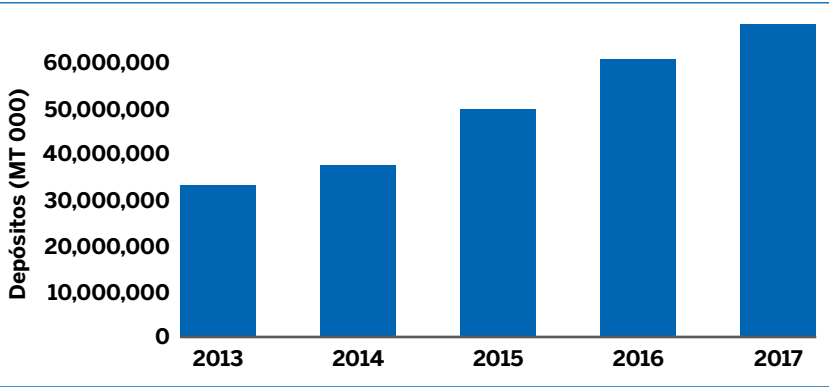
A nossa carteira de crédito registou uma quebra em termos anuais, em linha com o modesto consumo e investimento que se verificaram durante o ano. Este facto foi exacerbado pelo refinanciamento de facilidades por alguns clientes importantes com base em preocupações quanto ao financiamento, mudando para fontes alternativas de financiamento externo. Um metical mais forte também teve um impacto negativo, uma vez que o crédito em moeda estrangeira foi convertido no final do exercício a uma taxa de câmbio inferior à do exercício anterior.

No entanto, o total do activo cresceu 9,8% para MZN87.428 milhões (2016: 19%) impulsionado em grande medida pelo crescimento dos activos financeiros disponíveis para venda. Em proporção do total do activo, os activos remunerados caíram de 81,1% em 2016 para 74,9%, devido a um aumento dos depósitos não remunerados junto do Banco de Moçambique para cumprir as reservas obrigatórias.



O nosso balanço continua a estar fortemente virado para activos líquidos como bilhetes do tesouro, obrigações e depósitos junto de outros bancos. Estes activos representam mais de 50% do nosso balanço. O banco está portanto bem posicionado para responder a oportunidades que surjam no mercado, uma vez que tem uma ampla margem de manobra para alavancar mais o seu balanço.

DEPÓSITOS



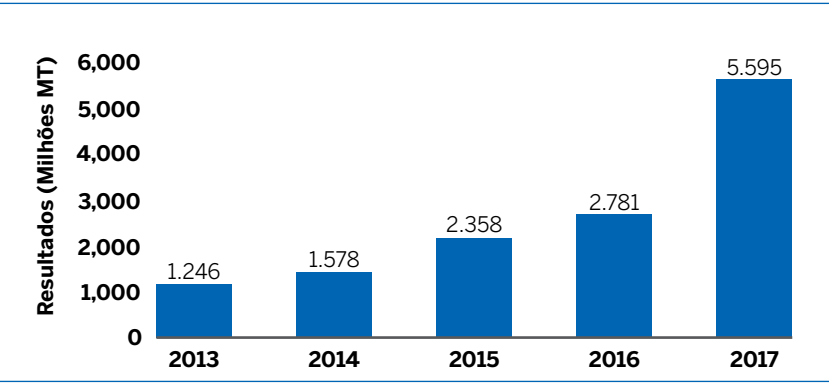
O banco continua a beneficiar da sua estratégia de levar a banca para mais perto dos seus clientes através de produtos inovadores. A conveniência oferecida pela digitalização, reforçada pelo nosso envolvimento activo com os nossos clientes para determinar o que é mais importante e como os podemos servir melhor, ajudou-nos a focar os nossos esforços. O crescimento dos nossos depósitos de clientes, apesar das difíceis condições do mercado, reflecte o sucesso dos nossos esforços. Este crescimento foi mais pronunciado nos nossos depósitos em moeda local, que cresceram 31,8% em termos anuais. Por outro lado, a carteira de depósitos em moeda estrangeira, embora tenha crescido em termos da moeda de denominação original, foi afectada por um metical mais forte no final de 2017 comparado com o final de 2016.

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Dez-17	% variação	Dez-16
Margem financeira	9.359	77%	5.275
Outros proveitos	3.737	-16%	4.439
Total de proveitos	13.096	35%	9.714
Provisões de crédito	295	-74%	1.122
Custos operacionais	5.430	26%	4.309

A nossa margem financeira registou melhorias significativas este ano, de 6,6% em 2016 para 10,7%, impulsionada pelo impacto do diferencial positivo nas margens e por um custo de financiamento menor. Uma redução de 74% nas provisões para imparidade, apesar de uma conjuntura de risco de crédito em agravamento, representou uma inversão face ao ano anterior. Isto veio cimentar ainda mais o notável desempenho dos nossos resultados líquidos de impostos, que cresceram de MZN2.781 milhões para MZN5.595 milhões.

RLI - RESULTADO LÍQUIDO DE IMPOSTOS



MARGEM FINANCEIRA

Os esforços concertados do banco para mudar a sua base de financiamento para passivos mais baratos deu frutos em 2017. Embora os custos de juros tenham triplicado em termos anuais, afectados por uma conjuntura de altas taxas de juro e um crescimento de 23,7% nos depósitos a prazo, o diferencial positivo no balanço teve um forte efeito de compensação, tendo como resultado uma margem financeira com um crescimento anual de 77%.

OUTROS PROVEITOS

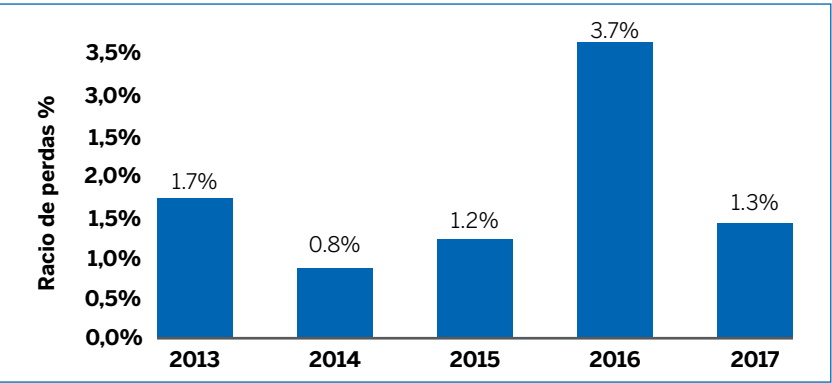
A modesta actividade económica em 2017 teve um impacto assinalável na rubrica de outros proveitos. Embora uma maior utilização das nossas plataformas electrónicas e o crescimento da nossa base de clientes tenham atenuado o impacto, o crescimento limitado no volume de outras operações, uma queda generalizada das importações e um metical estável afectaram negativamente os nossos proveitos de operações financeiras, o que levou a que os outros proveitos caíssem 16%.

PROVISÕES PARA IMPARIDADE DO CRÉDITO

Em consonância com a nossa política de gestão do risco de crédito, continuámos a aplicar com rigor a regulamentação e as melhores práticas internacionais à mensuração da imparidade. No entanto, a primeira linha de defesa da nossa gestão do risco são as práticas prudentes de concessão de crédito suportadas por uma gestão cuidadosa e proactiva das exposições, para garantir que se mantêm dentro dos nossos parâmetros de apetência pelo risco. Esta abordagem foi-nos muito útil em 2017.

Na sequência de uma explosão no crédito malparado em 2016, em resposta ao agravamento das condições económicas, este ano o banco conseguiu inverter os factores de agravamento, principalmente evitar a repetição dos eventos similares. Tal levou o crédito malparado a cair 51,8% em termos anuais. Além disso, o metical mais forte teve um efeito positivo nas provisões para imparidade, devido às menores provisões para riscos gerais de crédito relativas ao crédito em moeda estrangeira, traduzido numa taxa de MZN59,02/USD1 no final deste ano, comparado com MZN71,35/USD1 em 2016. Em consequência, as provisões para imparidade caíram de MZN1.122,3 milhões em 2016 para MZN295 milhões em 2017. Da mesma forma, o rácio de perdas de crédito caiu de 3,7% em 2016 para 1,3% este ano.

RÁCIO DE PERDAS DO CRÉDITO



CUSTOS OPERACIONAIS

Em 2017, continuámos a investir de forma substancial na nossa capacidade para servir melhor os nossos clientes e conseguir eficiências nas nossas operações. Em consequência, para além de criar eficiências nos custos em toda a actividade, processos e sistemas, dedicámos grandes esforços para garantir que facultamos um ambiente em que o nosso pessoal possa continuar a desenvolver-se e ter o melhor desempenho. Isto foi de uma importância crítica dada a difícil conjuntura económica em que desenvolvemos a nossa actividade. Estes investimentos também são um voto de confiança no nosso futuro em Moçambique.

Como parte da nossa estratégia de retenção de pessoal, procuramos continuamente garantir que a proposta de valor dos nossos colaboradores vai devidamente ao encontro das suas aspirações, diferencia as nossas práticas laborais das dos nossos concorrentes e respeita as promessas que fazemos. Como nos anos anteriores, fizemos um investimento significativo para atenuar o impacto do custo de vida para os nossos colaboradores, bem como em melhorar o seu bem-estar e potenciar o seu desenvolvimento pessoal. Estes investimentos no nosso pessoal baseiam-se na nossa convicção de que é o nosso mais importante recurso, pelo que merece o devido apoio para executar a nossa estratégia.

Embora estes investimentos tenham causado alguma pressão sobre os custos, foram compensados por uma maximização bem sucedida de eficiências de custos em toda a organização. Em consequência, os nossos custos operacionais cresceram 26%, para MZN5.430 milhões (2016: MZN 4.283 milhões), em linha com as nossas expectativas. Este facto levou a uma melhoria no nosso rácio de eficiência, para 41,5% (2016: 44,4%), tendo beneficiado de um crescimento mais rápido da nossa base de receitas.

POSIÇÃO DE CAPITAL

Através da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração (CAC), o Conselho de Administração supervisiona a nossa função de gestão do capital. Esta função assegura que o banco cumpra a todo o tempo os requisitos regulamentares e que esteja capitalizado em consonância com a sua apetência pelo risco e os seus objectivos em termos de rácios.

O banco vai continuar a desenvolver esforços para manter a todo o tempo um equilíbrio prudente entre rácios de capital que suportem devidamente o crescimento da actividade e a confiança dos depositantes e oferecer um retorno competitivo aos nossos accionistas.

	Dez-17	Dez-16
Fundos próprios de base (Tier I)	18,85%	14,88%
Fundos próprios complementares (Tier II)	1,56%	2,08%
Total	20,41%	16,96%

O capital mínimo exigido pelo Banco de Moçambique é 8%.

Em consonância com as expectativas, o banco manteve uma forte posição de capital durante o exercício, tendo cumprido ou mesmo ultrapassado todos os objectivos em termos de rácios. Uma melhoria do nosso rácio de solvabilidade para 20,41%, coloca-nos significativamente acima do requisito mínimo regulamentar de 8%.

No entanto, durante o ano, Banco de Moçambique publicou o Aviso n.º 7/GBM/2017, que revê os requisitos de capital mínimo, e o Aviso n.º 9/GBM/2017, que aumentou o rácio mínimo de solvabilidade para os bancos comerciais a operar em Moçambique.

O Aviso n.º 7/GBM/2017 prevê um período de 3 anos, durante o qual o capital mínimo irá aumentar gradualmente dos actuais MZN70 milhões para MZN570 milhões até 2 de Junho de 2018; MZN1.140 milhões até 2 de Junho de 2019; e MZN1.700 milhões até 2 de Junho de 2020.

Da mesma forma, o Aviso n.º 9/GBM/2017 aumenta o rácio de solvabilidade mínimo dos actuais 8% para 9% até 5 de Junho de 2018; 11% até 5 de Junho de 2019; e 12% até 5 de Junho de 2020.

O banco está empenhado em cumprir ambos os avisos nos termos previstos.

Faça transacções
24 horas por dia
nos canais digitais
e ganhe tempo

ICBC

“Como podemos fazer crescer Moçambique?”

“Com um projecto sólido e sustentável”

Credor Comercial
Agente Facilitador de Risco de Crédito não Coberto
Agente Local das Garantias do Financiamento
Banco Transaccional Local

O objectivo de Moçambique em ser um importante produtor de gás natural está a tornar-se uma realidade, com a construção de uma plataforma flutuante de GNL (Gás Natural Liquefeito). Com base na nossa experiência no sector de petróleo e gás em África, foi possível apoiar o financiamento deste projecto inovador em Moçambique. O compromisso dos financiadores e o nosso profundo conhecimento da realidade moçambicana, traz novas oportunidades e enormes benefícios para as nossas comunidades. Somos o parceiro certo para fazer Moçambique crescer e seguir em frente, neste continente que chamamos de nossa casa.

standardbank.co.mz

Standard Bank Seguindo em Frente™

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras anuais do Standard Bank, S.A. que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017 e as demonstrações de resultados, do rendimento integral, das alterações dos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e à manutenção de registos contabilísticos adequados e de um sistema de gestão de risco eficiente e eficaz.

Os Administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para questionar a adopção deste pressuposto.

Compete aos auditores externos elaborar o relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As Demonstrações Financeiras do Standard Bank, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de Fevereiro 2018 e encontram-se assinadas em seu nome pelos seguintes representantes.

Adjimohanma Chukwuma Nwokocha
Administrador Delegado

Gomezgani Neba
Director Financeiro

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as matérias que, no nosso julgamento profissional, tiveram mais importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras deste ano. Estas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da respectiva opinião, e não emitimos uma opinião isolada sobre estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Resposta de auditoria às matérias relevantes de auditoria
Imparidade do crédito – Banca de Grandes Empresas e de Investimento (BGEI) e Banca de Particulares e Negócio (BPN)	Obtivemos um entendimento da carteira de crédito, e testámos os controlos relevantes relacionados, incluindo: <ul style="list-style-type: none">o processo de aprovação de crédito;a monitorização do crédito, incluindo as ferramentas internas de avaliação;o cálculo da imparidade.

(Remetemos para a informação sobre “Uso de estimativas e julgamentos” na página 18, “Activos e passivos financeiros” na página 27, “Risco de crédito” na página 41 e “Emprestrimentos e adiantamentos” na página 108)

Em 31 de Dezembro de 2017, a carteira de crédito líquida de imparidade totalizava 22 013 208 milhares de meticais e a imparidade do crédito totalizava 1 689 274 milhares de meticais dos quais 1 183 338 milhares de meticais diziam respeito à carteira BGEI e 505 936 milhares de meticais à carteira BPN.

O Banco avalia a imparidade da carteira de crédito na data de cada relato financeiro e esta avaliação é feita de forma específica para o crédito em incumprimento com indicadores de imparidade e de forma colectiva para o restante crédito vigente e em incumprimento.

Imparidade colectiva
A imparidade para o crédito vigente e para o crédito em incumprimento sem imparidade específica é calculada colectivamente.

Para a carteira BGEI são usados modelos estatísticos para calcular a imparidade colectiva, com variáveis que requerem julgamento significativo da gestão relativamente a aspectos diversos tais como:

(i) a atribuição de uma classificação de risco individual;

Avallamos a adequação dos modelos utilizados pelo Banco, com o apoio dos nossos peritos de avaliação, efectuando, entre outros, os seguintes procedimentos:

- avaliação da conformidade dos modelos com os princípios subjacentes à IAS 39, tendo-se notado que foram aplicados correctamente;
- recálculo de percentagens modeladas ao nível do Grupo, mais concretamente a probabilidade de uma conta que não apresenta evidência de imparidade no presente entrar em incumprimento no período de emergência; recálculo da probabilidade de uma conta passar de regular para irregular dentro de um horizonte de tempo determinado; recálculo das perdas decorrentes de incumprimento, os seja, a percentagem do valor em incumprimento cuja recuperação não é expectável;

Relatório do Auditor Independente

Aos acionistas do Standard Bank, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Standard Bank, S.A. (Banco) em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano então findo em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O que auditámos

As demonstrações financeiras do Standard Bank, S.A., apresentadas nas páginas 11 a 130, que compreendem:

- a demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
- a demonstração do rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
- o balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
- a demonstração das alterações dos capitais próprios do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
- a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
- as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das políticas contabilísticas significativas.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique, e com o Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), e cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique e com o Código de Ética do IESBA.

PricewaterhouseCoopers, Lda – Edifício Millennium Park, Avenida Vladimir Lenin, nº 174, 4º andar, Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307012/20, F: (+258) 21 307012/300290, E: maputo@pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers LLP
Número de matrícula: 11875. NÚM. 40000016. Capital Social: 50.000.000.000.

A nossa abordagem de auditoria

Visão Geral

Materialidade Global

- 353 600 milhares de meticais que representam 5% do resultado antes de impostos directos.

Matérias relevantes de auditoria

- Imparidade do crédito – Banca de Grandes Empresas e de Investimento (BGEI) e Banca de Particulares e Negócio (BPN);
- Divulgação da estimativa do impacto da NIF 9 - Instrumentos Financeiros, uma norma contabilística não efectiva no ano relativo a este relato financeiro, conforme a NIC 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

Enquanto parte do planeamento da nossa auditoria, determinámos a materialidade, avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras e consideramos, em particular, onde é que a Administração efectuou julgamentos subjectivos; por exemplo, nas estimativas contabilísticas significativas que envolveram premissas e eventos futuros inherentemente incertos. Tal como em todas as nossas auditorias, endereçamos o risco da sobreposição aos controlos por parte da Administração, incluindo, entre outros assuntos, a evidência de tendências que indiquem risco de distorção relevante devido a fraude.

Materialidade

O âmbito da nossa auditoria foi influenciado pela aplicação da nossa materialidade. Uma auditoria é planeada para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais, individual ou agregadamente, se for razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Com base no nosso julgamento profissional, estabelecemos níveis quantitativos para a materialidade, incluindo a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo, conforme apresentado no quadro abaixo. Estes níveis quantitativos, juntamente com considerações qualitativas, auxiliaram-nos a determinar o âmbito da nossa auditoria, e a natureza, oportunidade e extensão dos nossos procedimentos de auditoria, e a avaliar o efeito das distorções, em termos individuais e agregados, nas demonstrações financeiras como um todo.

Materialidade Global Como foi determinada	353 600 milhares de meticais.
Racional para o indicador de materialidade aplicado	5% do resultado antes de impostos directos.

Optámos pelo resultado antes de impostos directos como indicador da materialidade porque na nossa apreciação o indicador de desempenho mais comumente usado pelos utilizadores e também um indicador geralmente aceite. Escolhemos uma percentagem de cinco por cento porque é consistente com os indicadores quantitativos de materialidade utilizados para empresas orientadas para o lucro neste sector.



(ii) a probabilidade de incumprimento;	• comparação de informação de mercado com a documentação que justifica os seguintes elementos dos modelos: períodos de emergência, intervalo entre os eventos da perda e o incumprimento efectivo e ajustamentos relacionados com tendências macroeconómicas. Consideramos que as justificações são razoáveis e em linha com as nossas expectativas baseadas no conhecimento do sector;
(iii) as perdas decorrentes de incumprimento;	• teste à exactidão das folhas de cálculo da imparidade.
(iv) a probabilidade de uma conta que não apresenta evidência de imparidade no presente entrar em incumprimento no período de emergência.	• recenseamos, com base na informação da carteira de crédito já validada, a segmentação da mesma em empréstimos em incumprimento, avaliados individualmente, e empréstimos vigentes ou em incumprimento sem imparidade específica, avaliados colectivamente;
Para a carteira BFN são usados modelos estatísticos para o cálculo da provisão de imparidade colectiva.	
Os dados introduzidos neste modelo também exigem julgamentos significativos da gestão, tais como:	
(i) a probabilidade de incumprimento;	Adicionalmente, e para testar os dados introduzidos nos modelos, efectuámos os seguintes procedimentos:
(ii) as perdas decorrentes do incumprimento;	• comparámos o nosso recálculo dos valores relativos à probabilidade de incumprimento e perdas decorrentes de incumprimento com os cálculos efectuados pelo Banco e não detectámos diferenças significativas.
(iii) a probabilidade de uma conta que não apresenta evidência de imparidade no presente entrar em incumprimento no período de emergência.	
Imparidade específica	
Para o crédito com indicadores objectivos de imparidade (empréstimos em incumprimento com imparidade específica) nas carteiras BCEI e BFN, efectuamos um cálculo específico pela gestão na data de cada relato financeiro. Julgamentos, pressupostos e estimativas significativas foram efectuadas pela gestão no que respeita:	
Imparidade colectiva	
BPN:	
(i) à determinação se o empréstimo está em imparidade;	• testámos a exactidão dos dados de segmentação introduzidos nos modelos, através da inspecção por amostragem da informação de suporte relativa aos dados mais relevantes, tais como o número de dias em incumprimento e o tipo de produto (empréstimo hipotecário, descobertos, empréstimos a termo, etc.). Com base nos elementos de suporte que inspecionámos, notámos que estes produtos foram classificados correctamente; e
(ii) à recuperação e adequação do colateral;	
(iii) ao montante dos fluxos de caixa a receber;	
(iv) ao momento em que os fluxos de caixa serão recebidos.	
4	

<i>Divulgação da estimativa do impacto da NIRF 9 - Instrumentos Financeiros (NIRF 9), uma norma contabilística não efectiva no ano-relato a este relato financeiro, conforme a NIRF 9 - Políticas Contabilísticas. Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros</i>	
<i>(Remetermos para a secção 2.1.4, Normas emitidas mas ainda não adoptadas, na página 20)</i>	
A informação divulgada na secção 2.1.5 das principais políticas contabilísticas representa a consideração da gestão sobre o impacto de novas normas contabilísticas que ainda não são efectivas e o potencial impacto quando da adopção.	
Mas precisamente, a NIRF 9 Instrumentos Financeiros (NIRF 9) que se torna efectiva para os períodos de relato financeiro anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2018.	
A NIRF 9 terá um impacto significativo na classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros e nas perdas por imparidade. A determinação do impacto decorre de uma série de escolhas de políticas contabilísticas e julgamentos por parte da gestão.	
Ao determinar a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros foram efectuadas escolhas relativas a políticas contabilísticas e julgamentos relativos:	
• à identificação de modelos de negócio para os activos financeiros; e	
• à avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais dos activos financeiros.	
Para determinar as perdas de crédito esperadas, sejam estas as perdas esperadas num período de 12 meses ou até à maturidade, o Banco desenvolveu novos modelos de imparidade.	
Para testar a divulgação da gestão sobre o impacto da adopção da NIRF 9 efectuámos os seguintes procedimentos:	
• avaliamos a adequação das escolhas da gestão relativas às políticas contabilísticas e à conformidade destas com a norma; e	
• efectuámos um entendimento e testámos, os controlos ao nível da entidade relativos à governação do processo de implementação da norma no Banco.	
Relativamente à classificação e mensuração, avaliamos a determinação efectuada pela gestão dos vários modelos de negócio e inspecionámos as evidências que suportam a classificação destes modelos em detidos para receber fluxos de caixa, detidos para receber os fluxos de caixa e venda ou detidos para negociação, tendo por base:	
• a forma como o desempenho do modelo de negócio é avaliado e relatado à gestão;	
• os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e a forma como esses riscos são geridos;	
• a forma como os gestores das operações são recompensados;	
• o histórico da frequência, momento e valor das vendas;	
• o motivo das vendas; e	
• as expectativas sobre as vendas futuras.	
Adicionalmente, e com base numa amostra, testámos se estes activos financeiros cumprem o critério de activos financeiros detidos com o propósito único de gerarem fluxos relativos a pagamentos de capital e juros e corroborámos a correcção da categorização com base nos resultados destes testes.	
6	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Nota	2017	2016
		MT	MT
Juros e rendimentos similares	5	11,865,241,681	6,230,410,482
Juros e encargos similares	5	(2,506,195,742)	(955,038,530)
Margem financeira		9,359,045,939	5,275,371,952
Rendimentos com taxas e comissões	6	1,274,519,767	1,223,127,188
Gasto com taxas e comissões	6	(18,399,847)	(7,059,977)
Resultados com taxas e comissões		1,256,119,920	1,216,067,211
Resultados de operações financeiras	7.1	2,344,004,652	3,222,839,845
Outros proveitos	7.2	136,962,508	-
Resultados operacionais		13,096,133,018	9,714,279,008
Imparidade de crédito	8	(294,640,240)	(1,122,266,851)
Resultados operacionais após perda por imparidade de crédito		12,801,492,778	8,592,012,157
Outros gastos operacionais	9	(5,430,106,915)	(4,309,272,650)
Resultado antes de impostos indirectos		7,371,385,864	4,282,739,506
Imposto indirecto	10.1	(299,326,052)	(203,848,664)
Resultado antes de impostos directos		7,072,059,811	4,078,890,842
Imposto Directo	10.2	(1,476,774,121)	(1,297,987,433)
Resultado líquido do exercício		5,595,285,691	2,780,903,410
Resultados por acção			
Básicos e deluídos	11	21.35	10.75

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	2017	2016
	MT	MT
Resultado do exercício	5,595,285,691	2,780,903,410
Outros rendimentos integrais		
Itens que nunca serão reclassificados posteriormente para resultados		
Resultados de ganhos e perdas actuariais (fundo de pensões)	32,369,000	74,431,000
Resultados de ganhos e perdas actuariais (assistência médica)	(15,133,000)	21,892,000
Itens que podem ser reclassificados posteriormente para resultados		
Resultado do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	(2,943,987)	(62,542,210)
Rendimento integral	5,609,577,704	2,814,684,200

BALANÇO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Nota	2017	2016
		MT	MT
Activo / Assets			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	17,085,814,922	10,706,529,462
Derivados	13.1	5,661,740	29,749,301
Activos detidos para negociação	13	-	462,390,452
Activos financeiros	14	29,739,761,668	13,945,094,328
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	15.1	13,792,703,313	20,697,394,837
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	22,013,208,172	29,488,243,349
Outros activos	16	340,794,518	357,278,972
Activos tangíveis	17.1	3,955,333,592	3,782,406,009
Activos intangíveis	17.2	334,597,486	92,225,726
Activo do fundo de pensões	18	160,507,000	101,697,000
Total do activo		87,428,382,411	79,663,009,436
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	19	1,294,000,000	1,294,000,000
Reserva legal	20	1,294,000,000	1,294,000,000
Outras reservas	21	1,741,993,949	2,444,970,271
Resultados transitados	22	13,163,182,645	7,545,506,529
Total do capital próprio		17,493,176,594	12,578,476,800
Passivos			
Derivados	13.1	63,913,375	3,552,702
Passivos por impostos correntes	23	261,911,488	220,532,431
Recursos de instituições de crédito	24	529,863,502	-
Recursos de clientes	25	65,729,063,846	61,597,118,261
Outros passivos	26	1,914,338,351	3,605,196,831
Empréstimos subordinados	27	1,081,572,923	1,299,410,861
Responsabilidades com a assistência médica pós-reforma	28	70,146,000	47,021,000
Passivos por impostos diferidos	23	284,396,331	311,700,551
Total do passivo		69,935,205,817	67,084,532,636
Total do capital próprio e do passivo		87,428,382,411	79,663,009,436

No data de cada relato financeiro o Banco efectua uma análise de sensibilidade para a imparidade específica e para a imparidade colectiva tendo por base, respectivamente, a média do período de emergência e o tempo estimado para recuperar o colateral.	
Considerámos a avaliação da imparidade uma matéria da maior significância no decurso da nossa auditoria a este exercício atendendo à complexidade e subjectividade de modelos que usam julgamentos, estimativas e suposições.	
• avaliamos o julgamento da gestão no cálculo anual das perdas decorrentes de incumprimento, através da análise de dados históricos relacionados com a recuperação de colaterais, recalculámos a taxa de juro média contratual para este segmento e confirmámos a aprovação pelo Comité de Risco de Crédito através da inspecção das actas das reuniões.	
BCEI:	
• para uma amostra de empréstimos e adiantamentos, avaliamos o julgamento da gestão na atribuição da classe de risco, através da discussão com a gestão dos relatórios de classificação de crédito para assim entendermos a base para os pressupostos, e da confrontação dos dados introduzidos com a informação disponível (financeira e outra informação pública). Notámos que a informação dos relatórios de classificação do crédito é detalhada e consistente com a informação de mercado;	
• comparámos o nível de risco utilizado nos modelos com o risco da carteira de crédito e não notámos diferenças expressivas.	
Imparidade específica	
Para uma amostra de empréstimos específicos, testámos a exactidão matemática dos fluxos de caixa e inspecionámos os dados introduzidos nos modelos. Uma amostra dos dados introduzidos nos fluxos de caixa foi então confrontada com a documentação de suporte.	
Finalmente, analisámos os parâmetros utilizados na análise de sensibilidade (divulgados na nota 2.1.4), comparando-os com o ano anterior e com os parâmetros usados por outras instituições na mesma, e recenseámos a análise de sensibilidade efectuada pela gestão. Notámos que os parâmetros são consistentes com o ano anterior, e em linha com o do mercado, e não encontramos diferenças significativas.	
5	

O cálculo das perdas de crédito esperadas requer julgamentos e dá origem à estimativa de incertezas que estão essencialmente relacionadas com os seguintes aspectos:	
• a complexidade dos modelos utilizados para calcular as perdas de crédito esperadas;	
• a aplicação de cenários económicos e a identificação de informações prospectivas;	
• a qualidade de dados relativos a informação que não era considerada no modelo anterior.	
O valor material do impacto da nova norma, a quantidade das escolhas de políticas contabilísticas e as decisões de julgamento efectuados pela gestão para determinar o impacto da adopção da NIRF 9 originou que esta fosse considerada uma matéria da maior significância no decurso da nossa auditoria às demonstrações financeiras deste exercício.	
Outra informação	
A Administração é responsável pela outra informação que contém os seguintes documentos: Relatório do Presidente e do Administrador-Delegado, Análise Económica, Governação Corporativa, Análise Financeira, Análise das Unidades de Negócio, Análise do Capital Humano e Relatório sobre o Risco e o Capital. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.	
A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não inclui a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.	
A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consiste na leitura da outra informação acima identificada e ao fazê-lo consideramos se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.	
Se, com base no trabalho que efectuámos, concluímos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.	
7	

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras.	
A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que a Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material devido a fraude ou erro.	
Quando prepara as demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade do Banco prosseguir em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade a não ser que a Administração intencione liquidar o Banco, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.	
Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras	
A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detecta sempre uma distorção material quando existe. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, em termos individuais ou agregados, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.	
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos ceticismo profissional e também:	
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;	
• Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, com o objectivo de conhecer procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;	
• Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração;	
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco continuar as suas operações. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que o Banco descontinue as operações;	
• Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.	
8	

Comunicamos à Administração, entre outros assuntos, o planeamento do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.	
Declaramos à Administração que cumpriamos com os requisitos éticos relevantes de independência e comunicamos todos os relacionamentos e outros assuntos que possam ser percecionados como ameaças à nossa independência incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.	
Entre as matérias comunicadas à Administração, determinamos as que tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e consideramo-las matérias relevantes de auditoria. Relatamos essas matérias no nosso relatório de auditoria a menos que a lei ou regulamentos proíbam a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, concluímos que um assunto não deve ser divulgado no nosso relatório porque é razoavelmente expectável que as consequências adversas de o fazer superem os benefícios de interesse público de tal comunicação.	
PricewaterhouseCoopers, Lda Sociedade de Auditores Certificados 11/SAC/OCAM/2014, representada por:	
 José Avevedo Auditor Certificado 10/CA/OCAM/2012 Maputo, 23 de Fevereiro de 2018	
9	

Standard Bank, S.A.

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITALS PRÓPRIOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Capital social	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Reserva para o plano de acções do grupo	Reserva para riscos gerais de crédito	Outras reservas	Reserva de justo valor – activos disponíveis para venda	Resultados acumulados	Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	1,294,000,000	1,294,000,000	732,784,536	5,330,243	1,942,540,262	(2,989,787)	(25,013,396)	5,025,206,994	10,265,858,852
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	(144,444,463)	782,151	(62,542,210)	3,021,670,873	2,815,466,351
- Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2,780,903,410	2,780,903,410
- Outros rendimentos integrais do exercício	-	-	-	-	(144,444,463)	782,151	(62,542,210)	240,767,463	34,562,942
Transacções com accionistas registadas directamente em capital próprio	-	-	-	(1,477,065)	-	-	-	(501,371,338)	(502,848,403)
- Transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio"	-	-	-	(1,477,065)	-	-	-	-	(1,477,065)
- Transferência de opções de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	5,102,914	5,102,914
- Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	(506,474,252)	(506,474,252)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	1,294,000,000	1,294,000,000	732,784,536	3,853,178	1,798,095,799	(2,207,636)	(87,555,606)	7,545,506,529	12,578,476,800
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	(700,380,279)	-	(2,943,987)	6,312,901,969	5,609,577,704
- Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	5,595,285,691	5,595,285,691
- Outros rendimentos integrais do exercício	-	-	-	-	(700,380,279)	-	(2,943,987)	717,616,279	14,292,013
- Transferido para a reserva de risco geral de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio	-	-	-	347,943	-	-	-	(695,225,854)	(694,877,910)
- Transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio	-	-	-	347,943	-	-	-	-	347,943
- Transferência de opções de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	(695,225,854)	(695,225,854)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1,294,000,000	1,294,000,000	732,784,536	4,201,121	1,097,715,520	(2,207,636)	(90,499,593)	13,163,182,645	17,493,176,594

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Nota	2017 MT	2016 MT
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Caixa gerada pelas actividades operacionais	30	(1,253,447,800)	440,356,671
Variações nos activos e passivos operacionais	31	(3,306,761,469)	1,636,670,556
Fluxos de caixa usado em actividades operacionais		(4,560,209,269)	2,077,027,227
Juro pago		(2,340,266,159)	(861,754,097)
Juro recebido		8,732,782,517	5,842,177,215
Imposto pago		(1,461,313,877)	(1,470,580,634)
Fluxo líquido de caixa de actividades operacionais		370,993,211	5,586,869,711
Fluxo de caixa de actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	17.1	(522,999,302)	(467,653,078)
Aquisição de activos intangíveis	17.2	(247,423,840)	(23,217,886)
Receita da venda de investimentos não cotados		61,670,412	-
Fluxo líquido de caixa de actividades de investimento		(708,752,731)	(490,870,964)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento			
Receita da emissão de obrigações subordinadas	27	(298,410,861)	2,241,861
Dividendos pagos		(693,153,762)	(506,474,252)
Fluxo líquido de caixa de actividades de financiamento		(991,564,623)	(504,232,391)
Aumento/(diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		(1,329,324,143)	4,591,766,356
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		31,403,924,299	26,812,157,944
Diferença cambial nos saldos de abertura		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do ano	32	30,074,600,156	31,403,924,300

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. INCORPORAÇÃO E ACTIVIDADES

O Standard Bank, S.A. é um Banco privado constituído em 1967, com sede na Avenida 10 de Novembro nº 420, em Maputo. O Banco tem como empresa-mãe e accionista maioritário o Stanbic Africa Holdings Limited, um Banco de investimento constituído no Reino Unido que detém uma participação equivalente a 98.1% do capital. O Stanbic Africa Holdings Limited é uma entidade integralmente detida pelo Standard Bank Group, um Banco de investimento constituído na África do Sul. Os restantes 1,9% do capital do Banco são detidos por accionistas minoritários. O Banco tem por objecto social a realização de actividades de banca comercial e de investimentos, banca de retalho e a prestação de serviços afins.

2. BASES DE PREPARAÇÃO

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), conforme emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB).

2.1.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, com excepção das seguintes situações:

- Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor;
- Os edifícios são mensurados ao justo valor;
- Os activos financeiros são mensurados ao justo valor;
- A responsabilidade respeitante aos planos de benefício definido é reconhecida pelo valor actual da obrigação de benefício definido e inclui ajustamentos por ganhos/perdas actuariais não reconhecidos e custos com os serviços passados.

2.1.3 Moeda funcional e de apresentação

a) Moeda Funcional
A moeda funcional do Banco é o Metical, por ser a moeda predominante do ambiente económico em que o Banco opera e a moeda em que os seus registos contabilísticos são mantidos. As demonstrações financeiras são também apresentadas em Meticais, arredondados para a unidade do Metical (MT) mais próxima.

b) Outra moeda de apresentação
Para conveniência dos utilizadores, as demonstrações financeiras também são apresentadas em dólares americanos (USD). A demonstração do rendimento integral e as respectivas notas são convertidas para dólares americanos mediante a utilização da taxa de câmbio média do ano e as rubricas doo Balanço mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor no final do exercício. Todas as diferenças cambiais de conversão são reconhecidas directamente no capital próprio. As componentes do capital próprio são convertidas para dólares norte-americanos, à taxa de câmbio de fecho em vigor nessa data.

2.1.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, ganhos e perdas reportados. Os resultados efectivos poderão divergir das estimativas.

Os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise contínua. Os resultados da revisão das estimativas contabilísticas são reconhecidos prospectivamente. Abaixo, descreve-se a utilização de estimativas e as principais áreas de incerteza na aplicação de políticas contabilísticas com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Principais estimativas e julgamentos contabilísticos

O Comité de Auditoria aprova a aplicação das políticas contabilísticas e as estimativas efectuadas pela Administração em consulta com o Grupo. Tais políticas e estimativas contabilísticas são divulgadas nestas demonstrações financeiras.

As divulgações que se seguem complementam os comentários sobre a gestão de risco financeiro divulgados abaixo na Nota 3.

Principais fontes da incerteza das estimativas

Provisão para perdas por imparidade

A imparidade dos activos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é avaliada em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2 (h).

Imparidade colectiva

O Banco avalia as carteiras de crédito para a imparidade em cada data de relato. Ao determinar se uma perda por imparidade deve ser registada no resultado, o Banco faz julgamentos sobre se existem dados observáveis indicando uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de empréstimos antes da diminuição poder ser atribuída a um empréstimo individual da respectiva carteira. Efectuam-se estimativas da duração entre a ocorrência de um evento de perda e a identificação de uma perda individualmente. A Imparidade para os empréstimos em cumprimento e para os empréstimos em incumprimento, mas não especificamente empréstimos com imparidade é calculado tendo em conta a carteira em causa, baseado em padrões de perda histórica, ajustado para condições económicas nacionais e específicas da indústria e outros indicadores presentes na data de relato que se correlacionam com nível do incumprimento na carteira. Estes incluem incumprimentos prematuros e outros indicadores de potenciais incumprimentos, como mudanças nas condições macroeconómicas e legislação que afeta a recuperação de crédito. Esses índices de sinistralidade anuais são aplicados aos saldos de empréstimos na carteira e escalonados para o período estimado de emergência de perdas. No final do exercício, o Banco aplicou um período médio de emergência de três meses (2016: três meses) para banca de particulares e negócio (PBB) e 12 meses (2016: 12 meses) para empréstimos e adiantamentos a grandes empresas (CIB).

	Período médio de emergência de perdas		Sensibilidade à perda por imparidade ¹
	2017 Meses	2016 Meses	2017 MT'000
Banca de particulares e negócio	3	3	49,312
Financiamento Imobiliário e Empréstimos hipotecários	3	3	13,648
Locações financeiras	3	3	1,190
Descobertos	3	3	6,006
Empréstimos a longo prazo	3	3	28,468
Cartões de crédito	3	-	-
Banca de Grandes Empresas e Investimento	12	12	130,988

¹ A sensibilidade da carteria da Banca de particulares e negócio é baseada no efeito de uma alteração de um mês no aumento no período de emergência sobre o valor da deterioração da carteira. A sensibilidade da carteira de Grandes empresas e banca de investimentos baseia-se no efeito de uma alteração de aumento de dois meses no período de emergência sobre o valor da deterioração da carteira.

Imparidade específica

Os empréstimos em situação de incumprimento incluem os empréstimos para os quais o Banco identificou evidências objectivas de incumprimento, tais como a violação de um acordo ou condição material de empréstimo, bem como os empréstimos cujas parcelas são devidas e não pagas por 90 dias ou mais. A metodologia utilizada na determinação da imparidade específica inclui a consideração de vários factores como segmentação, níveis de expectativa de perda e probabilidade de incumprimento. As estimativas da gestão sobre fluxos de caixa futuros em empréstimos com imparidade individual baseiam-se na experiência histórica de perda de activos com características de risco de crédito semelhantes. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar o montante e a tempestividade dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perdas e a experiência de perdas reais. Estima-se que o tempo esperado para recuperar a garantia e as recuperações de empréstimos em função da percentagem do saldo em dívida seja entre 1 e 29 meses para todos os clientes.

	Período Médio de recuperação		Sensibilidade à perda por imparidade ¹
	2017 Meses	2016 Meses	2017 MT'000
Banca de particulares e negócio	1 - 29	1 - 29	23,952
Financiamento Imobiliário e Empréstimos hipotecários	1 - 29	1 - 29	5,451
Locações financeiras	1 - 29	1 - 29	5,227
Descobertos	1 - 29	1 - 29	6,399
Empréstimos a longo prazo	1 - 29	1 - 29	6,876
Cartões de crédito	-	-	-
Banca de Grandes Empresas e Investimento	1 - 29	1 - 29	-

¹ A sensibilidade da carteira da Banca de particulares e negócio é baseada no efeito de uma mudança de seis meses no aumento do tempo esperado para a recuperação da carteira. A sensibilidade da carteira Grandes empresas e banca de investimentos não foi realizada, tendo em conta que a carteira encontra-se comprometida em 100%.

Justo valor dos instrumentos financeiros

A determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros para os quais não exista preço de mercado observável requer a utilização de técnicas de avaliação cuja base se encontra descrita na política contabilística 2.2 (h). Relativamente aos instrumentos financeiros que não sejam objecto de negociação frequente e cujo preço de mercado se apresente como pouco transparente, a determinação do justo valor é menos objectiva, requerendo graus de julgamento variáveis, dependendo da concentração de liquidez, incerteza quanto aos valores de mercado, pressupostos de fixação de preços e outros riscos que afectam os instrumentos específicos.



Justo valor de outros activos tangíveis

Os administradores estimam o justo valor dos edifícios utilizando avaliações profissionais independentes realizadas numa base regular. Quando um activo é reavaliado, o valor contabilístico é reexpresso para o valor reavaliado do activo. Os aumentos nas quantias escrituradas resultantes da reavaliação, incluindo as variações cambiais, são reconhecidos como outros rendimentos integrais, a menos que compensem diminuições anteriores nas quantias escrituradas do mesmo activo e neste caso são reconhecidos nos resultados. As diminuições em quantias escrituradas que compensam aumentos anteriores do mesmo activo são reconhecidas em outro rendimento integral.

Outras

A natureza dos outros pressupostos e as estimativas de pensões e outros benefícios pós-emprego são divulgadas nas notas 18 e 27.

2.1.5 Normas emitidas mas ainda não adoptadas

As seguintes normas, alterações e interpretações, novas ou revistas, não estão ainda em vigor para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras anuais.

NIRF 9 Instrumentos Financeiros

A NIRF 9, publicada em Julho de 2014, substitui a orientação existente na NIC 39.

Esta norma substitui a norma actual no que concerne ao reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros e requer que todos os activos financeiros sejam classificados e mensurados com base no modelo de negócios da entidade na gestão dos activos financeiros e as características do fluxo de caixa contratual dos activos financeiros.

A contabilização dos activos financeiros difere em várias outras áreas dos requisitos existentes, tais como derivados embutidos e o reconhecimento dos ajustes relativos ao justo valor em outro rendimento integral.

Todas as alterações no justo valor dos passivos financeiros que são designados ao justo valor através do resultado devido a mudanças no risco de crédito próprio serão necessárias para serem reconhecidas em outro rendimento integral.

A norma introduz um novo modelo de imparidade de perda esperada que exigirá um reconhecimento mais oportuno das perdas de crédito esperadas. Este novo modelo aplica-se aos activos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como compromissos de empréstimos quando houver compromisso actual de estender o crédito (a menos que estes sejam mensurados ao justo valor através do resultado).

Com excepção de activos financeiros comprados ou originados por créditos, as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas através de uma provisão para perda, no valor igual a perdas de crédito esperadas de 12 meses ou a perdas de crédito esperadas até a maturidade.

É necessária uma provisão de perda para perdas de crédito esperadas de tempo integral para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, bem como para determinados activos do contrato ou créditos comerciais. Para todos os outros instrumentos financeiros, as perdas de crédito esperadas são mensuradas em um valor igual a perdas de crédito esperadas de 12 meses.

A NIRF 9 é efectiva para períodos de relatórios anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com a adopção antecipada permitida.

O Banco transitará para a NIRF 9 - Instrumentos Financeiros (NIRF 9) com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018.

O Banco está avaliando o potencial impacto nas demonstrações financeiras da aplicação do modelo de imparidade de perda esperada conforme previsto NIRF 9. Com base na avaliação realizada até o momento, o ajustamento total (líquido de impostos) da adopção do NIRF 9 sobre os saldos de abertura dos capitais próprios do banco em 1 de Janeiro de 2018 varia de aproximadamente MT 864,022,000 a MT 1,500,000,000 representando:

- Investimentos financeiros - MT 361,104,000 à MT 626,901,429
- Empréstimos e adiantamentos a clientes - MT 360,857,000 à MT 626,472,620
- Itens extrapatrimoniais - MT 142,060,000 à MT 246,625,950

A NIRF 9 terá um impacto significativo na classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros bem como na determinação das provisões das perdas por imparidade do banco. A determinação do impacto resultará em uma série de escolhas de políticas contabilísticas e julgamentos a serem considerados pela gestão.

Ao determinar a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, escolhas e julgamentos em relação as políticas contabilísticas foram considerados nos seguintes aspectos:

- Identificação de modelos de negócios para activos financeiros
- Avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais dos activos financeiros

Na determinação das perdas de crédito esperadas, sendo a perda esperada de 12 meses ou perda de crédito esperada até a maturidade, o Banco desenvolveu novos modelos de imparidade.

O cálculo das perdas de crédito esperadas requer julgamentos e dá origem a uma incerteza de estimativa que está relacionada principalmente com o seguinte:

- A complexidade dos modelos utilizados para calcular as perdas de crédito esperadas;
- A aplicação de cenários económicos e a identificação de informações prospectivas;
- Qualidade de dados em relação a informação que não era considerada no modelo anterior."

NIRF 15 Rédito proveniente de Contratos com Clientes

Esta norma substitui as actuais normas sobre reconhecimento de proveitos e interpretações relacionadas. A norma estabelece os requisitos para reconhecimento de proveitos relativos á todos os contratos com clientes (excepto contratos que estão dentro do âmbito das normas relacionadas com contratos de arrendamento mercantil, contractos de seguros ou instrumentos financeiros).

O principal princípio da norma é que a receita reconhecida reflecta a consideração a que a empresa espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços prometidos para o cliente.

A norma incorpora a metodologia das 5 etapas para determinar o valor e o cronograma do reconhecimento de receita.

A norma será aplicada retrospectivamente. O impacto nas demonstrações financeiras anuais não se espera que seja significativo.

NIRF 16 Locações

Esta norma irá substituir a norma existente NIC 17 Locações, bem como as respectivas interpretações, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, sendo o locatário (cliente) e o locador (fornecedor).

O princípio central desta norma é o reconhecimento no balanço, pelo locatário e pelo locador, de todos os direitos e obrigações decorrentes dos acordos de locação.

NIRF 16 é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2019. O impacto sobre as demonstrações financeiras anuais ainda não foi determinado.

- Não se espera que as seguintes novas normas ou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.
- Venda ou Contribuição de Activos entre um Investidor e sua associada ou entidade Conjuntamente Controlada (emendas à NIC 28 e NIRF 10)
 - Pagamento com base em acções (Alterações à NIRF 2).
 - Contratos de seguros (Alterações à NIRF 4).
 - Transacções em Moeda Estrangeira e Considerações Antecipadas (IFRIC 22).
 - Propriedade de Investimento (Alterações à NIC 40).
 - Melhorias anuais - Ciclo 2015 - 2017.
 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro (IFRIC 23).

2.2 Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras excepto onde for especificamente mencionado o contrário.

(a) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data de relato. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do ano ajustado para a taxa de juro efectiva e pagamentos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira convertida à taxa em vigor no fim do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data que foi determinado o justo valor. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

(b) Juros

Os resultados de juros são reconhecidos em resultados, mediante a utilização do método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa estimados futuros durante a vida estimada do activo ou passivo financeiro (ou, quando apropriado, um período mais curto) para o valor contabilístico do activo ou passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros sem ter em consideração as perdas de crédito futuras.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas, custos de transacção e todos os descontos ou prémios que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção representam os custos marginais directamente atribuíveis à aquisição, emissão ou venda de um activo ou passivo financeiro. Os rendimentos e custos financeiros apresentados na demonstração dos resultados e na demonstração do rendimento integral incluem:

- Os juros sobre os activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e calculados com base no método da taxa de juro efectiva;
- Os juros sobre títulos disponíveis para venda calculados com base no método da taxa de juro efectiva;

- A porção efectiva das variações do justo valor em derivados de cobertura que se qualificam, designados em coberturas de fluxo de caixa com variabilidade nos fluxos de caixa de juros no mesmo período em que os fluxos de caixa cobertos afectam rendimentos e custos; e
- A porção efectiva das variações do justo valor em derivados de cobertura que se qualificam, designados em coberturas do risco da taxa de juro.

Os resultados de juros dos activos e passivos detidos para negociação são considerados acessórios às operações comerciais do Banco e são apresentados no resultado de operações financeiras, em conjunto com todas as outras variações do justo valor dos activos e passivos detidos para negociação.

(c) Rendimento com taxas e comissões

Os rendimentos com taxas e comissões que compõem a taxa de juro efectiva num activo ou passivo financeiro são incluídos na mensuração da taxa de juro efectiva. Todos os outros rendimentos de taxas e comissões, incluindo os serviços de gestão de caixa, serviços de corretagem, transacções financeiras estruturadas de projectos, comissão de vendas, taxas de colocação e taxas de sindicacção são, geralmente, reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo e diferimento à medida que os respectivos serviços forem prestados.

Os outros custos com taxas e comissões referem-se, principalmente, aos custos de transacções e serviços, os quais são reconhecidos em resultados à medida que os serviços forem recebidos.

(d) Resultados de operações financeiras

Os resultados de operações financeiras incluem os ganhos e perdas em transacções de comercialização de moeda estrangeira, os ganhos e perdas na conversão de itens monetários denominados em moeda estrangeira e os juros e variações no justo valor dos activos e passivos detidos para negociação.

(e) Pagamentos de locações

Os pagamentos relativos a locações operacionais são reconhecidos em resultados, de forma constante durante o prazo do contrato de locação. Os incentivos de locação recebidos são reconhecidos como parte integrante dos custos totais de locação durante o prazo do respectivo contrato.

Os pagamentos mínimos de locação efectuados sob locações financeiras são repartidos entre o custo financeiro e a redução do passivo pendente. A locação financeira é alocada a cada período durante os termos do contrato, de modo a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Quando uma locação operacional é terminada antes do período de locação expirar, qualquer pagamento necessário a efectuar ao locador a título de penalização é reconhecido como custo no período em que a rescisão ocorre.

Os activos detidos pelo Banco ao abrigo de contratos de locação que transferem para o Banco substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como locações financeiras. O activo locado é mensurado pelo valor igual ao menor entre o justo valor e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Após o reconhecimento inicial, o activo é contabilizado de acordo com a política contabilística aplicável àquele activo. Os activos detidos pelo Banco ao abrigo de outros contratos de locação são classificados como locações operacionais e não são reconhecidos no Balanço do Banco.

Se o Banco é o locador, num contrato de locação que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo para o locatário, então, o contrato é classificado como uma locação financeira e é apresentada nos empréstimos e adiantamentos de clientes uma conta a receber igual ao investimento líquido na locação.

(f) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui o imposto corrente e o imposto diferido, os quais são reconhecidos em resultados com excepção da parte que diz respeito aos itens directamente reconhecidos no capital próprio ou em rendimento integral.

Imposto corrente

O imposto corrente é o montante de imposto previsto a liquidar sobre o rendimento tributável do exercício com base nas taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas à data de Balanço.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo por base as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos, para efeitos de reporte financeiro, e os valores usados para efeitos fiscais. Não existe reconhecimento de imposto diferido quando do reconhecimento inicial de activos ou passivos numa transacção que não é uma concentração de actividades empresariais e que não afecta o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

O montante do imposto diferido reconhecido baseia-se na forma esperada de realização ou liquidação do valor contabilístico dos activos e passivos mediante a utilização de taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de Balanço.

Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar os activos e passivos por impostos correntes que digam respeito a impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em entidades fiscais diferentes mas que pretendam pagar os activos e passivos por impostos correntes numa base líquida ou em que os seus activos e passivos por impostos diferidos serão realizados simultaneamente.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que seja provável a disponibilidade de lucros fiscais não utilizados, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser



dos activos não derivados detidos para negociação que não sejam designados ao justo valor através dos resultados no reconhecimento inicial, os quais poderão ser reclassificados fora do justo valor através dos resultados – categoria de activos detidos para negociação caso não estejam detidos com o propósito de venda ou recompra a curto prazo e quando são satisfeitas as seguintes condições:

- Se o activo financeiro se enquadrar na definição de empréstimos e contas a receber (não ser classificado como detido para negociação no reconhecimento inicial), pode ser reclassificado se o Banco tiver a intenção e capacidade de deter o activo financeiro no futuro previsível ou até à maturidade;
- Se o activo financeiro não se enquadrar na definição de empréstimos e contas a receber, pode ser reclassificado da categoria de negociação apenas em raras circunstâncias.

Empréstimos e adiantamentos

Os empréstimos e adiantamentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, sem cotação num mercado activo, diferentes dos que são classificados pelo Banco pelo justo valor através de resultados ou disponíveis para venda.

Os empréstimos e adiantamentos a Bancos são classificados como empréstimos e contas a receber. Os empréstimos e adiantamentos a clientes incluem:

- Empréstimos e contas a receber;
- Contas a receber de locação financeira;

Os empréstimos e adiantamentos são inicialmente mensurados pelo justo valor acrescido dos custos de transacção associados e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos e adiantamentos incluem igualmente as contas a receber de locação financeira em que o Banco é o locador. Os empréstimos e adiantamentos são apresentados líquidos de provisões para reflectir os valores recuperáveis estimados.

Títulos de investimento

Os títulos de investimento são inicialmente mensurados pelo justo valor mais, no caso de títulos de investimento não ao justo valor através de lucros ou prejuízos, custos de transacção associados e subsequentemente dependendo da sua classificação como ao justo valor através de lucros ou prejuízos ou disponíveis para venda.

Justo valor através de resultados

O Banco designa alguns investimentos como títulos adquiridos ao justo valor e com as variações de justo valor reconhecidas em resultados.

Disponíveis para venda

Os investimentos disponíveis para venda são investimentos não derivados que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados noutra categoria de activos financeiros. Os investimentos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial. Os juros recebidos são reconhecidos em resultados usando o método da taxa de juro efectiva. O rendimento de dividendos é reconhecido em resultados quando o Banco passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas cambiais para investimentos de títulos de dívida disponíveis para venda são reconhecidos nos resultados. As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados. As outras variações de justo valor, com excepção das perdas por imparidade, são reconhecidas no rendimento integral e apresentadas na reserva de justo valor no capital próprio. Quando o investimento é vendido, os ganhos ou perdas acumuladas no capital próprio são reclassificados para resultados. Os activos financeiros não derivados podem ser reclassificados da categoria disponíveis para venda para a categoria de contas a receber quando se enquadram na definição de empréstimos e contas a receber e o Banco tem a intenção e capacidade de deter o activo financeiro no futuro previsível ou até à maturidade.

Depósitos, títulos de dívida e obrigações subordinadas

Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são fontes de financiamento através de dívida do Banco.

Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são inicialmente mensurados ao justo valor mais custos de transacção associados, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva, excepto aqueles que o Banco designa por passivos ao justo valor através de resultados.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos evidenciados por papel comercial são classificados como passivos não negociáveis. Estes são reconhecidos ao justo valor, incluindo os custos de transacção. Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando uma taxa de juro efectiva.

Outros activos tangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo. Subsequentemente, os edifícios são mensurados por quantias revalorizadas enquanto os outros activos são mensurados ao custo ou custo considerado menos a depreciação acumulada (ver abaixo) e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O custo de activos desenvolvidos internamente inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e uma proporção apropriada dos custos gerais de produção.

Quando um item de outros activos tangíveis inclui componentes significativas com períodos de vida útil estimada diferentes a contabilização é feita em classes separadas de activos.

Os edifícios são periodicamente reavaliados nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro. O excedente da revalorização é reconhecido como reserva de reavaliação e é incluído no capital próprio até que seja realizado, altura em que é transferido directamente para resultados transitados.

(ii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos na valor contabilístico do activo ou são reconhecidos, se apropriado, como um activo independente apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco e o custo do activo puder ser mensurado de forma fiável. Os restantes custos com manutenção e reparação são registados noutros custos operacionais durante o período financeiro em que foram incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, para imputar os custos dos itens de outros activos tangíveis, menos os seus valores residuais, ao longo do seu período de vida útil estimada. Os prazos de vida útil estimada para os período actual e comparativo, são os seguintes:

	Número de anos
Edifícios	50 anos
Equipamento	3 - 5 anos
Veículos	4 anos
Mobiliário e outro equipamento	10 anos

Os métodos de depreciação, valores residuais e vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário a cada data de relato.

Os ganhos e perdas em alienações são reconhecidos em resultados e determinados pela diferença entre o valor da venda e de o valor líquido contabilístico.

(j) Activos intangíveis

O software adquirido pelo Banco é mensurado ao custo histórico deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos do software desenvolvido internamente são reconhecidos como um activo quando a entidade é capaz de demonstrar a sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software de uma maneira que irá gerar benefícios económicos futuros e consegue mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento.

Os custos capitalizados de software desenvolvido internamente incluem todos os custos directamente atribuíveis para o desenvolvimento do software bem como os custos capitalizados dos empréstimos obtidos para o efeito, e são amortizados durante a vida útil do software. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes em activos de software são capitalizados somente quando aumentam os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico a que se referem. Todos os outros custos são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida com base em quotas constantes calculadas em função do valor estimado das vidas úteis dos activos intangíveis. Os activos intangíveis são amortizados por um período não superior a 5 anos.

Os métodos de amortização, vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relato e ajustados quando apropriado.

(k) Imparidade de activos não financeiros

As quantias escrituradas dos activos não financeiros e dos activos por impostos diferidos são revistas a cada data de relato para apurar se há evidência objectiva de imparidade e quando esta existe estima-se o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o valor em uso e o justo valor menos os custos de transação. O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecta as avaliações correntes do mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o activo.

Para outros activos que não o trespasse, uma perda por imparidade é revertida somente na medida em que a valor contabilístico do activo não exceda a valor contabilístico que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

(l) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como uma exigibilidade no período em que são declarados.

(m) Benefícios dos empregados – Obrigações com pensões

De acordo com os contratos de trabalho negociados com os seus trabalha-

dores, o Banco assumiu a responsabilidade de pagar pensões de reforma, incluindo benefícios às viúvas, órfãos e pessoas singulares, em conformidade com o estabelecido por um acordo colectivo de trabalho.

Plano de benefício definidos

No que diz respeito aos benefícios de reforma acima, o Banco criou um fundo interno para cobrir os custos futuros com pensões. Os activos deste plano mantidos pelo fundo são representados por investimentos em contas de depósito de alto rendimento, obrigações emitidas por empresas de qualidade e contas correntes. As receitas resultantes dos activos do plano destinam-se a cobrir a obrigação que vier a ser determinada por meio de uma avaliação actuarial.

A contribuição para o activo do fundo é efectuada mensalmente e os juros e retornos gerados pelos activos do plano são capitalizados anualmente.

A avaliação actuarial da obrigação de benefício definido é efectuada com base no método de crédito da unidade projectada e intervalos regulares que a Administração julga mais convenientes, de modo a assegurar que os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras não são materialmente diferentes dos valores que seriam determinados à data do relato.

O passivo apresentado no Balanço que respeita às obrigações em planos de benefício definido é determinado pelo valor actual das obrigações e inclui os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais não reconhecidos (ver abaixo) e custos de serviços prestados no passado.

Ganhos e perdas actuariais

Os ganhos e perdas actuariais resultam das alterações nos pressupostos actuariais e dos efeitos das diferenças entre os pressupostos actuariais anteriores e o real (ajustamentos experienciais).

Os ganhos actuariais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral, de acordo com a emenda à NIC 19: Benefícios dos Empregados.

Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, participação nos lucros, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o Banco tiver uma obrigação actual legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

Plano de contribuição definida

As obrigações respeitantes às contribuições para os planos de contribuição definida são reconhecidas como custo quando os serviços relacionados são prestados e reconhecidos como custos com pessoal em resultados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um activo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução em futuros pagamentos está disponível.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como custo quando os serviços são prestados e são reconhecidos como custos com o pessoal em resultados.

(n) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Banco tem uma obrigação actual legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, em que é muito provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir a obrigação, e o valor se possa estimar de forma fiável.

As provisões são mensuradas com base no valor actual dos custos que se espera incorrer para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de imposto que reflecte a avaliação actual do mercado do valor temporal do dinheiro e, quando necessário, o risco específico do passivo.

(i) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando o Banco aprova um plano de reestruturação detalhado e formal e a reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente. As perdas futuras não são provisionadas.

(ii) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que o Banco espera obter a partir de um contrato forem inferiores aos custos considerados inevitáveis para satisfazer as suas obrigações nos termos do contrato. A provisão é mensurada pelo menor valor presente entre os custos do término do contrato e o custo líquido esperado com a continuação do con-

trato. Antes de reconhecer uma provisão o Banco reconhece as perdas por imparidade dos activos associados a esse contrato.

(iii) Taxas bancárias

A provisão para taxas bancárias é reconhecida quando a condição que desencadeia o pagamento da taxa é cumprida. Se uma taxa está sujeita a um limite mínimo de operações para que o factor gerador da obrigação seja o alcance de uma actividade mínima, a provisão é reconhecida quando o limite mínimo de actividade é alcançado.

(o) Empréstimos que rendem juros

Os empréstimos que rendem juros são inicialmente reconhecidos ao custo, deduzido dos custos de transacção atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos que rendem juros são mensurados pelo custo amortizado e as diferenças entre o custo e o valor de resgate são reconhecidos em resultados, no decurso do período dos empréstimos e com base no método da taxa de juro efectiva.

(p) Resultados por acção

O Banco apresenta resultados por acção básicos e diluídos para as suas acções ordinárias. Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período. Os resultados por acção diluídos são determinados ajustando os resultados atribuíveis aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação pelos efeitos de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, que compreendem opções sobre acções concedidas aos empregados.

3. Gestão do risco financeiro - Objectivos, políticas e processos

As actividades do Banco expõem a instituição a riscos financeiros de diversa ordem. Estas actividades também incluem a análise, avaliação, aceitação e gestão de certo grau de risco ou combinação de riscos. Assumir riscos é essencial nos serviços financeiros e os riscos de carácter operacional são uma consequência inevitável do exercício da actividade. O objectivo do Banco é o de atingir um equilíbrio adequado entre retorno e o risco e minimizar os efeitos potencialmente adversos que possam afectar o seu desempenho financeiro.

Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros, incluindo instrumentos derivados. O Banco aceita depósitos de clientes remunerados em duas modalidades de taxa (fixas ou indexadas), com diferentes maturidades, e tenta gerar margens de juro acima da média, investindo estes fundos em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar estas margens consolidando os fundos de curto prazo e fazendo empréstimos por períodos mais longos, a taxas mais altas, mantendo liquidez suficiente para atender a todas as necessidades que possam surgir.

Assim, as políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco foram desenvolvidas no sentido de permitir a identificação e a análise dos riscos, a definição de limites e controlos de risco apropriados e a supervisão dos riscos e grau de adesão aos limites fixados mediante a implementação de sistemas de informação fiáveis e actualizados. O Banco revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco, assim como os sistemas implementados, por forma a considerar as alterações ocorridas no mercado, nos produtos e nas práticas de boa governação emergentes.

Estrutura, âmbito e natureza de relato de risco

A gestão do risco é realizada pelo Departamento de Risco, no âmbito das políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Este departamento identifica, avalia e salvaguarda os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais do Banco. O Conselho de Administração fornece princípios escritos para a gestão global de risco bem como políticas escritas que abrangem áreas específicas, tais como, o risco cambial, o risco da taxa de juro, o risco de crédito e a utilização de instrumentos financeiros derivados e de instrumentos financeiros não-derivados. A auditoria interna é responsável pela revisão independente das políticas de gestão de risco e pelo ambiente de controlo. Dos diferentes tipos de riscos a que o Banco está exposto destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de mercado e outros riscos operacionais. O risco de mercado inclui o risco cambial e o risco da taxa de juros.

3.1 Risco de crédito

O Banco está exposto ao risco de crédito, isto é, o risco de uma contraparte causar um prejuízo financeiro ao Banco por falta de quitação de uma obrigação contratual. A cada data de relato, são constituídas provisões para perdas por imparidade para cobrir os prejuízos incorridos. As mudanças significativas na economia, ou no desempenho de um determinado segmento da indústria em que existas uma concentração da carteira do Banco, poderão resultar em perdas diferentes das previstas à data de relato. Consequentemente, a Administração está empenhada em gerir cuidadosamente a exposição do Banco ao risco de crédito.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito a que está exposto e estabelece limites no valor do risco aceite na relação com um mutuário ou grupos de mutuários e com os segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a revisões anuais ou com mais frequência. Os limites ao nível de risco de crédito por produto, sector de indústria e país são aprovados pelo Conselho de Administração.

A exposição a qualquer mutuário, incluindo bancos, é restringida por sub-limites, abrangendo exposições do balanço e extra-patrimoniais e limites de risco estabelecidos diariamente com relação aos itens negociáveis, tais como os contratos de operações cambiais a prazo. As exposições reais têm em conta os limites definidos e são controladas numa base diária.

A exposição ao risco de crédito é gerida através da análise regular da capacidade dos mutuários e potenciais mutuários cumprirem com o pagamento dos juros e reembolso de capital e, se necessário, mediante a alteração dos limites de crédito. A obtenção de cauções e garantias corporativas e pessoais faz parte da gestão da exposição ao risco de crédito.

Os Administradores criaram um Comité de Crédito que implementa a política de crédito do Banco. É política do Banco exigir garantias adequadas aos clientes antes do desembolso dos empréstimos aprovados. São geralmente obtidas cauções aceitáveis sob a forma de dinheiro, inventários, investimentos cotados em Bolsa ou hipoteca de propriedades.

3.1.1 Mensuração do risco de crédito

Empréstimos e adiantamentos

A mensuração operacional pode contrastar com as provisões para imparidade exigidas pela NIC 39 e que se baseiam nas perdas incorridas à data de relato ("modelo da perda incorrida") e não das perdas esperadas.

O Banco avalia a probabilidade de incumprimento das contrapartes individuais usando ferramentas internas de avaliação adaptadas às diferentes categorias da contraparte e desenvolvidas internamente, que combinam a análise estatística com o julgamento do gestor do crédito e são validadas, se necessário, mediante a comparação com os dados externos disponíveis. Os clientes do Banco estão segmentados em cinco classes de avaliação e a escala de avaliação do Banco, tal como apresentada de seguida, reflecte as probabilidades de incumprimento definidas para cada classe de avaliação. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as classes de acordo com a alteração da probabilidade de incumprimento.

Classificação interna do Banco

Empréstimos em cumprimento

- 1. Monitoria padrão
- 2. Monitoria especial

Empréstimos em incumprimento

- 3. Sub-padrão
- 4. Duvidosos
- 5. Prejuízo

Os incumprimentos observados de acordo com a categoria de classificação variam de ano para ano e especialmente durante um ciclo económico.

(i) A exposição é calculada em função dos montantes que o banco prevê estar em dívida na data do incumprimento. Por exemplo, no caso de um crédito signífico o valor nominal do crédito. Relativamente a uma obrigação, o Banco inclui os montantes já desembolsados mais os montantes adicionais que possam vir a ser desembolsados à data do incumprimento caso este ocorra.

(ii) As perdas devido a incumprimento, ou gravidade da perda, representam a expectativa do Banco relativamente à dimensão das perdas que poderão resultar de acções que decorram de incumprimento, e são expressas em

termos de perda percentual por unidade de exposição que varia tipicamente segundo o tipo de contraparte, tipo de acção e hierarquia de créditos e existência de garantia real ou outras medidas de mitigação.

Adicionalmente, o banco classifica os empréstimos em cumprimento em duas classes, isto é, nem vencido nem em imparidade e vencido mas sem imparidade.

1. Nem vencido nem em imparidade

Esta categoria possui 3 graus, nomeadamente A, B e C, e os critérios utilizados são um sistema de classificação de crédito de 25 pontos em que 1 a 7 pontos se enquadram no grau A, 8 a 21 pontos são classificados no grau B e a classificação de 21 a 25 pontos da classe C .

2. Vencido mas sem imparidade

Estes são empréstimos e adiantamentos com menos de 90 dias de atraso e não são considerados na provisão específica, uma vez que não existem indicadores específicos de imparidade identificados.

Caixa e disponibilidades no Banco Central

Caixa e disponibilidades no Banco Central no valor de MT 14,787,953,709 compreendem moedas e notas bancárias. Estes são itens de curto prazo com alta liquidez sem histórico de perdas, qualificando como "Monitoria padrão" na classificação interna do Banco.

Activos financeiros

Os activos financeiros, no valor de MT 29,739,761,668 compreendem bilhetes do tesouro e obrigações do tesouro de Moçambique. Contém itens de curto e médio longo prazo, com a classificação associada ao Governo de Moçambique, sem histórico de perdas, qualificando como "Monitoria padrão" na classificação interna do Banco

3.1.2. Controlo do limite do risco e políticas de mitigação

As cauções, garantias, derivados de crédito e exposições patrimoniais e extrapatrimoniais são frequentemente utilizadas para mitigar o risco de crédito. As políticas e procedimentos de mitigação de risco de crédito asseguram que as técnicas de mitigação de risco de crédito sejam aceitáveis, utilizadas de forma consistente, valorizadas de forma regular e adequada e possam satisfazer os requisitos de risco de gestão operacional para a aplicação legal, prática e antecipada.

O Banco gere limites e controla a concentração do risco de crédito sempre que este é identificado, em particular, para contrapartes individuais, grupos e indústrias.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito mediante a aplicação de limites de risco aceite na relação com um mutuário, ou grupos de mutuários, e para segmentos geográficos e de indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a uma revisão anual ou mais frequente, sempre que se julgue necessário. Os limites no nível de risco de crédito por produto, sector da indústria e por país são aprovados trimestralmente pelo Conselho de Administração.

As cartas de crédito são também sujeitas a avaliações rigorosas de crédito antes de serem emitidas. Os acordos especificam os limites monetários para as obrigações do Banco.

Outros controlos específicos e medidas de mitigação apresentam-se como se segue:

(a) Garantias

O Banco recorre a uma gama de políticas e práticas para reduzir o risco de crédito. A mais frequente é a obtenção de colaterais sobre fundos mutuados. O Banco implementa directivas orientadoras sobre a aceitabilidade das categorias específicas de garantias de crédito ou de redução do risco de crédito. Os principais tipos de garantia para os empréstimos e adiantamentos são:

- Hipotecas sobre residencias próprias;
- Encargos sobre activos comerciais, tais como instalações, equipamentos, inventários e contas a receber;
- Encargos sobre instrumentos financeiros, tais como títulos de dívida e acções.

O financiamento e empréstimos de longo prazo a empresas são efectuados normalmente com garantias enquanto as linhas de crédito individual renovável não. Para minimizar as perdas de crédito, assim que são observados indicadores de imparidade em empréstimos e adiantamentos individuais relevantes, o Banco procura obter garantias reais adicionais da contraparte.

As garantias reais constituídas sobre activos financeiros que não sejam empréstimos e adiantamentos são determinadas pela natureza do instrumento.





Geralmente, os títulos de dívida, obrigações do tesouro ou outras obrigações elegíveis não estão sujeitos à entrega de garantias, com excepção dos títulos suportados por activos e instrumentos similares, que são garantidos pelas carteiras de instrumentos financeiros.

O Banco detém os seguintes tipos de garantias de empréstimos e adiantamentos a clientes:

	Activos sobre-colateralizados		Activos sub-colateralizados	
	Valor contabilístico dos activos	Justo valor das garantias	Valor contabilístico dos activos	Justo valor das garantias
Banca de particulares e negócio				
Empréstimos hipotecários	2,102,067,822	3,745,605,016	-	-
Vendas a prestações e locações financeiras	-	-	386,388,209	376,480,011
Outros empréstimos e adiantamentos	4,395,234,989	5,143,224,736	-	-
Banca de grandes empresas e de investimento				
Empréstimos a grandes empresas	-	-	15,267,201,547	4,699,586,217
Operações de locação financeira imobiliária	1,551,589,518	5,739,147,600	-	-
Em 31 de Dezembro de 2017	8,048,892,329	14,627,977,352	15,653,589,756	5,076,066,228

O efeito das garantias em 31 de dezembro de 2016 é descrito abaixo:

	Activos sobre-colateralizados		Activos sub-colateralizados	
	Valor contabilístico dos activos	Justo valor das garantias	Valor contabilístico dos activos	Justo valor das garantias
Banca de particulares e negócio				
Empréstimos hipotecários	2,288,361,425	3,931,689,417	-	-
Vendas a prestações e locações financeiras	-	-	503,013,778	490,363,167
Outros empréstimos e adiantamentos	-	-	4,049,989,577	2,598,141,665
Banca de grandes empresas e de investimento				
Empréstimos a grandes empresas	-	-	22,459,205,864	2,293,622,807
Operações de locação financeira imobiliária	-	-	1,712,562,744	-
Em 31 de Dezembro de 2016	2,288,361,425	9,313,817,055	28,724,771,964	5,382,127,638

(b) Derivados

O Banco mantém limites de controlo rigorosos sobre as posições líquidas abertas de derivados (isto é, a diferença entre contratos de compra e venda), no que respeita ao valor e prazo. Em qualquer altura, o valor sujeito ao risco de crédito é limitado ao justo valor actual dos instrumentos que sejam favoráveis para o Banco (ou seja, activos em que o seu justo valor seja positivo), o qual, em relação aos instrumentos derivados, constitui apenas uma pequena fracção do contrato, ou valores fictícios utilizados para exprimir o volume de instrumentos pendentes. Esta exposição ao risco de crédito é gerida como parte do conjunto de limites de crédito com os clientes, em conjunto com potenciais exposições dos movimentos do mercado. As cauções ou outras garantias não são normalmente obtidas para exposições ao risco de crédito destes instrumentos, excepto nos casos em que o Banco exige depósitos de margem às contrapartes.

O risco de liquidação surge em qualquer situação em que o Banco efectue um pagamento em dinheiro, valores mobiliários ou acções, na expectativa de um recebimento correspondente em dinheiro, valores mobiliários ou acções. São estabelecidos limites diários de liquidação para cada uma das contrapartes para efeitos de cobertura do agregado dos riscos resultantes da liquidação das transacções de mercado feitas pelo Banco num único dia.

(c) Compromissos relacionados com o crédito

O principal objectivo destes instrumentos é assegurar que os fundos estão disponíveis para o cliente em qualquer momento. As garantias e as cartas de crédito de apoio estão sujeitas ao mesmo risco de crédito que os empréstimos. As cartas de crédito documentais e comerciais que representam compromissos escritos pelo Banco em nome de um cliente, autorizando um terceiro a responsabilizar o Banco, até um montante estipulado sob termos e condições específicas, são garantidas por remessas de mercadorias subjacentes a que dizem respeito e, por isso, correm menos riscos do que um empréstimo directo.

Os compromissos para aumentar o crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações visando aumentar o crédito, quer sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. No que diz respeito ao risco de crédito nos compromissos que visam aumentar o crédito, o Banco fica potencialmente exposto à perda de um montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Todavia, o montante provável da perda é inferior ao total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos para aumentar o crédito são contingentes aos clientes manterem padrões de crédito específicos. O Banco controla o prazo de vencimento dos compromissos de crédito, porque os compromissos de longo prazo assumidos têm de um modo geral, um grau de risco de crédito maior do que os compromissos de prazo mais curto.

3.1.3 Políticas de provisões e imparidade

Os sistemas de classificação interna e externa descritos na Nota 3.1.1 estão focados no mapeamento da qualidade do crédito desde o início da concessão de empréstimos e de investimento. Em contrapartida, as provisões para cobrir a imparidade são reconhecidas para efeitos de informação financeira apenas para as perdas que tenham sido incorridas à data de relato, com base em evidências objectivas de imparidade. Devido às diferentes metodologias aplicadas, o montante das perdas de crédito incorridas previstas nas demonstrações financeiras é geralmente mais baixo do que o montante determinado a partir do modelo da perda esperada que é utilizado para efeitos de gestão operacional interna e de reporte regulamentar.

A provisão para imparidade evidenciada no Balanço no final do exercício é obtida a partir de cada uma das cinco classes de classificação interna. No entanto, a maior parte da provisão para imparidade provém das duas classes inferiores. A tabela na nota 3.1.4 (a) mostra o percentual das rubricas do Balanço do Banco referente aos empréstimos e adiantamentos e a provisão de imparidade associada para cada uma das categorias de classificação interna do Banco.

- A ferramenta de classificação interna ajuda os gestores a determinarem se existem evidências objectivas de imparidade nos termos da NIC 39 com base nos seguintes critérios estabelecidos pelo Banco:
- Incumprimento dos pagamentos contratuais do capital ou de juros;
 - Dificuldades de fluxo de caixa enfrentadas pelo mutuário (por exemplo, rácio de capital, percentagem do rendimento líquido de vendas);
 - Violação de acordos ou condições do empréstimo;
 - Início do processo de falência;
 - Diminuição da posição competitiva do mutuário;
 - Deterioração do valor da garantia; e
 - Classificação abaixo do nível do investimento.

A política do Banco exige que os activos financeiros que ultrapassem os limiares de materialidade sejam avaliados individualmente, pelo menos uma vez por ano, ou com uma periodicidade menor, quando as circunstâncias assim o exigirem. As provisões para imparidade nas contas avaliadas individualmente são determinadas por uma avaliação das perdas incorridas à data de relato, numa análise caso a caso, e são aplicadas individualmente a todas as contas principais. A avaliação abrange, normalmente, as garantias mantidas (incluindo a reconfirmação da sua aplicabilidade) e as receitas antecipadas para essa conta individual.



A imparidade avaliada em moldes colectivos é efectuada relativamente a: (i) carteiras de activos homogéneos que se situem, individualmente, abaixo dos limiares de materialidade; e (ii) perdas que tenham sido incorridas mas que ainda não tenham sido identificadas, usando a experiência histórica disponível com julgamento experiente e técnicas estatísticas.

3.1.4. Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou outros mitigadores do risco de crédito

Exposição ao de risco de crédito relativo às rubricas do Balanço:

	2017 MT	2016 MT
Caixa e disponibilidades no Banco Central	17,085,814,922	10,706,529,462
Derivados	5,661,740	29,749,301
Activos detidos para negociação	-	462,390,452
Activos financeiros	29,739,761,668	13,945,094,328
Empréstimos e adiantamentos a bancos	13,792,703,313	20,697,394,837
Empréstimos a clientes – banca de particulares e negócio	6,883,691,020	6,841,364,781
- Empréstimos hipotecários	2,102,067,822	2,288,361,425
- Vendas a prestações e locações financeiras	386,388,209	503,013,778
- Cartões de crédito	248,244,015	218,653,133
- Outros empréstimos e adiantamentos	4,146,990,974	3,831,336,444
Empréstimos a banca de grandes empresas e investimento	16,818,791,065	24,171,768,609
- Empréstimos a grandes empresas	16,818,791,065	24,171,768,609
Exposições ao risco de crédito relativas a itens extrapatrimoniais:		
Cartas de crédito	698,902,188	143,835,472
Garantias financeiras	8,470,134,301	6,314,865,776
Total	93,495,460,217	83,312,993,016

A tabela na nota 3.1.4 representa o pior cenário de exposição do Banco em termos de risco de crédito à data de 31 de Dezembro, não tendo sido considerado o justo valor das garantias obtidas ou de outros colaterais de crédito. Relativamente aos activos apresentados no Balanço, as exposições apresentadas na nota 3.14 (b) baseiam-se nas quantias escrituradas líquidas reportadas no Balanço.

Tal como acima demonstrado, 44% do total da exposição máxima é obtida a partir de empréstimos e adiantamentos a Bancos e clientes (2016: 73%); 35% representam os activos financeiros disponíveis-para-venda (2016: 20%).

A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e sustentar níveis de exposição mínimos, em termos do risco de crédito decorrente da sua carteira de empréstimos e adiantamentos e dos investimentos financeiros, com base no seguinte:

- 95% da carteira de empréstimos e adiantamentos encontra-se classificada nas duas primeiras posições do sistema de classificação interna (2016: 92%);
- Os empréstimos hipotecários, as vendas a prestações e as locações financeiras são suportados por garantias;
- As grandes empresas têm gestores de acompanhamento responsáveis por monitorar o desempenho dos clientes e outros factores que possam indicar potenciais incumprimentos.

Relativamente aos activos financeiros, 99.9% (2016: 100%) dizem respeito aos instrumentos emitidos pelo Banco Central e Governo de Moçambique.

	2017 MT	2016 MT
Empréstimos e adiantamentos		
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Categoria		
Nem vencido nem em imparidade	21,596,834,097	25,864,457,804
Vencido mas sem imparidade	923,388,577	2,737,492,937
Em imparidade individual	1,182,259,412	2,411,182,648
Valor bruto	23,702,482,085	31,013,133,389
Imparidade	(1,689,273,913)	(1,524,890,040)
Valor líquido	22,013,208,172	29,488,243,349
Empréstimos e adiantamentos a Bancos		
Categoria		
Nem vencido nem em imparidade	13,792,703,313	20,697,394,837
Valor bruto	13,792,703,313	20,697,394,837
Imparidade	-	-
Valor líquido	13,792,703,313	20,697,394,837

Maturidade dos empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2017	Banca de particulares e negócio					
	Descobertos bancários	Cartões de crédito	Empréstimos a prazo	Crédito Para Habitação	Locações financeiras	Total
Vencido até 30 dias	44,699,341	9,996,883	421,222,409	152,630,750	32,512,194	661,061,577
Vencido de 30 a 60 dias	4,251,450	3,279,940	32,859,974	17,674,824	16,360,506	74,426,694
Vencido de 60 a 90 dias	4,513,411	2,288,363	21,151,257	18,894,676	511,825	47,359,532
	53,464,202	15,565,186	475,233,640	189,200,250	49,384,525	782,847,803
Banca de grandes empresas e investimento						
	Empréstimos a grandes empresas					Total
Vencido até 30 dias	140,540,763	-	-	-	-	140,540,763
Vencido de 30 a 60 dias		-	-	-	-	-
Vencido de 60 a 90 dias	10	-	-	-	-	10
	140,540,774	-	-	-	-	140,540,774
Total	194,004,976	15,565,186	475,233,640	189,200,250	49,384,525	923,388,577

Em 31 de Dezembro de 2016	Banca de particulares e negócio					
	Descobertos bancários	Cartões de crédito	Empréstimos a prazo	Crédito Para Habitação	Locações financeiras	Total
Vencido até 30 dias	66,192,285	14,294,705	516,777,297	299,807,160	25,243,859	922,315,307
Vencido de 30 a 60 dias	49,823,577	10,280,819	75,790,075	52,204,824	11,982,956	200,082,251
Vencido de 60 a 90 dias	1,667,250	5,385,216	28,439,163	2,329,389	5,106,434	42,927,453
	117,683,113	29,960,740	621,006,536	354,341,373	42,333,249	1,165,325,011
Banca de grandes empresas e investimento						
	Empréstimos a grandes empresas					Total
Vencido até 30 dias	657,834,007	-	-	-	-	657,834,007
Vencido de 30 a 60 dias	914,333,920	-	-	-	-	914,333,920
Vencido de 60 a 90 dias	-	-	-	-	-	-
	1,572,167,926	-	-	-	-	1,572,167,926
Total	1,689,851,039	29,960,740	621,006,536	354,341,373	42,333,249	2,737,492,937

(a) Empréstimos e adiantamentos nem vencidos nem em imparidade

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos e adiantamentos não vencidos e sem imparidade pode ser avaliada por referência ao sistema de avaliação interna adoptado pelo Banco (ver a nota 3.1.1).

(b) Empréstimos e adiantamentos vencidos mas não em imparidade

Os empréstimos e adiantamentos com vencimentos inferiores a 90 dias não são considerados na provisão específica a menos que exista informação que indique o contrário (ver a nota 3.1.1). .

Categoria	Nem vencido nem em imparidade			Vencido mas sem imparidade	Total de empréstimos em cumprimento	Empréstimos com imparidade	Total de Empréstimos	Garantias em empréstimos com imparidade	Crédito com imparidade líquido
	Classe A	Classe B	Classe C						
	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	13,792,703,313	-	-	-	13,792,703,313	-	13,792,703,313	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,859,237,232	2,490,163,360	17,267,652,350	923,388,577	22,540,441,519	1,162,040,566	23,702,482,085	651,241,275	50,316,979
Empréstimos a clientes – banca de particulares e negócio	1,023,669,511	2,173,394,593	2,202,220,859	782,847,803	6,182,132,766	701,558,254	6,883,691,020	651,241,275	50,316,979
Empréstimos hipotecários	172,596,195	780,649,816	704,504,952	189,200,250	1,846,951,213	255,116,609	2,102,067,822	233,416,791	21,699,817
Vendas a prestações e locações financeiras	32,187,159	113,576,822	124,913,465	49,384,525	320,061,971	66,326,238	386,388,209	56,418,040	9,908,198
Cartões de crédito	67,355,955	104,868,720	55,424,107	15,565,186	243,213,969	5,030,046	248,244,015	-	5,030,046
Outros empréstimos e adiantamentos	751,530,202	1,174,299,235	1,317,378,334	528,697,842	3,771,905,613	375,085,361	4,146,990,974	361,406,443	13,678,917
Empréstimos a banca de grandes empresas e investimento	835,567,721	316,768,767	15,065,431,491	140,540,774	16,358,308,754	460,482,311	16,818,791,065	-	-
Empréstimos a grandes empresas	835,567,721	316,768,767	13,513,841,973	140,540,774	14,806,719,235	460,482,311	15,267,201,547	-	-
Financiamento imobiliário	-	-	1,551,589,518	-	1,551,589,518	-	1,551,589,518	-	-
Em Dezembro de 2017	15,651,940,546	2,490,163,360	17,267,652,350	923,388,577	36,333,144,833	1,162,040,566	37,495,185,398	651,241,275	50,316,979

Categoria	Nem vencido nem em imparidade			Vencido mas sem imparidade	Total de empréstimos em cumprimento	Empréstimos com imparidade	Total de empréstimos	Garantias em empréstimos com imparidade	Crédito com imparidade líquido
	Classe A	Classe B	Classe C						
	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016	2016
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	20,697,394,837	-	-	-	20,697,394,837	-	20,697,394,837	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,592,103,589	7,559,525,903	15,712,828,312	2,737,492,937	28,601,950,741	2,411,182,648	31,013,133,389	1,757,831,599	653,351,049
Empréstimos a clientes – banca de particulares e negócio	794,279,371	2,312,567,593	2,138,868,022	1,165,295,742	6,411,010,727	430,354,053	6,841,364,780	288,687,518	141,666,535
Empréstimos hipotecários	169,975,653	831,709,120	800,375,183	354,341,373	2,156,401,329	131,959,509	2,288,360,838	170,457,381	(38,497,872)
Vendas a prestações e locações financeiras	52,724,124	200,315,566	192,703,486	42,333,249	488,076,425	14,937,353	503,013,778	2,286,742	12,650,612
Cartões de crédito	51,984,953	87,617,456	39,031,037	29,960,740	208,594,186	10,058,948	218,653,133	-	10,058,948
Outros empréstimos e adiantamentos	519,594,642	1,192,925,451	1,106,758,315	738,660,379	3,557,938,787	273,398,244	3,831,337,031	115,943,395	157,454,848
Empréstimos a banca de grandes empresas e investimento	1,797,824,217	5,246,958,310	13,573,960,291	1,572,197,196	22,190,940,014	1,980,828,595	24,171,768,609	1,469,144,081	511,684,514
Empréstimos a grandes empresas	1,797,824,217	5,246,958,310	11,861,397,546	1,572,197,196	20,478,377,270	1,980,828,595	22,459,205,864	1,469,144,081	511,684,514
Financiamento imobiliário	-	-	1,712,562,744	-	1,712,562,744	-	1,712,562,744	-	-
Em Dezembro de 2016	23,289,498,425	7,559,525,903	15,712,828,312	2,737,492,937	49,299,345,577	2,411,182,648	51,710,528,225	1,757,831,599	653,351,049



O seu negócio no centro das nossas atenções

CENTRO DE NEGÓCIOS 94000

Entendemos que precisa de dedicar mais tempo ao seu negócio para que continue a crescer. Por isso, com o Centro de Negócios pode realizar as suas operações bancárias sem precisar de se deslocar ao balcão. Temos uma equipa experiente, especializada e dedicada a si, de segunda a sexta-feira das 8h00 às 20h00 e aos sábados até às 12h00.

Quer abrir uma conta, solicitar um financiamento, aderir a seguros para a sua empresa ou para seus colaboradores? Ligue grátis para 94000.

Standard Bank Seguindo em Frente



(c) Empréstimos e adiantamentos individualmente em imparidade

				Total de empréstimos em incumprimento	Empréstimos em imparidade com garantia	Empréstimos líquidos de imparidade
	Sub-Padrão	Duvidoso	Prejuízos			
	2017	2017	2017	2017	2017	2017
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes						
Empréstimos a clientes – banca de particulares e negócio	362,103,242	149,520,808	189,934,204	701,558,254	651,241,275	50,316,979
Empréstimos hipotecários	108,571,634	15,525,847	131,019,128	255,116,609	233,416,791	21,699,817
Vendas a prestações e locações financeiras	63,976,211	2,350,027	-	66,326,238	56,418,040	9,908,198
Cartão de crédito	3,720,581	1,309,465	-	5,030,046	-	5,030,046
Outros empréstimos e adiantamentos	185,834,816	130,335,469	58,915,076	375,085,361	361,406,444	13,678,917
Empréstimos a banca de grandes empresas e investimento	460,482,311	-	-	460,482,311	-	-
Empréstimos a grandes empresas	460,482,311	-	-	460,482,311	-	-
Financiamento imobiliário	-	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2017	822,585,554	149,520,808	189,934,204	1,162,040,566	651,241,275	50,316,979

				Total de empréstimos em incumprimento	Empréstimos em imparidade com garantia	Empréstimos líquidos de imparidade
	Sub-Padrão	Duvidoso	Prejuízos			
	2016	2016	2016	2016	2016	2016
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes						
Empréstimos a clientes – banca de particulares e negócio	200,090,476	55,437,305	174,826,272	430,354,053	288,687,518	6,552,677,262
Empréstimos hipotecários	36,363,618	10,500,290	85,096,187	131,960,096	170,457,381	2,117,904,044
Vendas a prestações e locações financeiras	6,422,903	-	8,514,451	14,937,353	2,286,742	500,727,037
Cartão de crédito	8,094,248	1,647,197	317,503	10,058,948	-	218,653,133
Outros empréstimos e adiantamentos	149,209,707	43,289,819	80,898,131	273,397,657	115,943,395	3,715,393,048
Empréstimos a banca de grandes empresas e investimento	1,980,828,595	-	-	1,980,828,595	1,469,144,081	22,702,624,528
Empréstimos a grandes empresas	1,980,828,595	-	-	1,980,828,595	1,469,144,081	20,990,061,783
Financiamento imobiliário	-	-	-	-	-	1,712,562,744
Em 31 de Dezembro de 2016	2,180,919,070	55,437,305	174,826,272	2,411,182,648	1,757,831,599	29,255,301,790

(d) Empréstimos e adiantamentos a Bancos

O total do valor bruto dos empréstimos e adiantamentos a Bancos com imparidade à data de 31 de Dezembro de 2017 foi nulo (2016: Nulo). O Banco não possui garantias contra os empréstimos e adiantamentos a Bancos.

(e) Empréstimos renegociados

As actividades de reestruturação incluem acordos de pagamento, planos de gestão externa aprovados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, uma conta em atraso passa a ser considerada uma conta em situação normal e é gerida conjuntamente com outras contas semelhantes. As políticas e práticas de reestruturação baseiam-se em indicadores ou critérios que, no julgamento dos gestores responsáveis, indicam que os pagamentos terão forte probabilidade de continuar. Estas políticas são mantidas sob permanente controlo e é mais comum a reestruturação ser aplicada aos empréstimos a prazo, em particular empréstimos para financiamento de clientes. Os empréstimos renegociados totalizaram MT 2 281 550 550 (2016: MT 2 106 660 884).

Categoria	2017 MT	2016 MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Banca de particulares e negócio	382,180,797	39,952,946
Vendas a prestações e locações financeiras	-	-
Outros empréstimos e adiantamentos	382,180,797	39,952,946
Banca de Grandes empresas e de Investimentos	1,899,369,753	2,066,707,938
Empréstimos a grandes empresas	1,899,369,753	2,066,707,938
Operações de locação financeira Imobiliária	-	-
Total	2,281,550,550	2,106,660,884

3.1.5 Concentração de riscos dos activos financeiros com exposição ao risco de crédito

(a) Sectores geográficos

O Banco atribui exposições às regiões, com base no país de domicílio das suas contrapartes. Todas as exposições de crédito relacionadas a empréstimos e adiantamentos aos clientes estão baseadas em Moçambique.

(b) Sectores Industriais (Empréstimos e adiantamentos a clientes)

	2017 MT	2016 MT
Análise sectorial		
Agricultura, caça, silvicultura e pescas	1,044,218,579	845,680,519
Mineração e Pedreiras	998	2,701,352
Hotéis, restaurantes e turismo	10,154,895	51,658,790
Indústria transformadora	2,054,375,590	6,644,160,206
Construção	252,784,798	222,733,702
Electricidade, gás e água	9,426,872	26,988,103
Transporte, Armazenamento e Distribuição	2,578,571,604	1,895,744,583
Comunicação	636,617,710	557,181,567
Intermediários Financeiros e Seguros	666,383,016	291,104,917
Comércio a grosso e a retalho/ Reparação de itens específicos	4,500,242,683	6,017,019,420
Serviços às Empresas	594,096	71,988,666
Indústria Imobiliária	1,401,558,143	1,472,197,149
Infraestruturas	3,944,618,501	6,266,593,289
Outros	6,602,934,599	6,647,381,126
Total	23,702,482,085	31,013,133,389

3.1.6 Imparidade de crédito

Existe imparidade de crédito nas seguintes classes de empréstimos e adiantamentos:

	Empréstimos hipotecários	Vendas a prestações e locações financeiras	Devedores nos cartões de crédito	Outros empréstimos e adiantamentos	Empréstimos a grandes empresas	Total
	2017 MT	2017 MT	2017 MT	2017 MT	2017 MT	2017 MT
Empréstimos em incumprimento						
Saldo de abertura	66,282,464	8,685,254	13,401,306	129,081,754	134,110,562	351,561,341
Contas com imparidade abatidas (write-offs)	(8,074,633)	(4,165,432)	(15,610,762)	(149,796,102)	-	(177,646,928)
Provisões líquidas constituídas	37,425,219	35,869,077	7,949,025	291,508,965	263,300,093	636,052,379
Saldo no fim do ano	95,633,051	40,388,899	5,739,569	270,794,618	397,410,655	809,966,792
Empréstimos em cumprimento						
Saldo de abertura	33,752,731	8,438,709	7,503,415	77,436,910	1,046,196,934	1,173,328,698
Provisões líquidas (reversão)/ dotação	(10,123,380)	(785,700)	(2,953,650)	(22,803,682)	(257,355,164)	(294,021,576)
Saldo de fecho	23,629,351	7,653,009	4,549,765	54,633,228	788,841,770	879,307,122
Total	119,262,401	48,041,908	10,289,334	325,427,846	1,186,252,425	1,689,273,913

	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT	2016 MT
Empréstimos em incumprimento: Imparidade específica						
Saldo de abertura	14,499,429	14,956,576	3,789,036	87,939,388	55,000,022	176,184,451
Contas com imparidade abatidas (write-off)	(3,479,832)	(13,184,565)	(4,060,589)	(164,708,763)	-	(185,433,748)
Provisões líquidas (reversão)/ dotação	55,262,867	6,913,243	13,672,859	205,851,130	79,110,540	360,810,638
Saldo de fecho	66,282,464	8,685,254	13,401,306	129,081,754	134,110,562	351,561,341
Empréstimos em cumprimento: imparidade colectiva						
Saldo de abertura	10,989,526	6,776,203	2,847,610	60,736,668	304,638,727	385,988,734
Provisões líquidas (reversão)/ dotação	22,763,205	1,662,506	4,655,805	16,700,242	741,558,207	787,339,964
Saldo de fecho	33,752,731	8,438,709	7,503,415	77,436,910	1,046,196,934	1,173,328,698
Total	100,035,195	17,123,963	20,904,721	206,518,664	1,180,307,496	1,524,890,039

a) Abates

Os abates ocorrem quando, e na medida em que, uma dívida é considerada irrecuperável no todo ou em parte. O momento e a magnitude dos abates envolvem julgamentos subjectivos. De seguida, explicam-se as regras que se aplicam aos abates de contas em diferentes categorias:

- Rastreamento: as contas devem ser saneadas quando houver evidência de que o cliente está a residir no exterior ou se for reportado por parte de dois agentes de rastreamento independentes a incapacidade de localizar os activos;
- Área Jurídica: questões legais que se tornam prolongadas incluindo aquelas onde não é economicamente viável prosseguir com a acção judicial. Para questões relacionadas com fraude as contas são saneadas quando se tornar evidente que os activos não são recuperáveis;
- Insolvência: as contas são saneadas aquando do recebimento dos rendimentos da venda dos activos isentos de encargos do estado e do dividendo antecipado do contrato de venda a prazo;
- Sucessão por morte: onde não existe seguro de vida da conta e os activos do falecido não forem suficientes para liquidar a dívida, o activo é recuperado e vendido. No caso dos activos do falecido serem insuficientes para liquidar o remanescente da dívida, a conta é saneada.

b) Recuperações

Todas as contas saneadas devem ser revistas para determinar as que são definitivamente irecuperáveis e as que ainda podem ser recuperadas. Nesta conjuntura, o oficial responsável deve assegurar que todos os activos relacionados com os colaterais foram realizados. Ou seja, as políticas que foram cedidas são objecto de renúncia, os activos são recuperados e vendidos, se possível, e as propriedades vendidas numa execução judicial.

A menos que os acordos para pagamentos mensais estejam regulares, as contas que se consideram ter algum potencial para recuperação devem ser sub-contratadas a agentes ou deve ser instituída uma acção legal. A acção legal está relacionada com o montante do saldo a liquidar uma vez que os litígios representam um longo e dispendioso processo. Todas as vias em matéria de sub-contratação devem ser esgotadas antes disso e a decisão nesse sentido deve vir do Director de Crédito ou Gestor de Reabilitação e Recuperações (de acordo com o mandato).

3.1.7 Análise sectorial de imparidade de crédito

A análise sectorial da imparidade de crédito de empréstimos em incumprimento é apresentada no quadro abaixo:

	2017 MT	2016 MT
Análise sectorial		
Agricultura	2,907,547	5,774,877
Serviços às empresas	-	-
Construção	57,542,951	19,291,106
Particulares	-	124,495,617
Outros serviços	561,567,679	29,836,015
Transporte	2,156,670	-
Comércio a grosso	185,791,944	172,163,726
	809,966,792	351,561,341

3.2 Risco de Mercado

O Banco assume a exposição ao risco de mercado, que é o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuem devido a mudanças nos preços de mercado. Os riscos de mercado decorrem de posições abertas em produtos de taxa de juros, moeda e capital, os quais estão expostos a movimentos de mercado gerais e específicos e mudanças no nível de volatilidade de taxas de mercado ou preços como taxas de juros, spreads de crédito, taxas de câmbio e preços de investimentos em capitais.

3.2.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

As principais técnicas de mensuração utilizadas pelo Banco para mensurar e controlar o risco de mercado são as seguintes:

3.2.2 Risco Cambial

O Banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações nas principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições durante a noite e diurnas, as quais são controladas numa base diária. A nota 3.2.4 abaixo resume a exposição do Banco em termos de risco cambial em 31 de Dezembro de 2017. O quadro inclui os instrumentos financeiros detidos pelo Banco ao valor contabilístico por moeda.

3.2.3 Risco da taxa de juro

O risco da taxa de juro consiste na flutuação dos fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro praticadas ao nível do mercado. O risco do justo valor da taxa de juro consiste no risco de flutuação do valor de um instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro no mercado. O Banco encontra-se exposto ao risco dos efeitos das variações que ocorram aos vários níveis das taxas de juro do mercado em termos de justo valor e de fluxos de caixa. As margens de juro podem aumentar como consequência desse tipo de flutuações, podendo, também, ter como consequência uma redução das perdas no caso de ocorrência de movimentos inesperados. O Conselho de Administração fixa limites relativos aos níveis permitidos de alteração das taxas de juro, os quais são controlados diariamente pela Sala de Mercados do Banco. A nota 3.4 resume a exposição do Banco aos riscos da taxa de juro. A mesma inclui o valor contabilístico dos instrumentos financeiros do Banco classificados pelo preço contratual recém fixado ou pelas datas de maturidade, dos dois o que ocorrer em primeiro lugar.

Risco cambial (MT)	USD MT	EUR MT	GBP MT	MT MT	ZAR MT	Outras moedas MT	Total MT
Em 31 de Dezembro de 2017							
Activos							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	5,326,744,521	351,174,870	3,276,814	11,181,865,620	222,753,097	-	17,085,814,922
Derivados	-	-	-	5,661,740	-	-	5,661,740
Activos detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	29,739,761,668	-	-	29,739,761,668
Empréstimos e adiantamentos a bancos	10,367,875,369	959,682,862	85,494,677	1,489,188,749	520,132,093	370,329,563	13,792,703,313
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9,057,158,343	547,092,049	-	12,384,182,457	24,775,323	-	22,013,208,172
Activos do fundo de pensões	-	-	-	160,507,000	-	-	160,507,000
	24,751,778,233	1,857,949,781	88,771,491	54,961,167,234	767,660,513	370,329,563	82,797,656,815
Passivos							
Derivados	63,913,375	-	-	-	-	-	63,913,375
Recursos de instituições de crédito	313,565,450	17,087,604	-	199,210,450	-	-	529,863,505
Recursos de clientes	26,079,502,745	1,519,320,574	89,186,073	36,806,790,009	865,382,917	368,881,529	65,729,063,846
Passivos por imposto corrente	-	-	-	261,911,488	-	-	261,911,488
Emprestimos subordinados	-	-	-	1,081,572,923	-	-	1,081,572,923
Responsabilidade com a assistência médica pós-reforma	-	-	-	70,146,000	-	-	70,146,000
	26,456,981,571	1,536,408,179	89,186,073	38,419,630,870	865,382,917	368,881,529	67,736,471,138
Valor líquido	(1,705,203,338)	321,541,602	(414,582)	16,541,536,364	(97,722,404)	1,448,034	15,061,185,677

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A tabela abaixo indica a sensibilidade do Banco no final do ano relativamente a variações de taxa de câmbio das principais moedas a que o Banco está exposto por via dos seus instrumentos financeiros. As percentagens indicadas abaixo representam a variação das taxas de câmbio em relação ao ano anterior. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros específicas, permanecem constantes. A análise foi realizada de forma consistente com o período anterior. As taxas são em Meticais para uma unidade de moeda estrangeira.

	USD	ZAR	EUR	GBP
Taxas Forex em 31 de Dezembro				
2017	63.56	4.78	71.45	81.66
2016	71.35	5.20	75.16	87.90
2015	45.90	2.94	50.04	68.06
Movimentos (%)				
2017	11%	8%	5%	7%
2016	-55%	-77%	-50%	-29%
Posição líquida da moeda				
2017	(55,100)	10,301	8	-
2016	(3,457,129)	42,513	7	-

O impacto nos (ganhos)/perdas sobre os números reportados utilizando as taxas e os movimentos acima é definido como segue:

2017	(6,013)	832	0	-
2016	1,916,861	(32,680)	(3)	-

A análise de sensibilidade será baseada no pressuposto de um movimento de 2% em cada direcção. A informação abaixo reflecte o efeito de tal movimento sobre os (ganhos)/perdas:

2017	(120)	17	0	-
2016	38,337	(654)	(0)	-

Se as moedas estrangeiras enfraquecerem/ fortalecerem relativamente ao Metical pelos mesmos percentuais estabelecidos no quadro acima, observaríamos um efeito igual, mas oposto sobre os resultados.

3.3 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DO BALANÇO ÀS TAXAS DE JURO (MT)

	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+3 de anos	Sem juros	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	-	-	17,085,814,922	17,085,814,922
Derivados	-	-	-	-	-	5,661,740	5,661,740
Activos financeiros	597,088,053	8,325,750,652	20,661,001,714	113,626,841	-	42,294,408	29,739,761,668
Empréstimos e adiantamentos a bancos	9,344,468,568	-	803,918,080	-	-	3,644,316,665	13,792,703,313
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3,299,435,014	2,252,686,883	4,427,213,371	7,248,051,867	5,255,415,710	(469,594,673)	22,013,208,172
	13,240,991,636	10,578,437,535	25,892,133,164	7,361,678,708	5,255,415,710	20,308,493,062	82,637,149,815
Passivos							
Derivados	-	-	-	-	-	63,913,375	63,913,375
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	-	529,863,502	529,863,502
Recursos de clientes	23,101,943,047	2,388,015,592	2,605,832,839	-	-	37,633,272,369	65,729,063,846
Empréstimos subordinados	-	65,686,257	14,886,667	-	1,001,000,000	-	1,081,572,923
	23,101,943,047	2,453,701,848	2,620,719,506	-	1,001,000,000	38,227,049,246	67,404,413,647
Diferencial de sensibilidade do balanço às taxas de juro	(9,860,951,411)	8,124,735,687	23,271,413,659	7,361,678,708	4,254,415,710	(17,918,556,184)	15,232,736,168

A gestão acredita que o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros acima referidos é uma aproximação razoável do justo valor tendo em conta que as diferenças entre a valor contabilístico e o justo valor são consideradas imateriais. Os fluxos de caixa estão sujeitos ao risco de taxa de juros, em que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuam devido a mudanças nas taxas de juros de mercado sujeitas a alterações mensais conforme determinado pelo regulador.

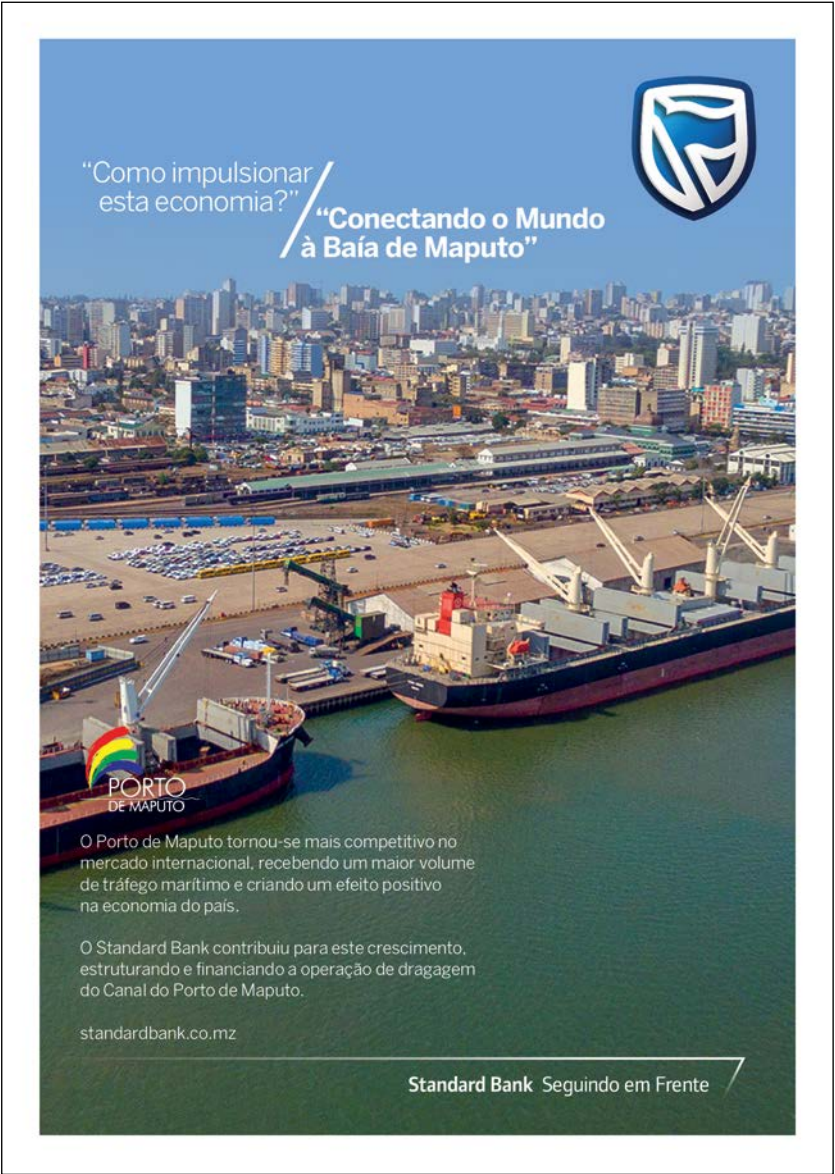
3.4 Análise de sensibilidade às taxas de juro

Sensibilidade do rendimento de juros a uma mudança de 200 pontos base nas taxas de juro: O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições overnight como diurnas, as quais são controladas numa base diária. Uma das principais técnicas utilizadas para avaliar e monitorizar o risco de mercado é análise dos proveitos de juros em risco (IEaR).

Os proveitos de juros em risco (Interest Earnings at Risk - AEaR) exprimem o grau de sensibilidade da margem financeira a um determinado choque nas taxas de juro, num determinado intervalo temporal.

	2%	5.5%
	Alto	Baixo
Moeda nacional	4.1%	-12.5%
	1%	1%
	Alto	Baixo
Moeda estrangeira	17.0%	-15.1%

Uma variação das taxas de juro em meticais de mais 2% resultaria numa variação de mais 4.1% na margem financeira do Banco.





3.5 Risco de liquidez

A natureza das actividades bancárias e comerciais do Banco dá origem a uma exposição contínua ao risco de liquidez. O risco de liquidez surge quando o Banco, apesar de ser solvente, se revela incapaz de manter ou gerar recursos de caixa suficientes para satisfazer as suas obrigações de pagamento na data de vencimento ou quando só o pode fazer em termos substancialmente desvantajosos. Este tipo de evento pode surgir quando as contrapartes que fornecem o financiamento de curto prazo ao Banco retirarem ou não passarem os financiamentos para o ano seguinte ou se activos normalmente líquidos se tornam ilíquidos em resultado de uma desvalorização generalizada nos mercados de activos.

O Banco gere a liquidez de acordo com os regulamentos aplicáveis e a estrutura de risco do Banco. A estrutura de governação de gestão de risco de liquidez do Banco suporta a mensuração e gestão de liquidez em ambos os sectores, isto é, a banca de retalho e a banca comercial, para assegurar que as obrigações de pagamento possam ser satisfeitas pelo Banco, tanto em circunstâncias normais de mercado como em situações desfavoráveis. A gestão de risco de liquidez assegura que o Banco tem uma diversificação apropriada relativamente ao valor e o tipo de financiamento e de liquidez para suportar sempre a sua base de activos.

3.5.1 Processo de gestão do risco de liquidez

O principal comité de governação responsável pela supervisão do risco de liquidez é o Comité de Activos e Passivos (ALCO). O ALCO é presidido pelo Administrador Delegado (CEO), é um subcomité da Comissão Executiva (EXCO), e tem as seguintes competências:

- Assegurar um balanço estruturalmente sólido, identificar e gerir discrepâncias de liquidez estrutural;
- Determinar e aplicar um perfil comportamental;
- Gerir os fluxos de caixa de longo prazo;
- Preservar uma base de financiamento diversificada;
- Reportar sobre os requisitos de financiamento de longo prazo;
- Avaliar as exposições de liquidez em moeda estrangeira;
- Estabelecer o risco de liquidez.

O Banco gere a liquidez de acordo com os regulamentos aplicáveis e a estrutura de risco do Banco. A estrutura de governação de gestão de risco de liquidez do Banco suporta a mensuração e gestão de liquidez em ambos os sectores, isto é, a banca de retalho e a banca comercial, para assegurar que as obrigações de pagamento possam ser satisfeitas pelo Banco, tanto em circunstâncias normais de mercado como em situações desfavoráveis. A gestão de risco de liquidez assegura que o Banco tem uma diversificação apropriada relativamente ao valor e o carácter de financiamento e de liquidez para suportar sempre a sua base de activos.

Ao nível tático o processo de gestão de liquidez do Banco é da responsabilidade de uma equipa separada na Sala de Mercados do Banco e compreende os seguintes aspectos:

- Financiamento do dia a dia, gerido pelo controlo dos fluxos de caixa futuros, para assegurar que as exigências possam ser satisfeitas incluindo a reposição de fundos vencidos ou emprestados pelos clientes. O Banco mantém uma presença activa nos mercados monetários globais para permitir que isto aconteça;
- Manter uma carteira de activos altamente negociáveis que possam ser facilmente liquidados como protecção contra qualquer interrupção imprevista no fluxo de caixa;
- Monitorar os rácios de liquidez do balanço comparando com os limites internos e do regulador; e
- Gerir a concentração e o perfil das maturidades das dívidas.

O controlo e o reporte assumem a forma de mensuração do fluxo de caixa e de projecções para o dia, semana e meses seguintes, respectivamente, uma vez que os mesmos constituem os períodos-chave de gestão da liquidez. O ponto de partida dessas projecções é uma análise da maturidade contratual dos passivos financeiros e a data de cobrança esperada dos activos financeiros.

A gestão controla igualmente os activos não correspondentes de médio prazo, o nível e o tipo de compromissos de empréstimos não utilizados, a utilização de descobertos bancários e o impacto dos passivos contingentes, tais como, cartas de crédito e garantias.

3.5.2.Abordagem de financiamento

As fontes de liquidez são periodicamente revistas por uma equipa independente do departamento financeiro, para manter uma grande diversificação por moedas, por sector geográfico, por fornecedor, por produto e por prazo.

Maturidade de activos e passivos financeiros (MT)								
Em 31 de Dezembro de 2017	À vista	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+ de 3 anos	Sem período	Total
Activos								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	17,085,814,922	-	-	-	-	-	-	17,085,814,922
Derivados	-	-	-	5,661,740	-	-	-	5,661,740
Activos detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros	-	599,803,833	8,704,426,466	23,559,256,754	141,436,287	-	42,294,408	33,047,217,748
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3,644,316,665	9,717,932,248	-	803,918,080	-	-	-	14,166,166,993
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,975,675,490	57,168,986	2,252,686,883	4,427,213,371	7,248,051,867	5,255,415,710	1,219,679,240	23,435,891,547
	23,705,807,077	10,374,905,067	10,957,113,349	28,796,049,945	7,389,488,154	5,255,415,710	1,261,973,648	87,740,752,950
Passivos								
Derivados	1,208,096	53 439 785	2,202,171	7,063,323	-	-	-	63,913,375
Recursos de instituições de crédito	199,210,450	17,087,605	62,730,450	250,835,000	-	-	-	529,863,505
Recurso de clientes	57,185,230,442	3,256,981,417	2,388,015,592	2,605,832,839	-	-	-	65,436,060,289
Empréstimos subordinados	-	-	92,310,000	178,710,000	271,020,000	1,272,020,000	-	1,814,060,000
	57,385,648,988	3,327,508,806	2,545,258,213	3,042,441,162	271,020,000	1,272,020,000	-	67,843,897,169
Diferencial de maturidade do balanço	(33,679,841,910)	7,047,396,261	8,411,855,136	25,753,608,783	7,118,468,154	3,983,395,710	1,261,973,648	19,896,855,781

O desfasamento estrutural de liquidez resultante do período de maturidade desfasado entre activos e passivos será mantido no nível capacidade desfasamento de liquidez (conforme definido na Política de Liquidez), garantindo recursos estáveis disponíveis para atingir o nível de demanda de recursos estáveis requeridos.

A abordagem ao desfasamento (mismatch) mede a liquidez do Banco avaliando o desfasamento entre as suas entradas e saídas de fundos dentro de diferentes bandas temporais numa grelha de prazos. O desfasamento estrutural da liquidez baseia-se em fluxos de caixa ajustados pelos comportamentos, que incorporam uma probabilidade de vencimento nas diferentes bandas temporais. As premissas detalhadas e a lógica aplicada na compilação do desfasamento estrutural da liquidez estão contidas no documento sobre métodos de classificação comportamental do risco de liquidez.

Devido aos fluxos de caixa esperados divergirem significativamente da posição contratual, a classificação comportamental é aplicada aos activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais com um vencimento ou um período de saque indeterminado, bem como a certos activos líquidos

Este processo é usado para identificar fontes suplementares significativas de liquidez estrutural sob a forma de activos líquidos e depósitos, tais como contas à ordem e contas correntes que, embora sejam reembolsáveis à vista ou com um pré-aviso curto, apresentam um comportamento estável.

O desfasamento líquido é obtido subtraindo os passivos e as posições extrapatrimoniais líquidos aos activos de cada banda temporal. A posição de liquidez do Banco é avaliada através da posição de desfasamento acumulado líquido (soma da posição líquida em cada banda temporal sucessiva), expressa em percentagem do total de passivos perante o público relacionados com financiamento. O desfasamento estrutural é medido numa base mensal.

O banco detêm um portfólio de activos altamente líquidos acima dos níveis prudenciais, regulamentares e dos requeridos para teste de esforço, como forma de se precaver contra possíveis pressões de fluxos de caixa. Este portfólio é gerido dentro dos limites estabelecidos pelo ALCO numa base de diversificação e liquidez.

No caso específico das contas correntes que apresentam um perfil contratual de 1 dia, mas é na verdade bastante estável, razão pela qual o seu perfil comportamental encontra-se numa banda de maturidade acima dos 24 meses.

Maturidade de activos e passivos financeiros (MT)								
Em 31 de Dezembro de 2017	À vista	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+ de 3 anos	Sem período	Total
Ítems extrapatrimoniaisn(MT)								
Cartas de crédito	40,054,411	250,330,149	408,517,627	-	-	-	-	698,902,188
Garantias financeiras	156,431,464	2,130,004,049	5,446,107,201	574,872,867	162,718,721	-	-	8,470,134,301
	196,485,876	2,380,334,198	5,854,624,828	574,872,867	162,718,721	-	-	9,169,036,489

3.5.3 Fluxos de Caixa Derivados

Os derivados do Banco, incluem contratos cambiais derivados. A tabela na alínea a) abaixo divulga os instrumentos financeiros derivados do Banco, em grupos de maturidade baseados no período remanescente à data de relato da maturidade contratual. Os montantes divulgados no quadro representam fluxos de caixa contratuais não-descontados.

O justo valor dos derivados é reconhecido no Balanço e é compensado quando houver um direito legal e uma intenção de liquidação.

(a) Derivados liquidados detidos para negociação numa base líquida			
	Justo valor de activos	Contrato/Valor nominal	1 ano
	2017	2017	2017
	MT	MT	MT
31 de Dezembro de 2017			
Derivados			
Contratos forward de taxa de câmbio a prazo dos activos	5,661,740	126,230,000	126,230,000
Contratos forward de taxa de câmbio a prazo dos passivos	(30,428,029)	(1,022,710,300)	(1,022,710,300)
Contratos swap de taxa de câmbio a prazo - Passivo	(33,485,346)	(483,263,703)	(483,263,703)
Derivados líquidos	(58,251,635)	(896,480,300)	(896,480,300)
31 de Dezembro de 2016			
Derivados			
Taxa de câmbio a prazo dos activos	29,749,301	2,000,000,000	2,000,000,000
Taxa de câmbio a prazo dos passivos	(3,552,702)	(108,476,020)	(108,476,020)
Derivados líquidos	26,196,599	1,891,523,980	1,891,523,980

3.5.4 Rubricas extrapatrimoniais

O banco detinha os seguintes itens fora do balanço em 31 de Dezembro:	2017	2016
	MT	MT
Garantias	698,902,188	143,835,472
Cartas de crédito	8,470,134,301	6,314,865,776
	9,169,036,489	6,458,701,248

3.6 Risco operacional

O risco operacional é o risco do Banco incorrer em perdas financeiras devido a especificidades contratuais dos seus funcionários e falhas das infraestruturas de tecnologia, desastres, influências externas e relações comerciais com clientes. O risco operacional inclui o risco legal, mas exclui os riscos estratégicos, de negócio e de reputação. O risco operacional pode resultar de processos, pessoas, sistemas e acontecimentos externos.

O risco operacional divide-se por eventos de frequência elevada/severidade baixa que podem ocorrer de forma regular mas que expõem o Banco a um reduzido nível de perdas; e eventos de baixa frequência/alta severidade, que constituem eventos que são normalmente raros, mas que a sucederem podem resultar em perdas significativas para o Banco.

O Banco esforça-se para mitigar estes riscos através da manutenção de uma estrutura de governação corporativa e de sistemas de controlo interno fortes, complementadas por um sistema de valores robusto. A gestão é responsável pela introdução e manutenção de processos e procedimentos operacionais eficientes, que estão documentados em diversos manuais que são objecto de revisão periódica para contemplar necessidades de alteração. O departamento de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão sempre que tal seja aplicável.

3.7 Risco de solvência

O Capital e as reservas sem imparidade são evidência do compromisso dos accionistas em garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de solvência é mensurado pelo rácio de solvência, que requer que o capital seja mantido em relação a classificações de activos ponderados pelo risco. O Banco e os seus accionistas estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvência acima do mínimo de 8% (2016: 8%). O rácio de solvência do Banco em 31 de Dezembro de 2017 foi de 20.41% (2016: 16.96%).

3.8 Gestão de capital

Os objectivos do Banco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo da situação líquida reflectida ao nível do balanço, são:

- Cumprir com os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique, a instituição reguladora do sector de actividade em que o Banco opera;

- Salvaguardar a capacidade do Banco em termos de continuidade das suas operações, no sentido de que o mesmo possa continuar a gerar resultados para os seus accionistas e benefícios para as restantes partes interessadas; e

- Manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A adequação do rácio de solvabilidade e a manutenção para efeitos reguladores são monitorados regularmente pela gestão do Banco, utilizando técnicas baseadas nas instruções recebidas do Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o Banco de Moçambique, numa base mensal. O Banco de Moçambique exige que cada Banco:

(a) mantenha um valor mínimo de capital para efeitos de regulação no valor de 70 000 000 Meticais; e

(b) mantenha um rácio do total do capital regulamentar para o activo ponderado por risco (o rácio de solvabilidade) igual ou superior ao mínimo de 8%. O capital regulamentar do Banco é gerido pelo Departamento de Gestão de Risco e divide-se em duas categorias:

• Categoria 1: Fundos próprio de base: Capital social (líquido dos saldos de todas acções próprias detidas), interesses minoritários resultantes da consolidação dos interesses no capital social permanente, lucros acumulados e reservas criadas por apropriação dos lucros acumulados. O saldo do trespassse é deduzido para chegar aos fundos próprios de base; e

• Categoria 2: Fundos próprios complementares: capital de crédito subordinado que qualifica, provisões para imparidades colectivas e ganhos não realizados resultantes do justo valor dos instrumentos de capital mantidos como dispo-níveis-para venda.

Os investimentos nas associadas são deduzidos dos fundos próprios de base e complementares para existir concor-dância com o capital regulamentar.

O risco ponderado dos activos é mensurado de acordo com uma classificação hierárquica de cinco níveis de ponde-ração, classificados de acordo com a natureza de cada activo e contraparte, reflectindo uma estimativa do risco de crédito, risco de mercado e outros riscos associados,, tomando ainda em consideração qualquer garantia ou colateral elegível. Tratamento idêntico é adoptado para as contas extrapatrimoniais, com ligeiros ajustamentos, por forma a re-flectirem as perdas potenciais face à natureza da contingência. O quadro abaixo resume a composição do capital regu-lamentar e os rácios do Banco. Durante esses dois anos, o Banco cumpriu integralmente todos os requisitos de capital.

	2017 MT	2016 MT
Capital próprio		
Capital de base	10,008,252	7,874,302
Capital complementar	827,880	1,097,153
	10,836,132	8,971,456
Capital regulamentar		
Risco de crédito	50,454,116	50,300,764
Risco operacional e de mercado	2,628,674	2,605,249
Activo ponderado por risco	53,082,790	52,906,013
Rácio de adequação do capital próprio	20.41%	16.96%

4. Avaliação de activos e passivos financeiros e não financeiros

4.1 Instrumentos não financeiros

O Banco mensura o justo valor dos edifícios usando um modelo de reavaliação. Os edifícios encontram-se contabiliza-dos ao valor reavaliado que é o seu justo valor à data da reavaliação menos qualquer depreciação subsequente.

Os edifícios são reavaliados periodicamente de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O exceden-te de reavaliação é apresentado como uma reserva de reavaliação e é incluído no capital próprio até ser realizado, altura em que é transferido directamente para resultados acumulados.

Durante o ano não foi efectuada nenhuma reavaliação aos edifícios. A última reavaliação foi efectuada em 2015, por um perito independente, tendo resultado num excedente de revalorização de MT 572 248 848. A reconciliação detalhada do impacto da reavaliação está incluída na Demonstração das alterações dos capitais próprio e, adicionalmente, na nota explicativa nº 171

A tabela a seguir analisa os instrumentos não financeiros avaliados pelo justo valor no fim do período de relato, por níveis de hierarquia do justo valor(definições detalhadas da hierarquia do valor justo na secção 4.2) em que a mensu-ração do justo valor é classificada.

	2017 MT Nível 3	2016 MT Nível 3
Custo	3,161,112,774	3,096,413,260
Reavaliação	-	-
Depreciação acumulada	(385,132,639)	(323,491,508)
Valor contabilístico	2,775,980,136	2,772,921,751

Técnicas de valorização dos instrumentos não financeiros avaliados pelo justo valor

Instrumentos	Técnicas de valorização	Dados observáveis
Edifícios	O justo valor dos edifícios foram reavaliados tendo em consideração os standards e orientações expressas pelo International Valuation Standards Council (IVSC) e pela TEGOVA(the Blue book). Utilizou-se o Método de Comparação Directa de Mercado e o Método de rendimento, dado que foi possível identificar e validar a existência de um mercado de transacções e de arrendamento de imóveis. Também foram utilizados dados não observáveis como a taxa de capitalização obtida através de uma análise de mercado.	Preços de mercado de arrendamento imobiliário.

4.2 Instrumentos financeiros



O Banco mensura o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor, que reflecte a importância dos “inputs” utilizados na sua mensuração:

Nível 1: Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;

Nível 2: Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indi-rectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados com utilização de: preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou si-milares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os inputs sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado;

Nível 3: Técnicas de valorização utilizando inputs não observáveis significativos. Esta categoria inclui todos os instru-mentos em que a técnica de valorização inclui inputs não baseados em dados observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares, onde ajustamentos ou pressupostos não-observáveis significativos são neces-sários para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos é baseado em preços de merca-do cotados ou cotações de preços do revendedor. Para todos os outros instrumentos financeiros, o Banco determina o justo valor utilizando técnicas internas de valorização.

As técnicas de valorização incluem o valor actual líquido e modelos de fluxo de caixa descontado e outros modelos de avaliação. Os pressupostos e inputs utilizados em técnicas de valorização incluem as taxas de juro de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar taxas de desconto, os preços de obrigações e Bilhetes do Tesouro e as taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é calcular o justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data de relato e que teria sido determinado pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros comuns e mais simples, como taxas de juro e permutas de moeda, que utilizam apenas dados de mercado observáveis e exigem pouco julgamento e estimativa por parte da Administração. Normalmente, o mercado dispõe de preços observáveis e “inputs” do modelo para derivados transaccionados em bolsa e derivados simples negociáveis tais como as permutas de taxas de juro. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e de inputs do modelo reduz a necessidade do julgamento e estimativa da Administração, reduzindo, também, a incerteza associada à determinação do justo valor. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e de inputs varia, dependendo dos produtos e dos mercados, sendo propensa às bases das mudanças em eventos específicos e às condições gerais dos mercados financeiros.

Informação de justo valor

A gestão entende que o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros acima apresentados são uma aproxima-ção razoável do justo valor, uma vez que qualquer diferença entre o valor contabilístico e o justo valor é considerada imaterial.

A tabela a seguir analisa os instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor no fim do período de relato, por níveis de hierarquia do justo valor em que a mensuração do justo valor é classificada.

		2017 MT Nível 2	2016 MT Nível 2	2017 MT Nível 3	2016 MT Nível 3
31 de Dezembro de 2017					
Derivados	13	5,661,740	29,749,301	-	-
Activos detidos para negociação	13	-	462,390,452	-	-
Activos financeiros	14	29,739,761,668	13,945,094,328	29,697,467,260	13,901,709,770
		29,745,423,408	14,437,234,081	29,703,129,000	14,437,234,081
Derivados	13	63,913,375	3,552,702	1,082,910	3,552,702
		63,913,375	3,552,702	1,082,910	3,552,702

Reconciliação de activos financeiros de nível 3 mensurados ao justo valor em base corrente

	2017 MT
31 de Dezembro de 2017	43,384,558
Total de ganhos incluídos no resultado	101,693,870
Vendas realizadas	102,784,020
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	42,294,408

Técnicas de valorização dos instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor

Instrumentos	Técnicas de valorização	Dados observáveis
Derivados	O justo valor dos contratos de câmbio a termo é determinado usando taxas de câmbio a termo na data de relato, com o valor resultante descontado de volta ao valor presente.	Taxa de câmbio
Activos financeiros	O justo valor é estimado usando técnicas de modelagem mais complexas. Essas técnicas incluem fluxo de caixa descontado que utilizam as taxas atuais do mercado de crédito, juros, liquidez, volatilidade e outros riscos. Os títulos de capital não cotados são avaliados pela contraprestação inicial paga devido à ausência de informações do mercado.	Taxa de desconto

Classificação de activos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas do Banco fornecem o âmbito dos activos e passivos a serem designados no início em cate-gorias contabilísticas diferentes, de acordo com as circunstâncias.

Na classificação dos activos e passivos fiananceiros “detidos para negociação” o Banco determinou que os mesmos satisfazem a descrição dos activos e passivos para negociação estabelecidos na política contabilística 2.2(h).

Quando se designa os activos e passivos financeiros pelo justo valor através de resultados, o Banco determina que os mes-mos satisfazem um dos critérios para esta designação, tal como estabelecido na política contabilística 2.2(h).

Na classificação dos activos financeiros como detidos até à maturidade, o Banco determinou que tem a intenção positiva e a capacidade de manter os activos até à data da sua maturidade, tal como exigido pela política contabilística 2.2(h).

Na classificação dos activos financeiros como disponíveis para venda, o Banco determinou que os mesmos não satis-fazem outra classificação, tal como referido na política contabilística 2.2 (h).



As tabelas apresentadas nas páginas seguintes resumem o detalhe em termos de classificação dos activos e passivos financeiros:

	Nota	Detidos para negociação MT	Empréstimos e contas a re- ceber MT	Disponíveis para venda MT	Outros activos/ passivos ao cus- to amortizado MT	Outros activos/ passivos não financeiros MT	Total do valor contabilístico MT	Justo valor MT
Em 31 de Dezembro de 2017								
Activos financeiros								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	-	17,085,814,922	-	-	-	17,085,814,922	17,085,814,922
Derivados	13	5,661,740	-	-	-	-	5,661,740	5,661,740
Activos detidos para negociação	13	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros	14	-	-	29,739,761,668	-	-	29,739,761,668	29,739,761,668
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	-	13,792,703,313	-	-	-	13,792,703,313	13,792,703,313
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	-	22,013,208,172	-	-	-	22,013,208,172	22,013,208,172
Outros activos	16	-	-	-	-	237,681,464	237,681,464	237,681,464
		5,661,740	52,891,726,407	29,739,761,668	-	237,681,464	82,874,831,279	82,874,831,279
Passivos financeiros								
Derivados	13	63,913,375	-	-	-	-	63,913,388	63,913,388
Recursos de instituições de crédito	24	-	-	-	529,863,502	-	-	-
Recursos de clientes	25	-	-	-	65,729,063,846	-	65,729,063,871	65,729,063,871
Outros passivos	26	-	-	-	-	1,022,536,696	1,022,536,722	1,022,536,722
Empréstimos subordinados	27	-	-	-	1,081,572,923	-	1,081,572,950	1,081,572,950
		63,913,375	-	-	67,340,500,272	1,022,536,696	67,897,086,932	67,897,086,932

A gestão acredita que o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros acima referidos é uma aproximação razoável do justo valor tendo em conta que as diferenças entre a valor contabilístico e o justo valor são consideradas imateriais. A maioria dos activos e passivos financeiros do Banco estão sujeitos a taxas de juro variáveis pelo que os fluxos de caixa estão sujeitos ao risco de taxa de juros, em que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuam devido a mudanças nas taxas de juros de mercado sujeitas a alterações mensais conforme determinado pelo regulador.

	Nota	Detidos para negociação MT	Empréstimos e contas a receber MT	Disponíveis para venda MT	Outros activos/ passivos ao custo amortizado MT	Outros activos/ passivos não financeiros MT	Total da valor contabilístico MT	Justo valor MT
Em 31 de Dezembro de 2016								
Activos financeiros								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	-	10,706,529,462	-	-	-	10,706,529,462	10,706,529,462
Derivados	13	29,749,301	-	-	-	-	29,749,301	29,749,301
Activos detidos para negociação	13	462,390,452	-	-	-	-	462,390,452	462,390,452
Activos financeiros	14	-	-	13,945,094,328	-	-	13,945,094,328	13,945,094,328
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	-	20,697,394,837	-	-	-	20,697,394,837	20,697,394,837
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	-	29,488,243,349	-	-	-	29,488,243,349	29,488,243,349
Outros activos	16	-	-	-	-	357,278,972	357,278,972	357,278,972
		492,139,753	60,892,167,648	13,945,094,328	-	357,278,972	75,686,680,700	75,686,680,700
Passivos financeiros								
Derivados	13	3,552,702	-	-	-	-	3,552,702	3,552,702
Recursos de clientes	24	-	-	-	61,597,118,261	-	61,597,118,261	61,597,118,261
Outros passivos	26	-	-	-	2,559,081,968	1,046,114,862	3,605,196,831	3,605,196,831
Empréstimos subordinados	27	-	-	-	1,299,410,861	-	1,299,410,861	1,299,410,861
		3,552,702	-	-	64,156,200,229	1,046,114,862	65,205,867,793	66,505,278,654

A tabela a seguir analisa os instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor é divulgado no fim do período de relato, por níveis de hierarquia do justo valor em que a mensuração do justo valor é classificada.

	Nota	2017 MT	2016 MT	2017 Nível 1	2016 Nível 1	2017 Nível 2	2016 Nível 2
Activos financeiros não mensurados ao justo valor							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	17,085,814,922	10,706,529,462	17,085,814,922	10,706,529,462	-	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	13,792,703,313	20,697,394,837	3,644,316,665	6,989,255,342	10,148,386,648	13,708,139,495
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	22,013,208,172	29,488,243,349	-	-	22,013,208,172	29,488,243,349
		52,891,726,407	60,892,167,648	20,730,131,587	17,695,784,804	32,161,594,820	43,196,382,844
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor							
Recursos de clientes	24	65,729,063,846	61,597,118,261	57,185,230,442	54,692,234,810	8,543,833,404	6,904,883,451
Recursos de instituições de crédito	26	529,863,502	1,726,618,592	330,653,053	863,309,296	199,210,449	863,309,296
Empréstimos subordinados	27	1,081,572,950	2,162,720,157	-	863,309,296	1,081,572,950	1,299,410,861
		67,340,500,299	65,486,457,010	57,515,883,495	56,418,853,402	9,824,616,804	9,067,603,608

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

	2017 MT	2016 MT
5 Margem financeira		
Juros e rendimentos similares		
Operações do Mercado monetário	6,535,679,697	1,582,976,326
Empréstimos e adiantamentos	5,023,356,119	4,340,073,368
Títulos de investimento	306,205,865	307,360,788
	11,865,241,681	6,230,410,482
Juros e encargos similares		
Depósitos de Bancos e clientes	(1,395,918,846)	(444,801,449)
Depósitos no mercado monetário	(806,077,305)	(307,155,248)
Obrigações	(304,199,590)	(203,081,833)
	(2,506,195,742)	(955,038,530)

	2017 MT	2016 MT
6 Rendimentos com taxas e comissões		
Taxas de pagamentos e transacções	637,948,271	597,039,620
Taxas de documentação e custos administrativos	141,137,208	133,179,454
Taxas de serviço	495,434,288	492,908,114
	1,274,519,767	1,223,127,188
Gastos com taxas e comissões		
Taxas de cartões de crédito	(18,399,847)	(7,059,977)
Honorários de consultoria	-	-
Comissões de garantia	-	-
	(18,399,847)	(7,059,977)

Todas as comissões reportadas acima referem-se a activos ou passivos financeiros não mensurados ao valor justo através de resultados.

	2017 MT	2016 MT
7.1 Resultado de operações financeiras		
Ganhos líquidos em transacções cambiais	2,344,004,652	3,222,839,845
	2,344,004,652	3,222,839,845
7.2 Outros proveitos		
Receita de venda de investimentos em capital próprio não cotados	101,693,870	-
Outros proveitos	35,268,638	-
	136,962,508	-
8 Imparidade de Crédito		
Imparidade de empréstimos em cumprimento	(294,021,577)	787,212,925
Imparidade específica de empréstimos em incumprimento	620,439,188	360,787,697
Recuperações e reversões	(31,777,371)	(25,733,771)
	294,640,240	1,122,266,851

	2017 MT	2016 MT
9 Outros gastos operacionais		
Custos gerais e administrativos	1,812,614,432	1,465,654,891
Custos de locação operacional	107,717,432	111,896,373
Gastos com o pessoal (nota 9.1)	3,153,975,064	2,445,709,210
Depreciações e amortizações	343,426,900	278,714,759
Honorários dos Administradores e gestores seniores	12,373,086	7,297,418
Honorários pelos serviços prestados como administradores	12,373,086	7,297,418
	5,430,106,915	4,309,272,650
9.1 Gastos com o pessoal		
Salários e subsídios	2,782,719,053	2,213,217,754
Benefícios de pensão e reforma	100,700,971	81,267,338
Plano de acções do grupo	86,228,382	33,641,237
Outros custos relacionados com o pessoal	184,326,658	117,582,881
	3,153,975,064	2,445,709,210

10 Impostos		
10.1 Imposto Indirecto		
Imposto sobre valor acrescentado	297,358,273	203,848,664
Imposta de selo	1,967,780	-
	299,326,052	203,848,664
10.2 Imposto directo		
Imposto corrente	1,502,692,935	1,304,802,881
Imposto diferido	(25,918,814)	(6,815,449)
	1,476,774,121	1,297,987,433
Reconciliação da taxa efectiva de impostos		
Resultado antes de impostos	7,371,385,864	4,282,739,506
Imposto à taxa em vigor de 32%	2,358,843,476	1,370,476,642
Ajustamentos ao imposto:		
Efeito do rendimento sujeito a taxas liberatórias de imposto	(790,011,543)	(179,271,449)
Impacto dos custos e rendimentos não dedutíveis	(16,138,999)	106,782,239
Impostos	1,552,692,935	1,297,987,433

11 Resultados por acção		
Resultados por acção - básicos e diluídos		
Os resultados por acção básicos e diluídos, no montante de MT 21.35 (2016: MT 10.75), baseiam-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários, no montante de MT 5 526 133 859 (2016: MT 2 780 903 410), e são calculados com base na média ponderada do número das acções ordinárias emitidas de 258 800 000 (2016: 258 800 000).		

	2017 MT	2016 MT
Resultado líquido do exercício	5,595,285,691	2,780,903,410
Receita líquida de venda de investimentos em capital próprio não cotados	(69,151,832)	-
Resultado líquido imputável a titulares de acções ordinárias	5,526,133,859	2,780,903,410
Número médio ponderado de acções ordinárias	258,800,000	258,800,000
Resultados por acção	21.35	10.75

	2017 MT	2016 MT
12 Caixa e disponibilidades no Banco Central		
Saldos de caixa	2,297,861,213	1,428,036,820
Depósitos no Banco de Moçambique	14,787,953,709	9,278,492,642
	17,085,814,922	10,706,529,462

O depósito detido no Banco de Moçambique inclui um saldo restrito para permitir que o Banco possa satisfazer os requisitos da reserva estatutária, que corresponde a um mínimo de 14% do total dos depósitos, nos termos do Aviso nr. 12/GBM/2017, emitido em 08 de Junho de 2017, e de acordo com as actualizações do Banco Central. As reservas obrigatórias não rendem juros. O requisito mínimo de reserva de caixa foi de 8 985 754 milhares de Meticais em 2017 (2016: 8 666 854 milhares de Meticais) e os saldos de caixa representam as notas e moedas detidas no final do ano.

13 Activos detidos para negociação

Os instrumentos negociáveis comportam Obrigações que são adquiridos com o propósito de obter ganhos a curto-prazo. Estes activos são classifica-dos como instrumentos detidos para negociação.

	2017 MT	2016 MT
Obrigações		
Companhia de Moçambique/2013 Série I	-	20,216,386
Companhia de Moçambique/2013 Série II	-	48,695,188
Obrigações do Tesouro (OT/2013 Série III)	-	157,053,219
Obrigações do Tesouro (OT/2013 SérieII)	-	236,425,658
Obrigações do Tesouro (OT 2014/ Série V)	-	462,390,452
Análise de maturidade contractual dos activos negociáveis		
Maturidade 1 a 6 meses	-	-
Maturidade 6 a 12 meses	-	462,390,452
Maturidade superior a 12 meses	-	-
	-	462,390,452

Companhia de Moçambique 2013 – Série I

Representam obrigações comerciais a 4 anos, emitidas ao público em 30 de Setembro de 2013, com um valor nominal de MT 100 cada. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os 2 primeiros anos têm uma taxa de cupão fixa de 13%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de juro da facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4%. Estes instrumentos foram vendidos em 2017 antes da maturidade.

Companhia de Mocambique 2013 – Série 2

Representam obrigações comerciais a 4 anos, emitidas ao público em 30 de Setembro de 2013, com um valor nominal de MT 100 cada. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os 2 primeiros anos apresenta uma taxa de cupão fixa de 12.75%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de juro da facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4%. Estes instrumentos foram vendidos em 2017 antes da maturidade.

Obrigações do Governo (OT/2013 Série 3)

Representam as Obrigações do Tesouro a 4 anos, emitidas em 19 de Setembro de 2013, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 9.875%. Estas Obriga-ções rendem juros a cada 6 meses. Estes instrumentos foram vendidos em 2017 antes da maturidade.

Obrigações do Governo (OT/2014 Série 5)

Representam as Obrigações do Tesouro a 4 anos, emitidas em 21 de Agosto de 2014, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a taxa fixa de 10.00%. Estas obrigações rendem juros a cada 6 meses. Estes instrumentos foram vendidos em 2017 antes da maturidade.

	2017 MT	2016 MT
13.1 Activos/passivos derivados		
Contratos de taxa de câmbio a prazo – Activo	5,661,740	29,749,301
Contratos de taxa de câmbio a prazo – Passivo	(30,428,029)	(3,552,702)
Contratos de taxa de câmbio a prazo – Passivo	(33,485,346)	-
	(58,251,635)	26,196,599
14 Activos financeiros		
Obrigações		
Obrigações do Governo (OT 2013 Série III)	-	124,795,911
Obrigações do Tesouro (OT 2014 Série VI)	-	360,278,391
Obrigações do Tesouro (OT 2014 Série VII)	-	55,851,565
Obrigações do Tesouro (OT 2015 Série I)	-	57,477,936
Obrigações do Tesouro (OT 2015 Série II)	8,787,258	11,783,076
Obrigações do Tesouro (OT 2015 Série III)	-	271,624,444
Obrigações do Tesouro 2015 (IVA)	-	1,181,021,935
Obrigações do Governo (OT 2017 Série I)	113,626,841	-
Bilhetes do Tesouro		
Emitidos pelo Governo de Moçambique	29,575,053,160	11,882,261,069
	29,697,467,260	13,945,094,328
Investimentos em capital próprio não cotados		
SIMO	41,173,102	41,173,102
Interbancos SARL	-	1,090,150
Parque Industrial da Matola (PIM)	1,121,306	1,121,306
	42,294,408	43,384,558
Total	29,739,761,668	-

O perfil da maturidade contractual dos investimentos financeiros à data de relato é o seguinte:

	2017 MT	2016 MT
Bilhetes do Tesouro e obrigações		
Maturidade em 1 mês	597,088,053	2,345,744,942
Maturidade 1 a 6 meses	17,350,739,252	7,952,897,747
Maturidade 6 a 12 meses	11,636,013,113	2,065,338,006
Maturidade após 12 meses	113,626,841	1,581,113,633
	29,697,467,260	13,945,094,328

Obrigações do Governo (OT/2013 Série III

Representam obrigações do tesouro a 4 anos, emitidas em 19 de Setembro de 2013, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano, o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 9.875%. O juro é pago a cada seis meses. Estes instrumentos foram vendidos em 2017 antes da maturidade.

Obrigações do Governo (OT/2014 Série VI)

Representam obrigações do tesouro a 4 anos, emitidas em 5 de Novembro de 2014, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano, o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 10.75%. O juro é pago a cada seis meses. Estes instrumentos foram vendidos em 2017 antes da maturidade.

Obrigações do Governo (OT/2014 Série VII)

Representam obrigações do tesouro a 4 anos, emitidas em 19 de Novembro de 2014, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano, o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10.25%. O juro é pago a cada seis meses. Estes instrumentos foram vendidos em 2017 antes da maturidade.

Obrigações do Governo (OT/2015 Série I)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 6 de Agosto de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10%. O juro é pago a cada seis meses. Estes instrumentos foram vendidos em 2017 antes da maturidade.

Obrigações do Governo (OT/2015 Série II)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 25 de Agosto de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10%. O juro é pago a cada seis meses. Estes instrumentos foram vendidos em 2017 antes da maturidade.

Obrigações do Governo (OT/2015 Série III)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 1 de Setembro de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano, o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10%. O juro é pago a cada seis meses.These instruments were sold in 2017 before maturity date

Obrigações do Governo 2015 (IVA)

Representam obrigações do tesouro a 4 anos, emitidas em 21 de Abril de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 6.0%. A taxa de cupão representa as taxas de juros médias ponderadas dos últimos 6 bilhetes do tesouro emitidos de mais de 63 dias acrescida de uma margem de 0.5%. Os juros são pagos a cada seis meses. Estes instrumentos foram vendidos em 2017 antes da maturidade.

Obrigações do Governo (OT 2017 Série I)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 21 de Fevereiro de 2017, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 27% durante os primeiros 3 pagamentos semestrais de juros e variável nos 3 últimos pagamentos semestrais de juros.A taxa de juro variável que remunera cada obrigação nos últimos 3 pagamentos semestrais, resultará da adição de uma margem percentual a um indexante, arredondada para 1/16 de ponto percentual igual ou imediatamente superior. Os juros são pagos a cada seis meses.

Empréstimos e adiantamentos

15.1 Empréstimos e adiantamentos a bancos

	2017 MT	2016 MT
Contas correntes	3,644,316,665	6,989,255,342
Depósitos a prazo	10,148,386,648	13,708,139,495
	13,792,703,313	20,697,394,837

As maturidades dos depósitos noutros bancos apresentam-se como se segue:

	2017 MT	2016 MT
1 mês	12,987,915,020	17,746,442,780
1 mês a 3 meses	-	2,664,491,664
3 meses a 6 meses	804,788,294	286,460,393
6 meses a 12 meses	-	-
	13,792,703,313	20,697,394,837

15.2 Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos a prazo		
Moeda local	10,253,780,330	12,894,390,956
Moeda estrangeira	9,355,152,282	9,143,176,242
	19,608,932,612	22,037,567,198

Empréstimos a prazo em moeda estrangeira incluem cartas de crédito confir-madas com um prazo inferior a 12 meses a contar da data do relato, no mon-tante de MT 40 770 449.

	2017 MT	2016 MT
Descobertos bancários		
Moeda local	2,818,557,822	6,339,400,286
Moeda estrangeira	141,785,337	176,027,144
	2,960,343,159	6,515,427,429
Empréstimos em incumprimento		
Moeda local	1,001,118,217	558,951,168
Moeda estrangeira	132,088,097	1,901,187,593
	1,133,206,314	2,460,138,761
Total	23,702,482,085	31,013,133,389
Menos: provisões para imparidade		
- Imparidade da carteira	(879,307,122)	(1,173,328,698)
- Imparidade específica	(809,966,792)	(351,561,341)
Empréstimos e adiantamentos líquidos de clientes	22,013,208,172	29,488,243,349
15.3 Maturidade de empréstimos		
1 mês	3,341,590,661	7,545,294,940
1 mês a 3 meses	2,266,299,368	4,163,247,537
3 meses a 1 ano	4,455,678,396	3,837,028,071
1 ano a 5 anos	13,384,866,125	13,007,424,079
Sem maturidade fixa	254,047,534	2,460,138,761
	23,702,482,085	31,013,133,389

Os empréstimos sem maturidade fixa representam os empréstimos em in-cumprimento de MT 254 047 534 relativos a cartões de crédito e descober-to bancários.

	2017 MT	2016 MT
15.4 Imparidade de empréstimos e adiantamentos		
Saldo no início do ano	1,524,890,040	562,172,884
Empréstimos abatidos	(162,033,737)	(185,283,467)
Imparidade do exercício		
- específica (Nota 8)	(294,021,577)	787,212,925
- carteira (Nota 8)	620,439,188	360,787,697
Diferenças cambiais	-	-
Saldo no fim do ano	1,689,273,913	1,524,890,040
Compreendendo:		
Imparidade específica	809,966,792	351,561,341
Imparidade da carteira	879,307,122	1,173,328,698
Saldo no fim do ano	1,689,273,913	1,524,890,040

15.5 Locação financeira

O perfil da maturidade dos activos em locação financeira a partir da data de relato é como segue:

	2017 MT	2016 MT
Investimento bruto em prestações financeiras	517,678,289	794,885,426
Rendimento financeiro não obtido	(101,218,142)	(193,697,980)
Investimento líquido em prestações financeiras	416,460,148	601,187,446
A receber em 1 ano	214,407,576	350,321,484
A receber depois de 1 ano e até 5 anos	303,270,713	444,563,943
	517,678,289	794,885,426

16 Outros activos		
Outras contas a receber	237,681,464	184,950,129
Custos pré-pagos	91,067,678	116,725,455
Consumíveis	12,045,377	13,306,480
	340,794,518	314,982,064

A rubrica de outros activos é composta por itens cuja recuperação é espec-tável no prazo de doze meses.

As Outras contas a receber compreendem os devedores diversos, os deve-dores empregados e outros. Os devedores foram agrupados considerando que não se enquadram nas categorias dos itens divulgados separadamente.





17.1 Activos tangíveis

	Edifícios	Equipamento	Veículos	Mobiliário e outros equipamentos	Investimento em curso	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Em 31 de Dezembro de 2017						
Valor contabilístico	2,772,921,751	401,614,547	38,909,075	414,542,631	154,418,006	3,782,406,009
Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Adições	39,270,445	213,319,347	2,588,360	48,338,684	219,482,466	522,999,302
Transferências	25,886,005	63,536,659	-	31,496,392	(120,919,056)	-
Abates	-	(1,278,014)	-	(10,418,886)	-	(11,696,900)
Depreciações	(62,098,066)	(184,250,276)	(14,013,603)	(78,012,875)	-	(338,374,819)
Em 31 de Dezembro de 2017	2,775,980,136	492,942,263	27,483,831	405,945,946	252,981,415	3,955,333,592
Em 31 de Dezembro de 2017						
Custo/avaliação	3,161,112,774	1,166,861,140	99,893,347	731,928,289	252,981,415	5,412,776,965
Depreciações acumuladas	(385,132,639)	(673,918,877)	(72,409,516)	(325,982,343)	-	(1,457,443,373)
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2017	2,775,980,136	492,942,263	27,483,831	405,945,946	252,981,415	3,955,333,592

	Edifícios	Equipamento	Veículos	Mobiliário e outros equipamentos	Investimento em curso	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Em 31 de Dezembro de 2016						
Saldo de abertura	2,528,495,138	189,286,373	48,163,952	412,245,982	336,226,061	3,514,417,506
Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Adições	70,658,674	271,900,673	5,779,290	18,656,876	100,657,565	467,653,078
Transferências	233,462,010	70,050,356	-	56,535,033	(282,465,620)	77,581,780
Abates	-	(8,145)	(58,250)	(98,195)	-	(164,590)
Depreciações	(59,694,070)	(129,614,710)	(14,975,918)	(72,797,066)	-	(277,081,764)
Em 31 de Dezembro de 2016	2,772,921,751	401,614,547	38,909,075	414,542,631	154,418,006	3,782,406,009
Em 31 de Dezembro de 2016						
Custo/avaliação	3,096,413,260	917,323,634	98,307,397	723,967,962	154,418,006	4,990,430,259
Depreciações acumuladas	(323,491,508)	(515,709,087)	(59,398,323)	(309,425,331)	-	(1,208,024,250)
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2016	2,772,921,751	401,614,547	38,909,075	414,542,631	154,418,006	3,782,406,009

17.2 Activos intangíveis (software)

Em 31 de Dezembro de 2017		MT
Saldo de abertura	92,225,726	
Adições	247,423,841	
Transferências	-	
Amortização	(5,052,081)	
Diferenças cambiais	-	
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2017		
Custo	494,041,604	
Amortização acumulada	(159,444,118)	
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2017	334,597,486	
Em 31 de Dezembro de 2016		
Valor contabilístico	148,222,615	
Adições	23,217,886	
Transferências	(77,581,780)	
Amortização	(1,632,994)	
Diferenças cambiais	-	
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2016		
Custo	246,617,763	
Amortização acumulada	(154,392,037)	
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2016	92,225,726	

	2017 MT	2016 MT
18 Activo do fundo de pensões		
a. Valor contabilístico		
Balanço		
Valor presente das obrigações	(448,544,000)	(424,186,000)
Justo valor dos activos do plano	609,051,000	525,883,000
Activos líquidos do fundo de pensões	160,507,000	101,697,000
b. Resultados		
Juros líquidos no passivo de benefícios definidos	(26,441,000)	(2,702,000)
	(26,441,000)	(2,702,000)
c. Reconciliação do balanço		
Saldo de abertura em 1 de Janeiro	101,697,000	24,564,000
Custo líquido com pensões	26,441,000	2,702,000
Ganhos/perdas actuariais reconhecidos	32,369,000	74,431,000
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho em 31 de Dezembro	160,507,000	101,697,000

d. Pagamento de benefícios pós-emprego

	2017 MT	2016 MT
Saldo de abertura	424,186,000	500,821,000
Custo de serviços	-	-
Custo de juros	102,637,000	52,046,000
Ganhos/perdas actuariais	(19,420,000)	(73,337,000)
Benefícios pagos	(58,859,000)	(55,344,000)
Custos administrativos	-	-
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho	448,544,000	424,186,000

Os ganhos respeitantes a obrigação de benefícios definidos resultam maioritariamente dos seguintes factores::

- Variações nos pressupostos económicos;
- Aumento de pensões maiores do que esperado;
- Duplicação do 13º cheque;
- Experiência demográfica diferente do esperado; e
- Variações nos dados estatísticos.

Os factores acima contribuíram para a perda atuarial líquida da seguinte forma:

	2017 MT	2016 MT
Variações nos pressupostos económicos	42,015,000	(77,819,000)
Experiência	(61,435,000)	4,482,000
Aumento nas pensões	(34,933,000)	(10,839,000)
Pagamento de pensões	1,485,000	-
13º Cheque	(36,724,000)	-
Experiência demográfica	8,774,000	12,320,000
Adição de pensionistas anteriormente excluídos	-	18,000
Correção nos dados estáticos	(39,000)	3,372,000
Outros itens diversos	2,000	(389,000)
Total	(19,420,000)	(73,337,000)

e. Activos do plano de benefícios pós-emprego

Saldo de abertura	525,883,000	525,385,000
Retorno esperado dos activos	129,078,000	54,748,000
Contribuição do empregador	-	-
Prémios de risco e custos	-	-
Benefícios pagos	(58,859,000)	(55,344,000)
Ganho/Perda actuarial	12,949,000	1,094,000
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho	609,051,000	525,883,000

f. Os activos dos fundos de pensões são representados como segue:

Contas de depósitos e obrigações	1,362,387,545	1,214,861,074
Títulos de investimento	536,952,892	265,000,000
Caixa - Conta corrente	5,922,108	-
	1,905,262,545	1,479,861,074

Principais pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais à data de relato são os seguintes:

	2017	2016
Taxa de desconto	18.5%	26%
Taxa de inflação	13.5%	20%
Aumento em pensões	10.8%	16%
Idade média ponderada de reforma	66.7 anos	65.5 anos

Em 31 de Dezembro de 2017 o plano compreendia 0 (2016: 0) membros activos e 130 (2016: 131) reformados.

	2017 MT	2016 MT
19 Capital social		
19.1 Autorizado		
258 800 000 acções ordinárias de MT 5 cada	1,294,000,000	1,294,000,000
19.2 Emitido e pago integralmente		
258 800 000 acções ordinárias de MT 5 cada	1,294,000,000	1,294,000,000
Todas as acções estão igualmente qualificadas para o pagamento de dividendos.		
20 Reserva legal		
No início do ano	1,294,000,000	1,294,000,000
	1,294,000,000	1,294,000,000
21 Outras reservas		
Reserva de reavaliação	732,784,536	732,784,536
Plano de acções do grupo	4,201,121	3,853,178
Reserva para riscos gerais de crédito	1,097,715,520	1,798,095,799
Reserva de reavaliação dos activos disponíveis para venda	(90,499,593)	(87,555,606)
Reverva de conversão cambial	-	-
Outras reservas	(2,207,636)	(2,207,636)
	1,741,993,949	2,444,970,271

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de outros activos tangíveis mais especificamente de edifícios.

Plano de acções do Grupo

O Standard Bank Moçambique tem um plano de remuneração em capital próprio, isto é, um plano de remuneração variável em acções do Grupo Standard Bank que é liquidado com capital próprio e confere direitos aos empregados relativamente a aquisição de acções ordinárias ao preço da acção do Grupo Standard Bank na data em que é concedida a opção.

Reserva de risco geral de crédito

A reserva de risco geral de crédito é meramente regulamentar e refere-se à diferença entre às reservas mínimas previstas no aviso número 16/GBM/2013 do Banco de Moçambique e o valor de imparidade calculada de acordo com as NIRF.

Reserva de avaliação de justo valor de activos disponíveis para venda

A reserva de avaliação de justo valor de activos disponíveis para venda compreende a variação líquida acumulada do justo valor de instrumentos financeiros disponíveis para venda até que os investimentos sejam desreconhecidos ou em imparidade, caso em que o valor acumulado reconhecido em outro rendimento integral é reconhecido em lucros e prejuízos.

	2017 MT	2016 MT
22 Resultados transitados		
No início do ano	7,545,506,529	5,025,206,994
Resultado líquido do ano	5,595,285,691	2,780,903,410
Dividendos pagos	-	(506,474,252)
Remensuração do fundo de pensões	32,369,000	74,431,000
Remensuração de assistência médica	(15,133,000)	21,892,000
Transferências líquidas durante o ano	700,380,279	149,547,377
	13,858,408,498	7,545,506,529
23 Passivos por impostos correntes		
Saldo em 1 de Janeiro	220,532,431	386,310,184
Tributação do exercício (nota 10)	1,502,692,935	1,304,802,881
	1,723,225,366	1,691,113,065
Pagamentos/transferências		
Pagamentos antecipados respeitantes ao período em curso	(1,461,313,877)	(1,470,580,634)
Diferenças cambiais	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	261,911,488	220,532,431
Passivos por imposto diferido		
Reserva de reavaliação – sobre imóveis	344,839,781	344,839,781
	344,839,781	344,839,781
Activos por imposto diferido		
Reservas de reavaliação de activos disponíveis para venda	44,060,222	41,201,963
Depreciações e amortizações	13,355,189	-
Justo valor de derivados	3,028,039	(8,062,734)
	60,443,450	33,139,230
Passivos por imposto diferido	284,396,331	311,700,551

24 Recursos de instituições de crédito		
À ordem		
Em moeda local	199,210,450	-
	199,210,450	-
Depósitos à ordem em moeda local refere-se ao saldo da conta vostro do Standard Bank South Africa (SBSA).		
A prazo		
Em moeda estrangeira	330,653,053	-
	330,653,053	-
Total	529,863,503	-
Depósitos a prazo em moeda estrangeira representam cartas de crédito confirmadas com um prazo inferior a 12 meses a contar da data do relato.		

25 Recursos de clientes		
À ordem		
Em moeda local	30,236,944,811	23,307,774,138
Em moeda estrangeira	26,948,285,631	31,384,460,681
	57,185,230,442	54,692,234,819

A prazo		
Em moeda local	6,569,845,198	4,610,948,197
Em moeda estrangeira	1,973,988,207	2,293,935,246
	8,543,833,404	6,904,883,443
Total	65,729,063,846	61,597,118,261

	2017	2016
	MT	MT
Maturidade dos depósitos a prazo		
1 mês	3,549,984,974	1,974,748,873
1 mês a 3 meses	2,388,015,592	2,271,365,103
3 meses a 1 ano	2,605,832,839	2,654,771,367
Acima de 1 ano	-	3,998,100
	8,543,833,404	6,904,883,443

	2017	2016
	MT	MT
26 Outros passivos		
Acréscimos de custos	891,801,655	673,176,768
Títulos a pagar	139,173,780	59,501,148
Dividendos a pagar	43,722,092	11,602,439
Contas a pagar	839,640,824	301,834,507
Garantia em numerário do Banco de Moçambique	-	412,578,281
Empréstimos a curto prazo do SBSA	-	2,146,503,687
	1,914,338,351	3,605,196,831

A rubrica de outros passivos é composta por itens cuja liquidação é expectável no prazo de doze meses.

27 Empréstimos subordinados		
Obrigações 2007	-	260,191,840
Obrigações 2015 – Série 1	332,472,917	321,335,417
Obrigações 2015 – Série 2	414,448,625	395,038,792
Obrigações 2015 – Série 3	334,651,382	322,844,812
	1,081,572,923	1,299,410,861
Reconciliação do balanço		
Saldo de abertura	1,299,410,861	1,297,169,000
Vendas	(298,410,861)	-
Acréscimo de juros	80,572,923	2,241,861
Ajustamento cambial	-	-
Saldo de fecho	1,081,572,923	1,299,410,861

As variações nos empréstimos subordinados estão relacionadas com as vendas e os juros pagos (variações de caixa) e os juros acumulados (variações não monetárias). O efeito líquido nos fluxos de caixa é de 298.410.861 MT.

Obrigações 2015 – Série I

Trata-se de obrigações subordinadas emitidas em 7 de Agosto de 2015, por um período de 10 anos, com maturidade em 8 de Agosto de 2025. O valor nominal é de MT 300 000 000 e é composto de 3 000 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 12,0%. A taxa de cupão subsequente será a taxa de facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4.5%. Os juros são pagos a cada 6 meses e o capital será reembolsado na maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2020). Os juros são pagos em 07 de Fevereiro e 07 de Agosto de cada ano.

Obrigações 2015 – Série II

Tratam-se de obrigações subordinadas emitidas em 4 de Setembro de 2015, por um período de 10 anos, com maturidade em 4 de Setembro de 2025. O valor nominal é de MT 381 000 000 e é composto de 3 810 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 12,0%. A taxa de cupão subsequente será a taxa de facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4.5% até ao 5º ano e de 5.5% subsequentemente. Os juros são pagos a cada 6 meses e o capital é reembolsado na maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2020). Os juros são pagos em 04 de Março e 04 de Setembro de cada ano.

Obrigações 2015 – Série III

Tratam-se de obrigações subordinadas emitidas em 29 de Outubro de 2015, por um período de 10 anos, com maturidade em 29 de Outubro de 2025. O valor nominal é de MT 320 000 000 e é composto de 3 200 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 12,25%.

A taxa de cupão subsequente será a taxa de facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4.5%. Os juros são pagos a cada 6 meses e o capital é reembolsado aquando da maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2020). Os juros são pagos em 29 de Abril e 29 de Outubro de cada ano.

28 Responsabilidades com a assistência médica pós-reforma

O pagamento de benefícios de assistência médica pós-emprego é dado a um grupo fechado de membros que foram empregados do Banco antes de 31 de Dezembro de 1990 e que recebem 75% de contribuição para o plano de subsídio de assistência médica aquando da sua reforma. Contudo, alguns colaboradores empregados após essa data são elegíveis. Todos os membros em serviço foram transferidos para o regime nacional de segurança social e já não se qualificam para um subsídio de contribuições do regime médico na aposentadoria. Com excepção de um membro que recebe um subsídio de 100%, todos os membros remanescentes recebem um subsídio de 75% das contribuições do regime médico na aposentadoria. Os dependentes dos membros elegíveis de continuação recebem um subsídio de contribuições do regime médico antes e depois da morte do membro principal. Em 31 de Dezembro de 2017 o plano compreendia 91 (2016:87) membros activos.

	2017	2016
	MT	MT
a. Reconciliação de activos e passivos reconhecidos no balanço		
Valor presente de obrigações não financiadas	70,146,000	47,021,000
Valor presente de obrigações em excesso de activos do plano	70,146,000	47,021,000
b. Reconciliação de activos e passivos reconhecidos na demonstração da situação financeira		
Saldo de abertura	47,021,000	66,334,000
Custo líquido anual reconhecido em resultados	11,730,000	7,038,000
Custo com juros líquidos	11,730,000	7,038,000
Custo do serviço corrente	-	-
Remensuração reconhecida no rendimento integral	15,133,000	(21,892,000)
Pagamentos esperados de benefícios dos empregados	(3,738,000)	(4,459,000)
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho	70,146,000	47,021,000
c. Componentes do custo de benefícios definidos (demonstração de resultados)		
Custo de juros	11,730,000	7,038,000
Custo	11,730,000	7,038,000
d. Contribuições de prémios e pagamentos de benefícios		
Pagamentos de Benefícios	(3,738,000)	(4,459,000)
Total de fluxos de caixa	(3,738,000)	(4,459,000)
e. Principais pressupostos actuariais		
Os principais pressupostos actuariais à data de relato são os seguintes:		
Taxa de desconto	18.5%	26%
Custo de inflação de cuidados de saúde	15.5%	22%
Taxa de inflação	13.5%	20%
Idade prevista de reforma	55 (Mulheres) e 60 (Homens)	

29 Transacções com partes relacionadas

Diversas transacções bancárias, depósitos, contas a pagar e garantias são celebradas com partes relacionadas. Estas transacções são realizadas numa base comercial no decurso normal do negócio. As transacções com partes relacionadas executadas durante o ano e os respectivos saldos no fim do ano são as seguintes:

	2017	2016
	MT	MT
Juros ganhos nos depósitos		
Standard Bank London	-	-
Standard Bank South Africa	27,921,172	47,264,344
Standard Bank Isle of Man Branch	32,414,250	24,585,259
Standard Bank Mauritius	-	-
	60,335,422	71,849,603
Juros acumulados		
Standard Bank South Africa	159,940	246,323
Standard Bank Isle of Man Branch	6,059,387	11,695,869
Standard Bank Mauritius	-	-
	6,219,327	11,942,192
Honorários de gestão antecipados a pagar à sede	392,883,991	291,428,370
Acréscimo de custos referentes aos honorários de gestão a pagar à sede	108,830,546	78,148,545
Garantias recebidas		
Standard Bank Group	-	2,106,637,655
Depósitos		
Standard Bank South Africa	311,350,000	338,000,000
Standard Bank Isle of Man Branch	4,345,118,080	3,092,095,641
Standard Bank Mauritius	-	-
	4,656,468,080	3,430,095,641

30 Caixa gerada pelas actividades operacionais	2017	2016
	MT	MT
Lucro antes de impostos	7,371,385,864	4,282,739,506
Ajustamentos para itens não monetários e outros ajustamentos incluídos na demonstração do resultado:		
Depreciação (nota 8)	338,374,819	277,081,764
Amortização (nota 8)	5,052,081	1,632,994
Imparidade líquida	294,640,240	1,122,266,851
Justo valor de activos detidos para negociação	-	42,354,007
Justo valor de derivados	84,448,234	(10,511,089)
Perdas em alienações	11,696,900	164,590
Juros e rendimentos similares	(11,865,241,681)	(6,230,410,482)
Juros e encargos similares	2,506,195,742	955,038,530
Caixa gerada pelas actividades operacionais	(1,253,447,800)	440,356,671

31 Variações nos activos e passivos operacionais		
Passivos		
Recursos de clientes	529,863,502	-
Outros passivos	3,966,016,002	11,632,606,208
Passivos detidos para negociação	(1,834,836,898)	(930,582,514)
Aumento dos passivos operacionais	2,661,042,607	10,702,023,694
Activos		
Activos financeiros	(12,771,141,973)	(6,853,893,369)
Activos detidos para negociação	462,390,452	1,542,128,402
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	(803,918,080)	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7,182,126,292	(3,554,330,364)
Outros activos	(37,260,767)	(199,257,807)
Diminuição de activos operacionais	(5,967,804,075)	(9,065,353,138)
Variações líquidas nos activos e passivos operacionais	(3,306,761,469)	1,636,670,556



32 Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e disponibilidades no Banco Central (nota 12)	17,085,814,922	10,706,529,462
Empréstimos e adiantamentos a Bancos (nota 15.1)	12,988,785,233	20,697,394,837
	30,074,600,156	31,403,924,300


33 Taxas de conversão

Foram usadas as seguintes taxas de câmbio na conversão destas demonstrações financeiras para Dólares Norte-Americanos (USD).


	2017	2016	Movimento
	MT	MT	MT
Taxa de fecho	59.02	71.35	-12.33
Taxa média	63.56	63.04	0.52

As taxas baseiam-se nas taxas oficiais publicadas pelo Banco de Moçambique.





Pague o salário dos seus colaboradores a partir do NetPlus ou Business Online para M-Pesa



Standard Bank Seguindo em Frente



34 Eventos subsequentes

Em 22 de Fevereiro de 2018, o Conselho de Administração declarou um dividendo total de MT 1 381 533 465 (2016: MT 695 225 852) no valor de MT 5.34 (2016: MT 2.69) por acção para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

35 Informação financeira por segmentos

O banco é organizado com base em produtos e serviços e os segmentos de negócios foram identificados nessa base. Os segmentos de negócio no banco são os seguintes:

Segmento	Âmbito das operações
Banca de grandes empresas e investimento (BGEI)	Banca de Empresas – responsabilidade geral pelo relacionamento com os nossos clientes BGEI, incluindo coordenação dos especialistas em produtos e sectores ao nível do país e do grupo.
	Banca de Investimento (BI) – oferece o melhor aconselhamento financeiro e estratégico do sector. É um importante financiador e prestador de serviços de criação de capital, para clientes de quatros sectores principais: Bens de consumo de alta rotação (BCAR), Minas e metais, Energia e infra-estruturas, Telecomunicações, Comunicação Social e Imobiliário.
	Mercados Globais (MG) – negociação de moeda estrangeira, gestão de liquidez, cobertura do risco cambial/taxa de juro, e outros investimentos derivados, incluindo soluções desenhadas à medida, bem como, soluções inovadoras.
	Produtos e Serviços Transaccionais (PST) – gama completa de banca transaccional, produtos e serviços para o estrangeiro simples, incluindo, custódia, banca electrónica, cartas de crédito, garantias bancárias, pagamentos de e para o estrangeiro e pagamentos locais.
Banca de particulares e negócio (BPS)	Serviços bancários e outros serviços financeiros para clientes individuais e pequenas e médias empresas.
	Crédito Para Habitação - empréstimos para a aquisição de um imóvel para habitação, principalmente para clientes da banca de particulares.
	Locação Financeira - financiamento para aquisição de veículos e equipamentos principalmente para banca de negócios.
	Cartões de crédito - facilidades de cartão de crédito para indivíduos e empresas (credit card issuing) e serviços de aquisição de transações comerciais (card acquiring).
	Produtos transacionais e de crédito - transações em produtos associados aos vários canais de contacto, tais como, caixas eletrônicas, internet, telefonia bancária e agências. Isso inclui actividades de depósito, banca electrónica, contas cheques e outros produtos de empréstimos para clientes particulares e de negócios.
	Bancassurance - produtos de seguros de curto e longo prazo e serviços de planeamento financeiro.
Tesouraria e Gestão de capital	"A função do segmento de Tesouraria e Gestão de capital é facilitar o financiamento inter-segmental entre Banca de particulares e negócio e Banca de grandes empresas e investimento.

35.1 Demonstração dos resultados por segmentos

	Banca de grandes empresas e investimento		Banca de particulares e negócio		Tesouraria e Gestão de capital		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Margem financeira	4,639,879,952	2,826,712,990	3,594,825,554	2,042,568,783	1,124,340,433	406,090,179	9,359,045,939	5,275,371,952
Rendimentos com taxas e comissões	368,406,418	294,982,488	906,113,348.99	928,144,700	-	-	1,274,519,767	1,223,127,188
Gasto com taxas e comissões	-	-	(18,399,847)	(7,059,978)	-	-	(18,399,847)	(7,059,978)
Resultados com taxas e comissões	368,406,418	294,982,488	887,713,502	921,084,722	-	-	1,256,119,919	1,216,067,211
Resultados de operações financeiras	2,132,195,936	2,873,122,223	211,808,716	349,717,622	-	-	2,344,004,652	3,222,839,845
Outros proventos	-	-	136,962,508	-	-	-	136,962,508	-
Resultados operacionais	7,140,482,306	5,994,817,701	4,831,310,279	3,313,371,127	1,124,340,433	406,090,179	13,096,133,018	9,714,279,008
Imparidade de crédito	(5,944,929)	(820,667,745)	(288,695,311)	(301,599,106)	-	-	(294,640,240)	(1,122,266,851)
Resultados operacionais após perda por imparidade de crédito	7,134,537,377	5,174,149,956	4,542,614,968	3,011,772,021	1,124,340,433	406,090,179	12,801,492,778	8,592,012,157
Outros gastos operacionais	(2,262,049,927)	(1,858,938,166)	(3,262,851,665)	(2,518,085,012)	94,794,677	67,750,527	(5,430,106,914)	(4,309,272,651)
Resultado antes de impostos indirectos	4,872,487,451	3,315,211,790	1,279,763,303	493,687,009	1,219,135,110	473,840,707	7,371,385,863	4,282,739,506
Imposto indirecto	(68,501,689)	(62,102,968)	(214,652,643)	(126,626,659)	(16,171,720)	(15,119,037)	(299,326,052)	(203,848,664)
Resultado antes de impostos directos	4,803,985,762	3,253,108,822	1,065,110,660	367,060,350	1,202,963,389	458,721,670	7,072,059,811	4,078,890,842
Imposto Directo	(882,038,025)	(1,034,959,129)	(220,784,581)	(118,152,085)	(373,951,515)	(144,876,219)	(1,476,774,121)	(1,297,987,433)
Resultado líquido do exercício	3,921,947,737	2,218,149,694	844,326,080	248,908,265	829,011,875	313,845,451	5,595,285,691	2,780,903,410

35.2 Notas ao Balanço por segmentos

	Banca de grandes empresas e investimento		Banca de particulares e negócio		Tesouraria e Gestão de capital		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Total do activo	70,468,758,216	68,043,216,463	11,412,693,950	10,128,776,892	4,529,749,378	354,215,152	86,411,201,544	78,526,208,507
Total do passivo	66,637,587,725	64,231,893,998	10,417,812,270	9,319,480,172	(7,404,590,509)	(6,870,857,985)	69,650,809,487	66,680,516,185

Todos os custos corporativos relacionados às atividades administrativas são alocados aos segmentos com base nas actividades dos segmentos. O método e a apresentação dos segmentos operacionais são consistentes com os períodos do ano anterior .

Faça transacções 24 horas por dia
nos canais digitais e ganhe tempo

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório

1. Nos termos da Legislação em vigor e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Standard Bank, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2. No período em que estivemos em funções acompanhamos regularmente a actividade do banco, verificando a normalidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis.

3. Reunimos regularmente com o Conselho de Administração e as diversas Direcções do banco tendo obtido todas as informações e os esclarecimentos solicitados.

4. Procedemos à leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, ocorridas durante o período, bem como à leitura das actas dos vários Comitês específicos.

5. No âmbito das nossas funções, examinamos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2017, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017, preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

6. Reunimos com a Sociedade de Auditores Certificados, da qual obtivemos os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisamos o conteúdo do Relatório de Auditoria por si emitida em 23 de Fevereiro de 2018, como a qual concordamos e damos aqui como integralmente reproduzido.

Parecer

Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove o relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017;

Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração, a todos os Colaboradores do Banco e à Sociedade de Auditores Certificados, pela colaboração que nos foi prestada.

Maputo,29 de Março de 2018

O Conselho Fiscal

Miquelina Menezes

Presidente

Abdul Satar Hamid

Vogal

Standard Bank Sede ,Avenida 10 do Novembro nº 420 • Caixa Postal 1119 - Maputo

Tel.: + 258 21 50 10 00, + 258 21 50 11 00 + 258 21 50 12 00

standardbank.co.mz

Administração

Standard Bank Seguindo em Frente

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007		MODELO III (PASSIVO)		31 de Dezembro de 2017	
Balanço - Contas Individuais (Passivo)		Balço - Contas Individuais (Passivo)		31 de Dezembro de 2017	
	Rubricas	Notas / Quadros anexos	Ano		
			Ano	Ano Anterior	
	Passivo				
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais		0	0	
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação		0	0	
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito		199,210	0	
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos		63,736,388	57,099,215	
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos				
44	Derivados de cobertura		63,913	3,553	
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas			0	
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital			0	
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados		1,081,573	1,299,411	
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos		2,690,649	7,061,885	
	Total de Passivo		69,503,537	66,861,236	
	Capital				
55	Capital		1,294,000	1,294,000	
57	Prémios de emissão			0	
- 56	Outros instrumentos de capital			0	
	(Acções próprias)			0	
58 + 59	Reservas de reavaliação		-92,707	-89,763	
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		9,780,433	7,731,378	
Resultado do exercício			5,595,286	2,780,903	
- 63	(Dividendos antecipados)				
	Total de Capital		16,577,011	11,716,518	
	Total de Passivo + Capital		86,080,549	78,577,754	

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007		MODELO III		31 de Dezembro de 2017		
Balanço - Contas Individuais (Activo)		Balço - Contas Individuais (Activo)		31 de Dezembro de 2017		
	Rubricas	Notas/	Ano			Ano Anterior
			Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
	Activo					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais		17,085,815		17,085,815	10,706,529
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito		3,644,316		3,644,316	6,989,256
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação		0		0	462,390
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					0
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda		29,697,467		29,697,467	13,945,094
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito		10,148,387		10,148,387	13,708,139
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes		23,372,215	1,689,274	21,682,941	29,447,473
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade					
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra					
21	Derivados de cobertura		5,662		5,662	29749,30754
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda					0
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento					0
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis		4,175,709	1,297,999	2,877,709	2,704,782
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis		494,042	159,444	334,597	92,226
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					0
300	Activos por impostos correntes					0
301	Activos por impostos diferidos		60,443		60,443	33,139
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos		543,210		543,210	458,976
	Total de activos		89,227,266	3,146,717	86,080,549	78,577,754

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007		MODELO IV		31 de Dezembro de 2017	
Demonstração de Resultados - Contas Individuais		Balço - Contas Individuais (Activo)		31 de Dezembro de 2017	
	Rubricas	Notas/	Ano		Ano Anterior
			Ano	Ano Anterior	
79 + 80	Juros e rendimentos similares		11,865,242	6,230,410	
66 + 67	Juros e encargos similares		2,506,196	955,039	
	Margem financeira		9,359,046	5,275,372	
82	Rendimentos de instrumentos de capital			0	
81	Rendimentos com serviços e comissões		1,256,120	1,223,127	
68	Encargos com serviços e comissões		-10,356	-7,060	
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados				
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			0,0	
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		2,338,444	3,218,848	
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		-11,698	-165	
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração		-336,592	3,992	
	Produto bancário		12,594,965	9,714,114	
70	Custos com pessoal		3,166,348	2,453,007	
71	Gastos gerais administrativos		1,695,024	1,782,868	
77	Amortizações do exercício			277,082	
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		28,517	0	
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		294,640	1,122,267	
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações				
	Resultados antes de impostos		7,072,060	4,078,891	
	Impostos		1,502,693	1,304,803	
65	Correntes				
74 - 86	Diferidos		-25,919	-6,815	
640	Resultados após impostos		5,595,286	2,780,903	
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas				

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

22



O seu negócio no centro das nossas atenções

CENTRO DE 
NEGÓCIOS
94000

Entendemos que precisa de dedicar mais tempo ao seu negócio para que continue a crescer. Por isso, com o Centro de Negócios pode realizar as suas operações bancárias sem precisar de se deslocar ao balcão. Temos uma equipa experiente, especializada e dedicada a si, de segunda a sexta-feira das 8h00 às 20h00 e aos sábados até às 12h00.

Quer abrir uma conta, solicitar um financiamento, aderir a seguros para a sua empresa ou para seus colaboradores? Ligue grátis para 94000.

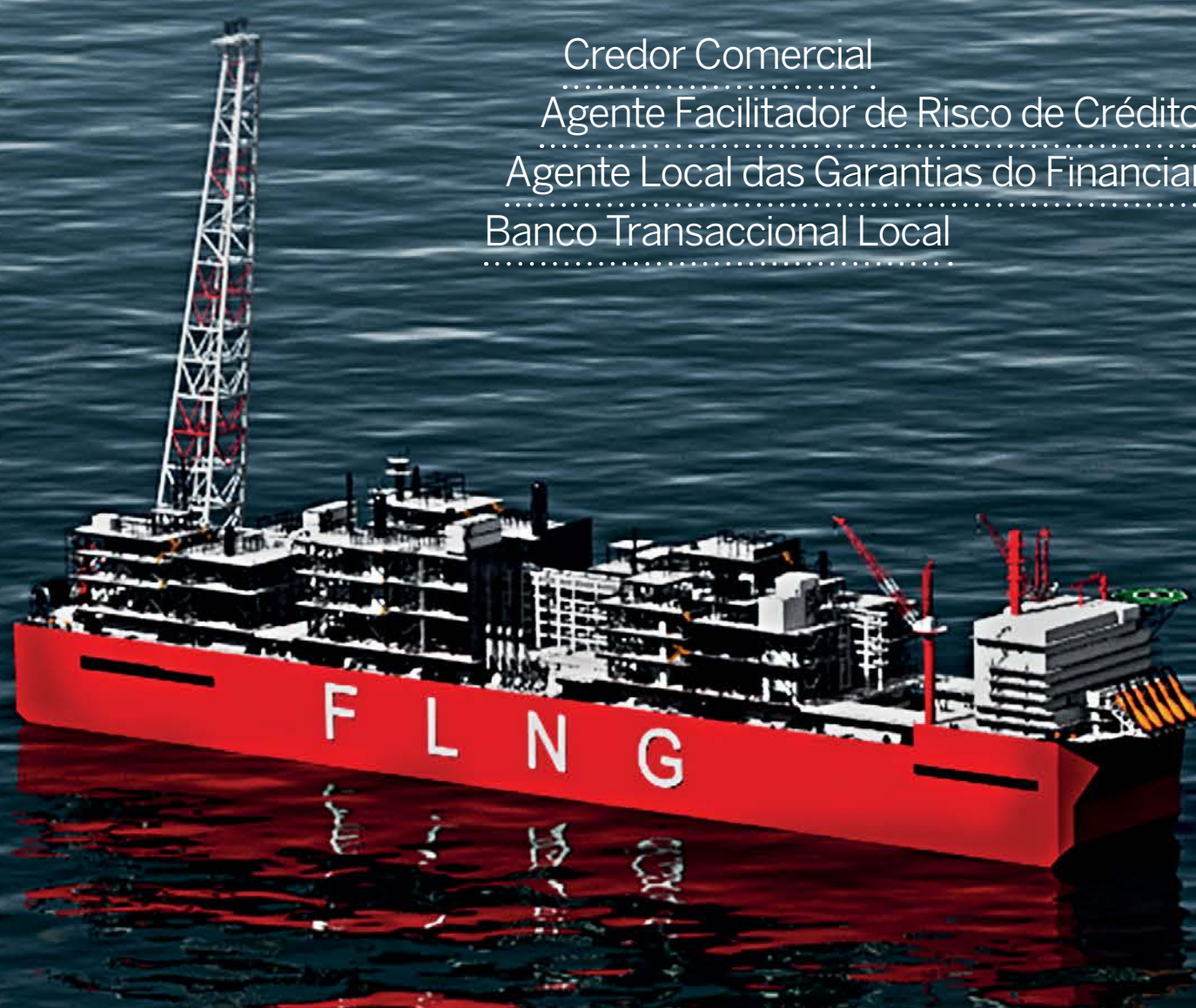
Standard Bank Seguindo em Frente



“Como podemos fazer crescer Moçambique?”

“Com um projecto sólido e sustentável”

Credor Comercial
Agente Facilitador de Risco de Crédito não Coberto
Agente Local das Garantias do Financiamento
Banco Transaccional Local



O objectivo de Moçambique em ser um importante produtor de gás natural está a tornar-se uma realidade, com a construção de uma plataforma flutuante de GNL (Gás Natural Liquefeito). Com base na nossa experiência no sector de petróleo e gás em África, foi possível apoiar o financiamento deste projecto inovador em Moçambique. O compromisso dos financiadores e o nosso profundo conhecimento da realidade moçambicana, traz novas oportunidades e enormes benefícios para as nossas comunidades. Somos o parceiro certo para fazer Moçambique crescer e seguir em frente, neste continente que chamamos de nossa casa.

standardbank.co.mz

Standard Bank Seguindo em Frente™